

Orientações Gerais

E D U C A Ç Ã O E M D I R E I T O S H U M A N O S

Respeitar
é preciso





Resp
è pr

E D U C A Ç Ã O E M D I R E I T O S H U M A N O S

editar
preciso



São Paulo | dezembro de 2014

Prefeitura de São Paulo

Fernando Haddad

Secretaria Municipal de Direitos Humanos
e Cidadania de São Paulo

Rogério Sottili

Coordenação de Educação em Direitos Humanos

Coordenador geral

Eduardo Bittar

Coordenador adjunto

Jonas Waks

Assessores

Aline Vicentim

Pedro Peruzzo

Secretaria Municipal de Educação
de São Paulo

Antonio Cesar Russi Callegari

Instituto Vladimir Herzog

Ivo Herzog

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Orientações gerais : educação em direitos humanos /
Vlado Educação - Instituto Vladimir Herzog . --
1. ed. -- São Paulo : Instituto Vladimir
Herzog, 2015. -- (Projeto respeitar é preciso!)

Bibliografia

1. Cidadania 2. Educação em direitos humanos
3. Educação inclusiva I. Vlado Educação - Instituto
Vladimir Herzog. II. Série.

15-00788

CDD-370.115

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação em direitos humanos 370.115

Vlado Educação

Direção educacional

Ana Rosa Abreu

Coordenação educacional

Neide Nogueira

Equipe educacional

Ana Lúcia Catão

Celinha Nascimento

Maria da Paz Castro

Maria Paula Zurawski

Consultoria

Cristina Vincentin

Flávia Shilling

Maria Victoria Benevides

Produção participativa

Professores, funcionários, gestores, técnicos da Rede
Municipal de Ensino de São Paulo e membros das comu-
nidades escolares que participaram dos cursos Respeitar
é Preciso!, realizados em 2014 nos Centros de Educação
em Direitos Humanos, em São Paulo (SP)

Revisão de texto

Jandira Queiroz

Projeto gráfico

S,M&A Design | Samuel Ribeiro Jr.

Ilustrações

Lúcia Brandão

Este material tem autorização para franca multiplica-
ção, respeitados os direitos de autor e citadas adequa-
damente as fontes.



Sumário

Prólogo, <i>Antonio Cesar Russi Callegari</i>	5
Prólogo, <i>Fernando José de Almeida</i>	7
Prefácio, <i>Rogério Sottili</i>	9
Apresentação, <i>Eduardo Bittar e Jonas Waks</i>	11
Carta para os educadores, <i>Vlado Educação</i>	13
 PARTE I. Sobre o Projeto Respeitar é Preciso!	
Uma proposta para toda a escola	17
Objetivos do Projeto	19
Processo de desenvolvimento do Projeto	20
Papéis-chave no desenvolvimento do Projeto	21
Encontros: espaços e tempos	22
Antes de começar...	24
Começando juntos	25
 PARTE II. Direitos Humanos e Educação em Direitos Humanos	
Direitos Humanos: do que estamos falando?	29
Respeito é bom e eu gosto	34
Educação em Direitos Humanos	36
 PARTE III. Um pacto pelos Direitos Humanos	
Mapa dos sonhos para a escola	47
Pacto pelo respeito mútuo	49
Fazendo valer as experiências anteriores	51
 PARTE IV. Mapeamento: um olhar cuidadoso para a escola	
Navegar pela escola	67
A rede de relações	72
Quem não se comunica...	76
Desacostumar para mudar	79
O espaço e o tempo	82
Tudo o que a escola ensina	87

PARTE V. Plano de ação: é hora de agir

Agir com prioridades	93
Do pensamento à ação	96
O plano entra em ação	99

PARTE VI. Orientações para a Educação Infantil

I. Educação em Direitos Humanos na Educação Infantil	103
II. Educação em Direitos Humanos nos Centros de Educação Infantil	105
III. Educação em Direitos Humanos nas Escolas Municipais de Educação Infantil	114

PARTE VII. Orientações para o Ensino Fundamental

I. Educação em Direitos Humanos no Ensino Fundamental	127
II. Educação em Direitos Humanos no Ciclo 1 – Alfabetização	147
III. Educação em Direitos Humanos no Ciclo 2 – Interdisciplinar	153
IV. Educação em Direitos Humanos no Ciclo 3 – Autoral	159

Bibliografia de referência

Direitos Humanos	171
Educação em Direitos Humanos	181
Métodos e experiências sobre democracia, processos participativos, diálogo e conflitos na escola	187

PRÓLOGO

Caros profissionais municipais da educação,

Educar em Direitos Humanos exige que pensemos em construções pedagógicas que resgatem, para jovens e adultos, o debate sobre valores nas práticas educacionais.

Se pensarmos em sofisticar a convivência civilizada e trabalhar pela construção do conhecimento, é preciso que aprendamos a defender os direitos da pessoa. Mais ainda: urge que ensinemos os mais jovens a lutar por essa causa.

Essa labuta deve estar presente em atividades nas comunidades, nas associações de moradores, nos espaços de convivência e, sim, nas escolas todas.

Educar é, portanto, criar condições para que os interlocutores construam saberes sobre direitos. É difundir o respeito pelo “outro”. É mostrar que a jornada pode ser melhor quando acolhemos a diferença e dialogamos com os diferentes.

O compromisso deste governo com a qualidade da educação envolve, pois, a educação para os Direitos Humanos, princípio que consta da Meta 63 do Programa de Metas da Cidade de São Paulo.

Se o desrespeito é algo que faz parte da realidade escolar, a construção do respeito é um processo que dependerá do empenho das unidades educacionais, dos professores e dos profissionais de educação para tratar de enfrentar os desafios inerentes.

Assim, a implementação do Projeto Respeitar é Preciso! será um legado importante para cultivar de forma permanente e incentivar de modo prolongado o cuidado com as relações humanas no ambiente escolar, como esforço pela qualidade social, mas também pela qualidade humana da Educação Municipal.

Trata-se de um projeto original, exatamente porque foi construído de modo participativo, sendo fruto da parceria entre a Secretaria Municipal de Educação e a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania. Os temas dos Cadernos são derivados da experiência prática dos educadores, da realidade escolar do município, sabendo que a voz dos educadores e dos profissionais da educação está inserida em cada um dos detalhes do material.

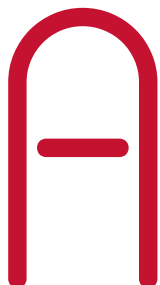
O Projeto reforça a reforma realizada pelo **Programa Mais Educação São Paulo** e vem no sentido de fortalecer inovações que proporcionam a valorização do profissional da educação, numa educação pública e de qualidade social, integrada e socialmente responsável, visando exatamente proporcionar condições para reagir aos problemas internos e do entorno escolar.

Combater os preconceitos, a discriminação, as violências, a negligência, o desrespeito e a humilhação nas práticas escolares aponta para a perspectiva da construção de uma educação que respeita valores essenciais à salvaguarda da dignidade de todos e de cada um, algo que somente se pode conseguir com o esforço autônomo, consciente e permanente da Rede Municipal de Educação em torno de seus desafios. É isso que o Projeto Respeitar é Preciso! visa subsidiar.

Antonio Cesar Russi Callegari
Secretário Municipal de Educação

PRÓLOGO

Direitos Humanos e Educação



s construções de todos os valores mais profundos do ser humano, como a paz, a democracia, a igualdade, se deram com enormes e duradouras lutas. Algumas delas, em muitos lugares, foram sangrentas.

Por incrível que pareça, portanto, há quem seja contra a paz.

Por incrível que pareça, há associações que se formam para combater a justa distribuição dos bens sociais.

Para nosso espanto contínuo, a liberdade é roubada ou manipulada por indivíduos, por governos ou pelos meios de comunicação a todo segundo.

No entanto, mesmo com tantas contradições e lutas, esses e tantos outros valores foram incorporados ao rico espectro dos Direitos Humanos nos últimos cem anos como uma inexorável conquista do ser humano.

A construção dos Direitos Humanos é coletiva, e seus efeitos são enormes. Essa luta é tenaz e continuada. Não aceitamos que haja perda de liberdade em nenhum lugar. Não concordamos, em nossas práticas, que a justiça não seja praticada ou vivida.

E a educação escolar é um espaço em que esses valores e essas lutas têm um grande campo de criação de consensos, de diálogos, de vivências.

A obra que aqui vai se expor foi construída com trilhas abertas de acordo com esses princípios.

Contudo, muito mais que isso, nossas publicações serão mediadoras de novas práticas e vivências dos Direitos como algo possível de ser educado e difundido.

É no contexto de São Paulo como cidade educadora que se dá o empenho de duas secretarias do município, que se unem para mediar a construção viva do Direito de todos a serem Humanos e a experimentarem, na vida escolar, toda a sua riqueza: a paz, a justiça, a liberdade, a tolerância e a educação.

Fernando José de Almeida
Diretor de Orientação Técnica
da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo

PREFÁCIO

Caros educadores da cidade de São Paulo,

Esta iniciativa de criar um material pedagógico original da Rede Municipal de Educação de São Paulo, integrado a um processo de formação da comunidade escolar, é parte de um conjunto de ações com o propósito de disseminação da educação em Direitos Humanos e da cultura do respeito no cotidiano das Unidades Educacionais da cidade. Como retrato de uma experiência da rede para a rede, este material visa contribuir para a ideia de autoria coletiva, colaborativa e participativa de materiais, além de subsidiar a prática cotidiana dos Direitos Humanos no ambiente escolar, fazendo das questões do respeito mútuo, do respeito à diversidade de cultura, de idade, etnia, credo, gênero, sexualidade, entre outras, os valores e os pilares das práticas educacionais.

Desde a sua criação, em janeiro de 2013, a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) está voltada para o processo de disputa simbólica do imaginário de violência, que se constituiu historicamente em nosso país e em nossa cidade, buscando desenvolver ações, projetos, políticas e iniciativas em parceria que deem ênfase à promoção dos Direitos Humanos em sua variada descrição. Em particular, a Coordenação de Educação em Direitos Humanos, no tão variado leque de atribuições, tem procurado desenvolver projetos com a

Rede Municipal, fazendo da educação um lugar importante e central para a consolidação de uma cultura de cidadania, justiça social e democracia entre todos.

O material pedagógico se desdobra por meio do Projeto Respeitar é Preciso!, realizado pela SMDHC e pelo Instituto Vladimir Herzog (Vlado Educação) e construído de modo participativo na Rede Municipal de Educação, com base em vários ciclos de formação, debate e amadurecimento do material pelos profissionais da educação. Em 2014, o Projeto foi implementado por meio de um processo de busca de conhecimento sobre a realidade das escolas ligadas à área de abrangência de quatro Centros de Educação em Direitos Humanos (instalados nos CEUs Casa Blanca, Jardim Paulistano, Pera Marmelo e São Rafael), envolvendo toda a comunidade escolar (diretores, professores, gestores, estudantes e familiares), para a criação desta primeira edição.

Desejamos boa leitura e que, das ideias aqui contidas, possam nascer projetos, iniciativas e práticas realizadoras dos Direitos Humanos de todos e de cada um.

Rogério Sottili
Secretário Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

APRESENTAÇÃO



Educação em Direitos Humanos (EDH) tem grandes desafios a enfrentar no Brasil, especialmente considerando as desigualdades sociais, as injustiças históricas e um cenário de violências. A escola não está isenta das mesmas marcas e questões, e, exatamente por isso, a EDH pode aportar contribuições no sentido de promover a transformação social, tendo como princípios a dignidade, a igualdade, o respeito e a democracia, além do reconhecimento e da valorização das diferenças.

A Coordenação de Educação em Direitos Humanos foi criada com a finalidade de promover políticas públicas orientadas por esses princípios, com base no Plano Nacional de EDH (2006) e nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a EDH (2012). No processo de definição do Programa de Metas da gestão do Prefeito Fernando Haddad, a Coordenação assumiu a corresponsabilidade pela realização de duas metas. Em parceria com a Secretaria Municipal de Segurança Urbana, estamos formando todo o efetivo da Guarda Civil Metropolitana em cursos de Direitos Humanos e 2 mil guardas em mediação de conflitos (Meta 39).

Em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, estabelecemos como meta “Implementar a Educação em Direitos Humanos na Rede Municipal de Ensino” (Meta 63). Para a realização desse audacioso objetivo, está prevista uma série de entregas, que passam pela formação de professores, pela elaboração de material pedagógico, pela valorização e premiação dos projetos de EDH em prática na rede e pelo desenvolvimento de um projeto piloto de Centros de EDH, concebidos na perspectiva da cidade educadora.

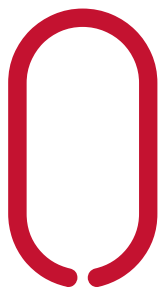
O Projeto Respeitar é Preciso!, fruto de um convênio com o Instituto Vladimir Herzog, é parte estruturante das atividades da Coordenação, pois nos permite avançar na realização de grande parte das entregas com as quais nos comprometemos. Trata-se, ao mesmo tempo, de um projeto de formação de professores, de elaboração de material pedagógico e de fortalecimento institucional dos Centros de EDH. Isso porque o material foi – e está sendo – construído de modo colaborativo com os educadores da rede, atendendo às suas especificidades, por meio de um processo formativo. Os cursos aconteceram nos Centros de EDH, e a implementação da edição piloto do material também ocorrerá nesses espaços.

A intenção é produzir um material que tenha o DNA da Rede Municipal de São Paulo, que fique permanentemente à disposição dos educadores da cidade, no Portal EDH: portaledh.educapx.com.

Desse modo, em conjunto com outras estratégias de elaboração de material pedagógico (como o Festival Entretodos) e de formação de educadores, o Projeto Respeitar é Preciso! traz uma contribuição importante para a consolidação da escola pública como um espaço central de Educação em Direitos Humanos na Cidade.

Eduardo Bittar e Jonas Waks
Coordenação de Educação em Direitos Humanos
da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania

CARTA PARA OS EDUCADORES



Projeto Respeitar é Preciso! veio para fazer história. Com a finalidade de implementar as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos na Educação Básica (2013), esse projeto é um espaço para que todos possam experimentar e construir o caminho de cada escola para a implantação da Educação em Direitos Humanos (EDH).

Uma das frentes do Instituto Vladimir Herzog, o Vlado Educação atua na área educacional para promover a cultura dos Direitos Humanos e tem o prazer de desenvolver esse projeto junto com todos os participantes.

Este material foi organizado para subsidiar a prática sem engessá-la. Cada escola fará o uso que considerar mais adequado a seu contexto, sua equipe, sua comunidade, sua história, enfim, suas condições humanas, materiais, de tempo e espaço. Tem também como objetivo orientar o processo de formação continuada durante o ano de 2015, que, com a interlocução e a assessoria da equipe do Vlado Educação, buscará tematizar as práticas que serão desenvolvidas para a implementação da EDH.

Como é essencial que este material dialogue com a realidade das escolas do município, com todos os integrantes da comunidade escolar e com as especificidades dos diferentes segmentos da escolaridade (Educação Infantil e Ensino Fundamental), para a sua elaboração, utilizamos duas estratégias: 1) Realização de uma pesquisa qualitativa, na forma de grupos focais, com professores, alunos, gestores, familiares e funcionários; 2) Realização de três módulos do curso Respeitar é Preciso!, sendo dois voltados a todos os integrantes das comunidades escolares das regiões dos quatro Centros de Educação em Direitos Humanos (CEDHs) e um voltado aos gestores das escolas que integram o Projeto.

Isso nos permitiu compreender como as escolas municipais vivem hoje a questão do respeito mútuo, bem como pudemos submeter parte do material produzido à avaliação dos participantes dos cursos, o que nos possibilitou detectar, com o auxílio dos especialistas consultores do Projeto, os pontos fracos e fortes do que estávamos produzindo.

Organizamos os materiais em duas categorias de publicação complementares: *Orientações Gerais* para atividades de EDH e quatro cadernos temáticos.

O caderno *Orientações Gerais* contém, além de uma apresentação do Projeto Respeitar é Preciso!, uma sequência de atividades pensada como um processo de implementação nos seus diferentes momentos, desde a reflexão sobre DH e EDH, o pacto de adesão ao Projeto, o mapeamento das questões sobre respeito e desrespeito na escola até o plano de ação, atividades entremeadas de textos de apoio propostos como leitura complementar. Além desse processo mais geral, há orientações específicas, com textos e atividades de EDH organizados para a Educação Infantil e para o Ensino Fundamental, contemplando as especificidades de cada segmento da escolaridade.

Nos demais cadernos, vocês encontrarão a abordagem de quatro temas considerados importantes, também com textos e orientações de atividades como subsídios para a prática de EDH na escola. São eles: 1) Respeito e Humilhação; 2) Igualdade e Discriminação; 3) Democracia na Escola; 4) Sujeitos de Direito.

Entendemos que, para que a escola se torne um espaço em que os Direitos Humanos sejam vivenciados, ela precisa se olhar, se pensar e se organizar com essa finalidade. Assim, a Educação em Direitos Humanos pressupõe o trabalho conjunto de toda a equipe escolar e um processo de formação intimamente ligado às próprias experiências vividas na escola, com a intenção de garantir vivências respeitadas para alunos e educadores de forma geral.

O percurso composto pelas atividades destas *Orientações Gerais* foi pensado para propiciar aos participantes olharem e “reolharem” para si mesmos mutuamente e para a escola de maneira progressiva, até se aprofundarem na fase de mapeamento, de modo a chegar maduros e entrosados para a elaboração de um plano de ação. Esse percurso prevê momentos de trabalho individual, em grupo, coletivo, reflexões, ações e ritualizações, possibilitando a construção de um espírito coletivo que escuta, pensa, reflete, faz e celebra junto todas as suas conquistas.

Esse é o espírito que sugerimos que seja mantido no momento em que sua escola adaptar estas *Orientações Gerais* para a sua realidade, fundindo, modificando, reduzindo ou ampliando as atividades aqui encontradas.

O uso que as escolas que aderiram ao Projeto derem a este material em 2015 orientará sua revisão em 2016, quando será produzida uma segunda edição, destinada então à Rede Municipal de Educação como um todo.

Enfim, esse projeto é fruto de um trabalho conjunto e está sendo construído em processo. Convidamos a todos para continuá-lo, criando formas próprias de atuar.

Boa leitura e bom trabalho.



Parte I.

Sobre o Projeto Respeitar é Preciso!

“Quando perdemos a capacidade de nos indignarmos com as atrocidades praticadas contra outros, perdemos também o direito de nos considerarmos seres humanos civilizados.”

Vladimir Herzog

Trabalhar com Educação em Direitos Humanos numa escola significa promover educação em valores desde o início da vida escolar das crianças, ou seja, já na Educação Infantil, estendendo-se por toda a sua vida estudantil, com experiências que incluem todos que fazem parte da comunidade escolar. Trata-se de fazer do convívio escolar e dos próprios processos de ensino ocasiões para vivenciar valores como liberdade, dignidade, solidariedade, igualdade, justiça e paz, que têm como pressuposto e condição essencial a prática do respeito entre todos na comunidade escolar.

1. UMA PROPOSTA PARA TODA A ESCOLA

O Projeto Respeitar é Preciso! integra os Centros de Educação em Direitos Humanos (CEDHs), criados pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, em abril de 2014, nos Centros Educacionais Unificados (CEUs) Casa Blanca, Jardim Paulistano, Pera Marmelo e São Rafael.

A educação é um processo longo e complexo, que não se limita ao espaço da sala de aula, nem tampouco à relação entre os professores e os alunos. Podemos dizer que todo e qualquer sujeito envolvido na rotina escolar está comprometido com o fazer educativo e compõe com os demais uma grande rede de relações, sem a qual a ação educativa não acontece.

Todos os adultos da escola (professores, diretores, coordenadores pedagógicos e funcionários) são educadores, responsáveis, igualmente importantes e precisam estar juntos nessa jornada. Portanto, a implementação do Projeto Respeitar é Preciso! tem de considerar os diversos lugares que esses adultos ocupam na instituição escolar, as relações que se estabelecem com base nesses lugares e o papel educativo de cada um deles.

Daí, a importância de assegurar espaços coletivos de troca entre os educadores para que eles reflitam e analisem suas práticas, identificando obstáculos, reconhecendo potencialidades e encontrando formas de garantir a participação de todos os integrantes da comunidade escolar (além dos educadores, os alunos, seus familiares, seus responsáveis, os parceiros da escola etc.). Esse é um projeto de toda a escola.

O processo deve ser desenvolvido pelo coletivo. Quem não puder participar diretamente precisa ser envolvido de alguma forma, por meio de representação e de instrumentos de comunicação (mural, boletins informativos, reuniões, entre outros) que permitam receber e dar contribuições a respeito do que o estiver sendo abordado no Projeto ou por meio de ações que envolvam toda a comunidade.

Assim, todos crescem com o Projeto e dele se apropriam, e, mesmo que haja algumas mudanças na equipe, sempre haverá alguém em condições de assumir a organização das atividades e dar continuidade às atividades sem grandes rupturas.

Nesse momento inicial, os adultos que trabalham na escola podem começar a participar do Projeto e se preparar para o momento da inclusão dos alunos, a ser definido

no processo e de acordo com a realidade de cada escola. No entanto, se já existe um grêmio estudantil, conselhos de escola e associações de pais e mestres (APMs) atuantes na escola, eles devem ser incorporados ao Projeto o mais breve possível.

2. OBJETIVOS DO PROJETO

O Projeto Respeitar é Preciso! pretende fomentar um processo de formação de educadores e visa promover mudanças para fazer com que a escola seja um espaço de Educação em Direitos Humanos. Assim, apresentamos aqui alguns dos seus principais objetivos:

- contribuir para a disseminação da cultura de Educação em Direitos Humanos em escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Rede Municipal de São Paulo, visando à formação de sujeitos de direito, que respeitem e se façam respeitar;
- contribuir para o aprofundamento da compreensão do significado de Direitos Humanos (como uma exigência da democracia) e sua relação necessária com a educação desde a primeira infância, destacando a argumentação sobre os equívocos do tema no senso comum;
- subsidiar formas de trabalho pedagógico preventivo e formas de intervenção necessárias para mediar situações de conflito, criando possibilidades concretas para que, com o tempo, sejam eliminadas quaisquer situações de violência entre os integrantes da comunidade escolar;
- contribuir para a adoção do respeito mútuo e do respeito à diversidade socioeconômica, cultural, familiar, geracional, de condição de saúde física ou mental, de etnia, credo, gênero, sexualidade, origem, entre outros, como base da convivência e da integração no cotidiano escolar;



- orientar os educadores na análise e na reflexão sobre as diversas situações do convívio escolar para que tenham condições de identificar eventuais situações de desrespeito aos Direitos Humanos, enfrentando-as e buscando formas de superação, e para que incluam a EDH nos seus projetos político-pedagógicos (PPPs).

3. PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

A Educação em Direitos Humanos, além do trabalho conjunto de toda a equipe escolar, pressupõe um processo de formação que promova reflexão sobre as próprias experiências vividas na escola, com a intenção de garantir aos alunos vivências respeitosas.

Esse processo formativo protagonizado pelos participantes acontece por meio da realização das atividades apresentadas nas partes II, III e IV deste material. O trabalho coletivo, colaborativo e reflexivo é um contexto privilegiado, porque possibilita uma articulação imediata com a prática e também faz com que o grupo que trabalha junto construa um repertório comum, compreenda as diferenças que compõem sua diversidade e, com esses elementos, crie seu próprio projeto educativo.



O Projeto Respeitar é Preciso! parte do pressuposto de que a legitimação dos Direitos Humanos precisa estar vinculada ao trabalho pedagógico. Assim como, para os alunos, não basta ensinar *sobre* Direitos Humanos, não basta que os educadores saibam técnicas ou conheçam textos teóricos. É necessário ter disponibilidade para a autoanálise profissional, para assumir responsabilidades com a EDH e para a mudança, pois disso dependerá a desejada transformação do convívio escolar.

Nesse sentido, as atividades apresentadas neste material propõem um processo de análise do grupo e pelo grupo na escola, estimulando um olhar atento para as práticas, assim como a identificação do que precisa ser transformado, a elaboração de um plano de ação e sua efetiva realização.

4. PAPÉIS-CHAVE NO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO

Diretores: A participação do diretor é essencial desde o início do Projeto e em todo o seu desenvolvimento para promover e criar condições para a realização dos trabalhos. O diretor será um organizador das ações, tomando decisões sobre questões essenciais para o andamento do Projeto. Entretanto, isso não impede que outros integrantes da equipe gestora desempenhem esse papel, estabelecendo uma relação de parceria com o diretor.

Mobilizadores: Cada escola participante deverá indicar um (ou mais de um) de seus integrantes para mobilizar a comunidade escolar e atuar junto com o diretor como organizador das ações do Projeto Respeitar é Preciso! Esses mobilizadores podem pertencer a qualquer um dos segmentos da comunidade escolar (coordenador pedagógico, professor, funcionário ou responsável pelo aluno).

Eles participam do Projeto como os demais, mas têm funções específicas: estabelecer a integração da escola com o Projeto, organizar as ações, fazer a interlocução com a coordenação do Projeto, elaborar relatórios informativos e, principalmente, organizar a equipe escolar para a própria formação, colocando em prática as propostas do Projeto. Os mobilizadores também serão o elo de ligação entre a escola e as secretarias parceiras, a equipe do Vlado Educação e as outras escolas participantes.

Educadores do Vlado Educação: As ações de formação serão realizadas por um grupo de quatro educadores do Vlado Educação, experientes nos diferentes segmentos da escolaridade, que, por sua vez, terão o acompanhamento da coordenação do Projeto e de consultores especialistas. Cada educador será responsável pela formação e pelo acompanhamento de cinco escolas.

Eles atuarão na coordenação de um grupo que reunirá representantes das vinte escolas participantes do Projeto (diretores e mobilizadores), comparecerão sistematicamente às escolas e às Diretorias Regionais de Educação (DREs) e participarão de todas as ações do Projeto.

Técnicos das DREs: O Projeto prevê a indicação de dois técnicos de cada DRE, incluindo supervisores, para acompanhar o desenvolvimento do Projeto, para que possam compreender, participar e apoiar as transformações que devem ocorrer, garantindo, assim, que a estrutura da rede de ensino possa se apropriar do trabalho.

Consultores: O Projeto conta com a colaboração de especialistas em Direitos Humanos, Educação em Direitos Humanos, educação em valores e análise institucional para contribuir com o processo formativo e o aprofundamento das questões que forem colocadas pelas escolas ao longo do processo.

5. ENCONTROS: ESPAÇOS E TEMPOS

Para esse projeto acontecer, será necessário estabelecer tempos e espaços de acordo com as possibilidades de cada realidade. No entanto, é importante garantir as condições para que encontros aconteçam, como as ações formativas apresentadas a seguir para cada etapa de desenvolvimento do Projeto.

Encontros do grupo dos mobilizadores: Durante todo o trabalho, haverá uma sistemática de encontros com os mobilizadores e os diretores, ação coordenada por educadores do Vlado Educação com o objetivo de orientar o trabalho nas escolas e trocar experiências entre as escolas.

Encontros dos grupos/coletivo na escola: É na escola que o Projeto se desenvolve de verdade, por meio de análises e de reflexões compartilhadas das situações vivenciadas, do levantamento das questões prioritárias, da identificação das potencialidades de ação e da busca dos melhores encaminhamentos. Assim, as escolas precisam

criar grupos que envolvam os integrantes de toda a comunidade escolar. Esses grupos devem funcionar como espaços para colocar as questões vividas na escola e pela escola para que sejam submetidas à reflexão conjunta e à tomada de decisões, sempre que necessário.

Encontro de assessoria do Vlado Educação na escola: Para garantir sustentação ao Projeto e apoiar mudanças importantes nas práticas estabelecidas, é importante haver uma interlocução externa que ajude a ampliar o olhar e entender questões, tomar decisões, garantindo um forte elo de sentido entre o processo de formação e o contexto de atuação. Os educadores do Vlado Educação farão o acompanhamento das especificidades do Projeto em cada escola.

Encontros de interlocução com os técnicos das DRES: Estão previstos encontros entre o formador do Vlado Educação e os técnicos de cada DRE envolvida no Projeto para análise do andamento do Projeto nas escolas, esclarecimentos, troca de informações e sugestões sobre eventuais ajustes e/ou ampliação das ações.

Periodicidade sugerida para cada etapa das ações formativas

ATORES ENVOLVIDOS			
AÇÃO FORMATIVA	Participantes	Responsáveis	PERIODICIDADE
Grupo dos mobilizadores (encontros de formação)	Mobilizadores e técnicos da DREs	Coordenação e formador do Vlado Educação	Mensal
Assessoria local (Vlado na escola)	Equipe da escola	Formador do Vlado Educação	Mensal
Grupos na escola	Equipe da escola	Mobilizadores	A critério da escola
Interlocução com as DREs	Técnicos das DREs	Formador do Vlado Educação	Bimestral

6. ANTES DE COMEÇAR...

O Projeto Respeitar é Preciso! se apresenta como uma proposta de ação. Portanto, neste material, vocês vão encontrar atividades para o trabalho a ser desenvolvido pela comunidade escolar. São atividades para reflexão, diálogo, interação, construção e atuação em conjunto com todos os envolvidos no convívio escolar.

Indicamos aqui algumas sugestões que podem servir de inspiração para o desenvolvimento dos trabalhos:

- Manter na escola um painel com notícias, reportagens e informações sobre o tema Direitos Humanos para que toda a comunidade escolar tenha acesso e possa se informar sobre o que está acontecendo na comunidade escolar.
- Organizar uma agenda de encontros para garantir os horários em que o maior número de pessoas possa participar.
- Organizar o espaço de acordo com o tipo de trabalho que será realizado. Como na maioria das vezes serão trabalhos em grupo, a organização da sala precisa propiciar a formação de uma roda de conversa e também a divisão dos participantes em subgrupos.
- Reservar um tempo antes ou depois da reunião para confraternizar é interessante. Todos sabem a importância de um lanche para tornar um encontro mais agradável e estreitar os vínculos entre as pessoas.
- Lembrar que, apesar de as atividades serem orientadas e os materiais estarem indicados em cada atividade, esse trabalho é de cada escola. Vocês podem e devem conferir aos trabalhos uma identidade própria da escola, e isso pode significar, por exemplo, inserir outros materiais, ampliar atividades e gerenciar o tempo conforme as necessidades de cada grupo. Cada escola vai criar o seu percurso.

- Garantir o exercício do diálogo o tempo todo é fundamental. Lembrar que a opinião de todos tem valor, que no diálogo construímos conhecimento juntos e nos desenvolvemos, que é comum mudar de ideia, transformar uma opinião. Assim, algo que sempre foi de um jeito pode ser de outro. Cada um pode olhar e entender a mesma questão de formas diferentes. A Educação em Direitos Humanos chama a todos para uma atitude flexível, em que a mudança deve ter espaço o tempo inteiro.
- Considerar que a adoção dos princípios dos DH é algo que muitas vezes vai contra o estabelecido, o que é rotineiro tanto nas relações cotidianas com os alunos quanto entre os adultos. Assim, é preciso não só buscar boas intervenções educativas, mas enfrentar dificuldades no sentido de se colocar “contra a corrente” e assumir uma postura diferente.

7. COMEÇANDO JUNTOS

Pensando em incentivar a participação de todos, é interessante apresentar o Projeto Respeitar é Preciso! em forma de celebração, comunicando, pela maneira de conduzir o encontro, que esse projeto é uma construção coletiva e que todos estão convidados a participar. Por isso, a proposta de um lanche e, se possível, de uma apresentação artística curta (declamação de um poema, canto de uma música etc.) é uma boa ideia para dinamizar a apresentação do Projeto para a comunidade escolar.

Sugerimos, então, convidar a todos para um café, mas um café diferente, o *Café com Respeito*, um encontro para apresentar o Projeto à comunidade escolar e convidar todos para participar.

.....

Providenciar

- Espaço amplo que permita acomodar o público esperado, possibilitando proximidade entre os participantes



Festival Entretodos
Realizado pela Secretaria
Municipal de Direitos Humanos
e Cidadania de São Paulo, o
Festival de Curtas-Metragens
em Direitos Humanos estimula
a produção de filmes como
meio educativo e promotor
do debate sobre os Direitos
Humanos.

- Lanchinho (se não houver verba, propor um lanche comunitário)
- Fotos da escola, notícias e outras imagens interessantes e pertinentes ao tema, seleção de vídeos do **Festival Entretodos**, mais significativos para a comunidade escolar, para compor o espaço em que será servido o lanche
- Equipamento para reprodução de vídeo
- Lousa ou folhas grandes de papel para registros coletivos
- Giz ou canetinhas coloridas
- As *Orientações Gerais* e os quatro cadernos temáticos do Projeto



Atividades



1. *Iniciar o encontro com a confraternização na mesa do café* – Os vídeos selecionados podem ficar “rodando” durante o café e/ou ser apresentados como abertura do encontro, antes da próxima atividade, entre o café e o cochicho.

2. *Cochicho* – Após o café e depois de os participantes se acomodarem no espaço, fazer como forma de aquecimento 10 minutos de cochicho (conversa rápida e em voz baixa) com o participante ao lado sobre, por exemplo, “as ideias que me vêm à cabeça quando ouço falar em respeito”.

Então, algumas pessoas compartilham no coletivo as ideias que tiveram e aquelas que ouviram. É bem possível haver, nessa primeira coleta de impressões, queixas e relatos de desrespeito, porque é muito mais fácil falar do desrespeito que do respeito. Isso não é ruim e só reforça a necessidade de trabalhar com um projeto como este na escola.

3. *O que é esse projeto?* – Em seguida, quem estiver coordenando o encontro fala sobre as linhas gerais do Projeto, explicando quais serão as referências ou os encarregados pela proposta do Projeto nesse primeiro momento (provavelmente o diretor, o auxiliar

administrativo ou o coordenador pedagógico). As pessoas que tiverem participado do curso Respeitar é Preciso!, realizado em 2014, podem falar sobre aquilo que discutiram e consideram relevante a respeito da Educação em Direitos Humanos no curso.

4. *Conhecer o material* – Esse é um bom momento para que todos olhem o material, verifiquem os conteúdos, as ilustrações e o que ele propõe, numa leitura transversal. Isso pode ser feito em pequenos grupos. Então, certamente surgirão perguntas sobre o Projeto e sobre o que a escola já pensou a respeito do tema. Algumas questões já terão respostas, enquanto outras ainda não. Nesse caso, todos são convidados a participar para encontrá-las juntos. É importante registrar as questões que ficaram sem resposta para buscá-las durante as próximas ações do Projeto.

Finalização

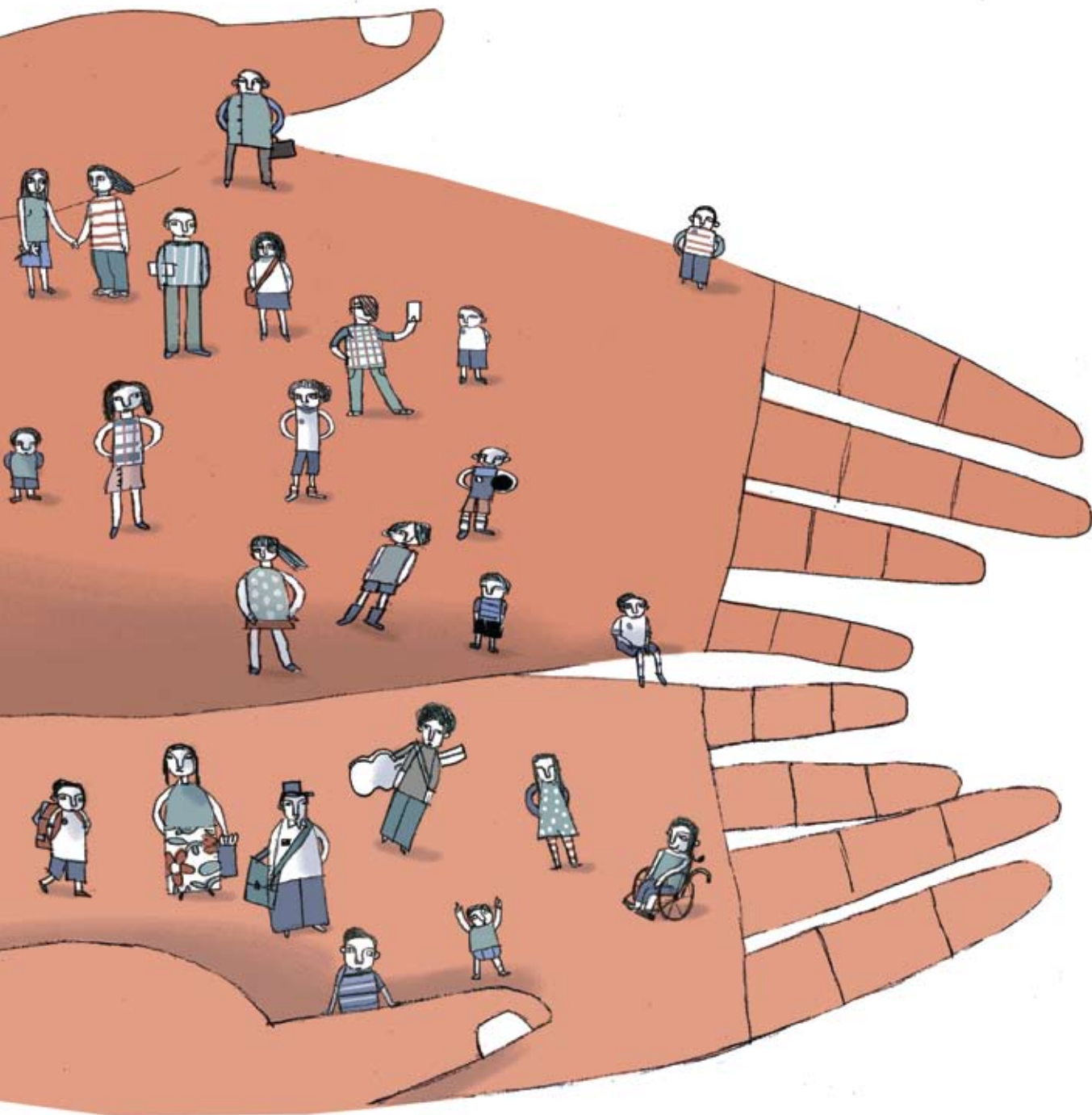
Compartilhar as impressões sobre o Projeto e a participação da escola e marcar os próximos encontros do Projeto.

Certificar-se de que todos os segmentos estejam sabendo do Projeto e, caso necessário, definir quem se responsabiliza por disseminar a informação sobre o Projeto, convidando a participar dos próximos encontros.

Elaboração da vivência

Fazer uma rápida reflexão para que os participantes tomem consciência do que estão levando desse encontro. Assim, cada um pode citar algo que tenha sido útil para si.

É interessante que a pessoa que estiver conduzindo o encontro também se coloque, depois de ouvir algumas pessoas da plateia, encontrando algo bem específico que foi dito no encontro, e não palavras genéricas como “esperança”, que são importantes, mas muito abstratas. A ideia é começar a comunicar que está na hora de pensar em coisas e ações concretas.



Parte II.

Direitos Humanos e Educação em Direitos Humanos

“Educação em Direitos Humanos é a prioridade das prioridades. É quando projetamos a possibilidade de evitar novas violações dos Direitos Humanos.”

Paulo Vannuchi



experiência de um convívio pautado pelos princípios dos DH propicia a legitimação de valores que, uma vez adotados, passam a orientar o posicionamento diante de problemas como a homofobia, a discriminação étnica e de gênero, a violência e o ódio social. Do mesmo modo, o estabelecimento de relações pautadas pelo respeito mútuo contribui para o afastamento da violência na vida dentro e fora das escolas. Essa é a finalidade da EDH.

1. DIREITOS HUMANOS: DO QUE ESTAMOS FALANDO?

Muitas vezes, o termo “Direitos Humanos” é visto como algo muito genérico, que não diz respeito a todos, mas àqueles que precisam... Quais direitos eu tenho? Esses direitos sempre existiram? Quem os criou? Nestas atividades, vamos refletir sobre o que são Direitos Humanos e conhecer os documentos oficiais que tratam deles.



Direitos Humanos é uma prática de vida, um estado de espírito. E deve ser ensinado à criança desde a primeira infância.”

Margarida Genevois

Providenciar

- Equipamento para reprodução de vídeo on-line ou baixado para exibição do vídeo “A História dos Direitos Humanos”, da United for Human Rights, 2009 (disponível em versão legendada em: <http://br.humanrights.com/home.html>)
- Lousa ou folhas grandes de papel para registros coletivos
- Giz e canetinhas coloridas

Atividades



1. *Troca de ideias* – Para entender como os Direitos Humanos estão presentes no dia a dia. Olhando as placas a seguir, pensem e conversem sobre as perguntas: O que elas nos dizem? Quais direitos estão assegurando? Estas placas são respeitadas?

É vedada, sob pena de multa, qualquer forma de discriminação em virtude de raça, sexo, cor, origem, condição social, idade, porte ou presença de deficiência ou doença não contagiosa por contato social, no acesso aos elevadores deste edifício.

Lei 11995 - Decreto nº 36.434 de 04/10/96

Atendimento Preferencial e Prioritário para:



- idosos acima de 60 anos
- gestantes
- pessoas com deficiência
- pessoas com crianças no colo

Quais outros direitos podemos identificar em nosso dia a dia? E na escola? Que outros hábitos do cotidiano, dentro e fora da escola, marcam a presença ou a violação de direitos? De que direitos?

2. *Leitura* – Os Direitos Humanos são resultado de lutas históricas, nem sempre pacíficas, que aconteceram no decorrer da história da humanidade e continuam até hoje. Em determinado momento, vários países se reuniram e fizeram a Declaração Universal dos Direitos Humanos, um marco muito importante que pode ser conhecido na leitura do texto a seguir, acompanhada de comentários dos integrantes do grupo.

Sobre os Direitos Humanos

Logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, foi criada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que gerou pactos internacionais assinados e ratificados pelo Brasil e por muitos outros países – que abrangem os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais de todos os cidadãos.

Em seus trinta artigos, a Declaração define que todos os seres humanos têm direito à vida e à liberdade; à proteção da Justiça e a seus direitos fundamentais; à presunção de inocência até que a culpa seja provada; à liberdade de locomoção e residência, bem como de entrar em seu país e dele sair; a asilo em outro país, exceto por crimes de direito comum; a casar-se e constituir família; à propriedade; à liberdade de pensamento, consciência e religião, de opinião e expressão, de reunião e associação; a participar do governo e a acesso aos serviços públicos.

A Declaração determina ainda que a base da autoridade do governo é a vontade do povo, manifestada em eleições livres; que todos têm direito à segurança pessoal e à escolha de emprego, com salários iguais para trabalhos iguais; à organização de sindicatos; ao repouso e lazer, com férias remuneradas; à saúde e ao bem-estar, com cuidado e atenção especiais à maternidade e à infância; e à instrução elementar e fundamental gratuita.

De outra parte, a Declaração Universal dos Direitos Humanos proíbe a escravidão e o tráfico; a discriminação; a tortura e os castigos cruéis; e interferências na vida privada, na família e no lar de todos, bem como ataques à sua honra e reputação.

Assim, os Direitos Humanos protegem todos nós, independente de quaisquer condicionantes de classe, gênero, raça, etnia, cultura, origem ou condição social; protegem a democracia, a nossa vida e a nossa liberdade.

Saiba mais sobre a evolução histórica da luta por Direitos Humanos no site: <http://www.dhnet.org.br/direitos>.

3. *Leitura* – Os Direitos Humanos têm sido, muitas vezes, interpretados de modo restrito, como se não dissessem respeito a todos nós, à nossa vida concreta e fossem apenas “direitos de bandidos”. O cordel a seguir trata exatamente disso. É um poema escrito para ser lido em voz alta. Leiam e conversem um pouco sobre essas ideias.



A Declaração dos Direitos Humanos em cordel

Valdecy Alves

*O pai e o filho na sala
Juntos viam televisão
Noticiavam um crime
Que causara comoção
Diversas autoridades
Ali davam opinião*

*Locutores revezavam
Falando em crimes insanos
Dos praticantes do mal
Através de maldosos planos
Ao tempo que criticavam
Os direitos humanos*

*O filho já rapazinho
com tudo já concordava
Dizendo: – Pai, é isso aí*

*Onde esse povo estava
Com seus direitos humanos
Enquanto só se matava?*

*O tema central da mídia
Que defendia em tom forte
Era a lei de talião
Pro criminoso sem norte
Pregavam só um caminho
Que era a pena de morte*

*Perguntava assim o jovem:
– Por que somente bandido
Tem os direitos humanos
Para si só garantido
Ninguém no enterro da vítima
Completamente esquecido?*

*O pai ficou admirado
Com a jovem opinião
Tratou logo da resposta*



*Sem nenhuma hesitação
Sentia ser importante
Clarear a situação*

(...)

*– Direitos humanos, filho
Não se resumem ao preso
São muito mais complexos
Como painel de azulejo
Dos mais variados direitos
Não fique assim tão surpreso!*

*– Há os direitos civis
Ir, votar, vir, opinar,
O direito à igualdade
Criar, pensar, se expressar*

*Fundar associação
De ter, de ser, de casar!*

*– Direito a educação
Saúde, trabalho, lazer
Segurança, previdência
Direito a sobreviver
Proteger o idoso, a criança
Mesmo o direito de crê...*

*– Achar direitos humanos
Tratar só do criminoso
É pensamento restrito
É só crê no duvidoso
Ver-se apenas uma estrela
No céu imenso, espantoso!*

(...)

Ao conversarem sobre o texto, sugerimos fazer um registro coletivo de suas reflexões. Vocês podem sistematizá-las com base nas seguintes perguntas: Em que vocês convergem? Em que discordam? Que dúvidas vocês ainda têm sobre os Direitos Humanos?

4. *Exibição do vídeo sobre a história dos DH* – O fato de todos termos esses direitos por ser somos pessoas humanas foi conquistado ao longo da história, com lutas em muitos lugares do mundo. No entanto, essa luta ainda não acabou. Ela também faz parte da nossa vida. Assistir ao vídeo para conhecer essa história e conversar sobre a nossa responsabilidade em relação a ela.

Finalização

Compartilhar algo que surpreendeu vocês nesta discussão.

Elaboração da vivência

O cordel dos DH e o vídeo tratam do que são esses direitos e da necessidade de que façam parte da vida de todos para que realmente existam. Se vocês pensarem criticamente no seu cotidiano escolar, quais são os desafios que precisam ser superados para a concretização desses direitos?

Fazer um registro coletivo dessa discussão, anotando os desafios e os direitos que podem ser mais bem assegurados na escola de vocês.

2. RESPEITO É BOM E EU GOSTO

Para realizar bem esse projeto, é preciso que todas as ideias acerca do respeito sejam expostas, discutidas e compartilhadas, para que cada participante possa confirmar algumas, abrir mão de outras, transformá-las, trocar impressões, fazer perguntas e ampliar os olhares sobre essa questão. Este talvez seja um primeiro passo a ser dado em direção a uma forma de educar que esteja firmemente pautada nos Direitos Humanos.



Providenciar

- Folhas grandes de papel para registros coletivos
- Folhas para registros individuais
- Canetinhas coloridas



Atividades



1. *Memória* – Para começar a falar sobre respeito e desrespeito, vamos individualmente recuperar experiências vividas e refletir sobre elas. A ideia é resgatar situações em que alguém tenha sido desrespeitado e também se perceber como ator de desrespeito, observando que isso acontece com todos... É importante destacar quais sentimentos surgiram nessas situações.

Lembrar e registrar:

- Uma situação na escola em que você foi desrespeitado por alguém. Como se sentiu. Como reagiu.
- Uma situação na escola em que você foi respeitado por alguém. Como se sentiu. Como reagiu.
- Uma situação na escola em que você respeitou alguém. Como se sentiu. Como reagiu.
- Uma situação na escola em que você desrespeitou alguém. Como se sentiu. Como reagiu.

O registro desta atividade precisa ser breve, utilizando palavras representativas e focadas em cada situação, nos sentimentos mobilizados e na sua reação. Esse registro será utilizado em um mapeamento que será feito posteriormente, como ponto de partida para pensar a elaboração do plano de ação. Para isso, esses registros precisam ser reunidos e guardados por um integrante do grupo.

2. *É hora de compartilhar. Quem começa?* – Lembrem-se de que estamos falando de algo que acontece de fato e que não devemos ter receio de externar isso. Vamos compartilhar essas questões com o grupo. As ideias que forem surgindo podem ser anotadas na lousa para que depois possam basear alguma conclusão, ainda que provisória.

3. *Considerando o que foi lembrado e compartilhado anteriormente, pensar junto nas seguintes questões* – O que leva uma pessoa a respeitar outra? O que leva uma pessoa



O que significa dizer que queremos trabalhar com Educação em Direitos Humanos? A Educação em Direitos Humanos é essencialmente a formação de uma cultura de respeito à dignidade humana por meio da promoção e da vivência dos valores da liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade, da cooperação, da tolerância e da paz. Portanto, a formação dessa cultura significa criar, influenciar, compartilhar e consolidar mentalidades, costumes, atitudes, hábitos e comportamentos que decorrem, todos, daqueles valores essenciais citados – os quais devem se transformar em práticas.”

Maria Victoria Benevides

a desrespeitar alguém? Importante aqui também é o registro coletivo. Tudo isso será utilizado em momentos posteriores, além de ser uma forma de documentar o processo do grupo.

Finalização

No Projeto Respeitar é Preciso!, o respeito que será abordado é o respeito mútuo. Então, as questões importantes também são: quem eu respeito, por que eu respeito, quem me respeita e por que me respeita.

O objetivo desta etapa da atividade é compartilhar impressões, sentimentos e reflexões sobre o tema do respeito. É importante registrar em folhas grandes as falas que apareceram, que serão retomadas no momento do mapeamento.

Elaboração da vivência

Compartilhar como foi refletir sobre situações de respeito e desrespeito.



3. EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

A Educação em Direitos Humanos vai além de uma aprendizagem cognitiva, incluindo o desenvolvimento social e emocional de quem se desenvolve no processo de ensino-aprendizagem.”

Programa Mundial de Educação em DH, PMDE, ONU, 2006



Providenciar

- Lousa ou folhas grandes de papel para registros coletivos
- Giz ou canetinhas coloridas



Atividades



1. *Roda de conversa sobre um texto* – O texto a seguir traz as ideias centrais da concepção de EDH que orienta esse projeto, assim como os documentos oficiais brasileiros sobre o assunto. Uma leitura silenciosa orientada pela questão “O que é essencial buscar garantir na prática da EDH?” possibilita um mergulho nessas ideias. Depois, uma troca no grupo favorecerá o aprofundamento e a ampliação da compreensão.

A Educação em Direitos Humanos parte de três pontos essenciais. Primeiro, é uma educação de natureza permanente, continuada e global. Segundo, é uma educação necessariamente voltada para a mudança. Terceiro, é uma inculcação de valores para atingir corações e mentes, e não servindo apenas de instrução meramente transmissora de conhecimentos. Acrescente-se, ainda, e não menos importante, que ou essa educação é compartilhada por aqueles que estão envolvidos no processo educacional (os educadores e os educandos) ou ela não será educação, e muito menos educação em direitos humanos. Esses pontos são premissas: a educação continuada, a educação para a mudança e a educação compreensiva, no sentido de ser compartilhada e de atingir tanto a razão quanto a emoção.

Maria Victória Benevides

2. *Leitura* – Em pequenos grupos (o ideal são grupos de até cinco pessoas), ler um trecho do texto a seguir sobre EDH, que pode ser dividido de acordo com o número de grupos. Nos grupos, discutir cada trecho e pensar sobre o que isso significa na prática na sua escola, especificar situações concretas do cotidiano escolar que permitem concretizar a EDH na escola e preparar uma apresentação com uma síntese dessa reflexão num painel para os demais grupos, de modo que todos possam refletir sobre o conjunto das ideias produzidas.

EDH é uma educação em valores para a qual a experiência do respeito mútuo é essencial

O ensino e a aprendizagem de valores relativos aos Direitos Humanos têm como pressuposto e condição essencial a prática do respeito entre todos na comunidade escolar. Quem não se sente respeitado também não respeita. Assim, respeitar o outro e se fazer respeitar é questão central e permanente uma vez que a capacidade de se autogerenciar com base no respeito mútuo vai se tornando cada vez mais efetiva e refinada ao longo da vida e das experiências. Essa é a base da educação em valores.

EDH acontece na experiência vivida, e não apenas com base em saberes teóricos

Quando falamos em Educação em Direitos Humanos, falamos do ensino de valores na perspectiva da formação de sujeitos de direito, isto é, de pessoas que aprendam a afirmar esses direitos de modo autônomo e democrático; que saibam dos direitos seus e dos demais e que compreendam sua responsabilidade para com os direitos de todos. Que compreendam que esses direitos envolvem uma multiplicidade de deveres por conta da universalidade dos direitos, sua indivisibilidade, sua reciprocidade. Portanto, para criar e desenvolver o compromisso com os princípios que sustentam os Direitos Humanos, é importante ter a possibilidade de experimentá-los e de refletir com seus pares acerca da experiência, para, assim, adotá-los, por sua própria vontade, como princípios de vida. Em outras palavras, é preciso vivenciar para compreender em profundidade o seu sentido, e não apenas ter conhecimentos sobre os DH, mesmo sendo este um ponto muito importante, pois não há esse conhecimento no Brasil.

EDH pede protagonismo de quem aprende

Atuar como protagonista possibilita aprender a tomar decisões e a atuar coletivamente, reconhecendo seu papel e considerando o dos demais, e, com isso, construir uma imagem de si próprio como cidadão. Em outras palavras, o protagonismo promove o empoderamento (a crença na própria capacidade e possibilidades), necessário para atuar e

fazer valer os DH na sociedade. O trabalho educativo será orientado no sentido de proporcionar situações para que os princípios sejam colocados em prática, de modo que todos, adultos, crianças e adolescentes, se envolvam no planejamento e na realização de ações internas e/ou externas à escola, como promotores e defensores dos Direitos Humanos, visando às reais transformações em seus contextos de vida e/ou no convívio escolar.

Na EDH, o trabalho coletivo é essencial

Ainda que seu aprendizado se inicie no âmbito familiar, valores e atitudes são produções sociais e são aprendidos em contexto social. Daí, a importância de priorizar atividades coletivas: o diálogo, o debate, a troca e a cooperação são contextos essenciais para a construção dos valores em questão. Pela mesma razão, na escola, na medida em que todos fazem parte de uma mesma comunidade educativa, todos os integrantes precisam estar envolvidos no processo de EDH. Portanto, é necessário cuidar especialmente das relações interpessoais que se dão nas diferentes instâncias da instituição e entre os diferentes participantes dela e também incentivar, valorizar, priorizar e planejar momentos educativos em que se aprenda a trabalhar coletivamente e de acordo com os valores que fundamentam os DH.



EDH precisa contemplar a história da luta pelos Direitos Humanos

Outro elemento metodológico importante da EDH, que possibilita a compreensão aprofundada das questões da realidade atual, é a perspectiva histórica dos Direitos Humanos, das lutas para conquistá-los e para assegurar sua prática, como aquelas vinculados ao direito ao trabalho, ao direito a uma vida digna, ao direito à educação e à cultura da humanidade. É importante ter uma visão de que esses direitos constituem um conjunto em construção, que há situações em que ocorrem conflitos de direitos, que há lutas sociais para a sua garantia nos mais diversos países e momentos históricos e que é preciso não deixar que se repitam situações de desumanidade, como os períodos de morticínio dos indígenas brasileiros, da escravidão, da ditadura do Estado Novo e da ditadura iniciada com o golpe civil-militar em 1964. No âmbito internacional, acontecimentos

que, embora externos, impactaram a sociedade brasileira (como o Holocausto) também precisam ser conhecidos para que não se repitam. Essa perspectiva histórica deve estar presente como tema transversal nas aulas de História e em outras situações coletivas de aprendizagem.

EDH acontece ao longo da vida

Ninguém nasce justo, respeitoso, sabedor dos próprios direitos e dos demais. Aprendemos a sê-lo. E nos tornamos cada vez mais capazes de ser à medida que podemos praticar e conviver com quem pratica esses valores. Essa não é uma aprendizagem pontual nem simples. Demanda tempo, vivência e reflexão. As crianças, os adolescentes e os jovens vão construindo (ou não!) paulatinamente as capacidades para serem justos, para usar o diálogo na resolução de conflitos, para reconhecer a perspectiva do outro, para compreender a complexidade das situações, para gerenciar suas ações com base em princípios. Por isso, a EDH precisa ser pensada como um processo contínuo e permanente, ser realizada ao longo de toda a escolaridade, de modo que sua prática se torne parte intrínseca da tarefa educativa.

EDH nos documentos oficiais

A discussão da Educação em Direitos Humanos não é novidade no Brasil. Podemos citar importantes documentos que, ao longo do tempo, deram sustentação e legitimação à luta pelos Direitos Humanos, buscando a cultura de Direitos Humanos na escola: o Programa Nacional de Direitos Humanos-3 (2009), o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2006) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica – Direitos Humanos, homologada pelo Conselho Nacional de Educação em maio de 2012.

Você pode conhecer
os documentos na
íntegra visitando os
sites indicados na
bibliografia.

Para o Projeto Respeitar é Preciso!, outros dois documentos são fundamentais: a Proposta de Programa de Reorientação Curricular e Reestruturação Organizacional da Rede Municipal de Educação de São Paulo 2013 e o Programa de Metas 2013-2016, da gestão Fernando Haddad, do Município de São Paulo.

3. *Painel* – Cada grupo apresenta a síntese da sua produção, e, ao final, todos são convidados a olhar o conjunto dos painéis e pensar o quanto já contemplam a natureza da Educação em Direitos Humanos e quanto mais podem avançar. Vale a pena registrar essa discussão.

Finalização

Ler em voz alta o seguinte trecho das Diretrizes Nacionais para a EDH e abrir para comentários:

“As escolas assumem importante papel na garantia dos Direitos Humanos, sendo imprescindível, nos diversos níveis, etapas e modalidades de ensino, a criação de espaços e tempos promotores da cultura dos Direitos Humanos. No ambiente escolar, portanto, as práticas que promovem os Direitos Humanos deverão estar presentes tanto na elaboração do projeto político-pedagógico, na organização curricular, no modelo de gestão e avaliação, na produção de materiais didático-pedagógicos, quanto na formação inicial e continuada dos profissionais da educação”.

Elaboração da vivência

Cada participante compartilha algo que aprendeu nestas atividades, citando um aprendizado em especial.

Levar consigo a seguinte reflexão: O que o Projeto Respeitar é Preciso! mobiliza



Texto de apoio

EDUCAÇÃO EM VALORES

“Desde muito pequenas, as crianças devem ser mediadas na construção de uma visão de mundo e de conhecimento como elementos plurais, formar atitudes de solidariedade e aprender a identificar e combater preconceitos que incidem sobre as diferentes formas dos seres humanos se constituírem enquanto pessoas. Poderão assim questionar e romper com formas de dominação etária, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa, existentes em nossa sociedade e recriadas na relação dos adultos com as crianças e entre elas. Com isso, elas podem e devem aprender sobre o valor de cada pessoa e dos diferentes grupos culturais, adquirir valores como os da inviolabilidade da vida humana, a liberdade e a integridade individuais, a igualdade de direitos de todas as pessoas, a igualdade entre homens e mulheres, assim como a solidariedade com grupos enfraquecidos e vulneráveis, política e economicamente. Essa valorização também se estende à relação com a natureza e os espaços públicos, o respeito a todas as formas de vida, o cuidado de seres vivos e a preservação dos recursos naturais.”

Parecer CNE/CEB n. 20/2009 – Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – Princípios Éticos

Será possível ensinar valores na escola? Para responder a essa pergunta, talvez a melhor forma seja fazer outra pergunta: Será possível **não** ensinar valores na escola?

É importante compreender que a educação em valores está profundamente ligada à escola como espaço de convivência e socialização, desde os primeiros anos de vida. Mesmo sem saber, ou sem querer, os educadores estão sempre ensinando e os alunos estão sempre aprendendo valores, seja por meio dos conteúdos das aulas, seja pela participação no convívio escolar, nas interações com todos os integrantes da comunidade escolar.

Convívio escolar

Quando falamos de convívio escolar, estamos nos referindo a todas as relações e situações vividas em função da escola, de seu projeto político-pedagógico, não só em seus diversos espaços (solário, trocadores, banheiros, corredores, pátios, secretaria, sala dos professores, lactários, salas de aula, cozinhas e refeitórios, piscina, quadra etc.), como também nos espaços educativos fora da escola (passeios, viagens de estudo de meio, saídas a teatros e exposições, espaços de parceiros etc.). No convívio escolar, destacam-se as relações vividas entre os diversos integrantes da comunidade escolar (alunos, diretores, coordenadores, professores, demais funcionários, famílias, parceiros, terceirizados etc.).

A comunidade escolar, então, precisa se qualificar como uma comunidade de aprendizagem, em que todos se dispõem a aprender: do aluno ao diretor, do funcionário da limpeza ao segurança, do parceiro da organização não governamental ao parceiro de outros equipamentos públicos, como os profissionais da Unidade Básica de Saúde ou da Guarda Civil Metropolitana. Todos precisam se entender como educadores e aprendizes. Essa abertura para o novo ajudará a fazer desse grupo um coletivo criativo.

Não se trata de formar “cidadãos bons”, dóceis, bem-educados, que tenham boas maneiras, que obedeçam à lei apenas como ato de submissão. Trata-se de uma formação ética fundada na construção da autonomia e que serve de base para uma vida cidadã. A proposta é formar cidadãos que adotem os valores e as normas deles decorrentes, por legitimá-los por meio de uma compreensão crítica, por acreditar que são bons para si e para os demais e não por serem obrigados a isso ou por controle externo. Essa é uma reflexão que mobiliza racionalidade e afetividade e que não é isolada, precisa se dar na relação consigo e com o outro, na vida pública, com a igualdade e com a diferença de cada um. E, aqui, é importante considerar pelo menos dois aspectos que interferem no processo educativo: a construção do autorrespeito e da capacidade reflexiva.

O autorrespeito, ou uma autoimagem positiva

Os alunos precisam perceber os valores que queremos ensinar como algo bom, de que podem se orgulhar, que os valoriza diante deles próprios, de seus pares e dos adultos com quem convive (familiares, educadores ou outros). A autoimagem positiva ajuda os alunos a se acreditarem dignos de respeito. Nesse sentido, o pertencimento a determinado grupo (a escola, a comunidade, o time), a aceitação pelos demais, o sentir-se valorizado e o compartilhar realizações são fatores favoráveis tanto para a construção da autoimagem positiva quanto para a adoção dos valores desse grupo, podendo fazer com que *sejam desejados e façam parte da identidade pessoal do grupo*. De outro modo, situações de injustiça, humilhação e exclusão destroem o autorrespeito de quem as sofre e podem gerar sentimentos de depressão, reações de apatia ou agressividade e violência.

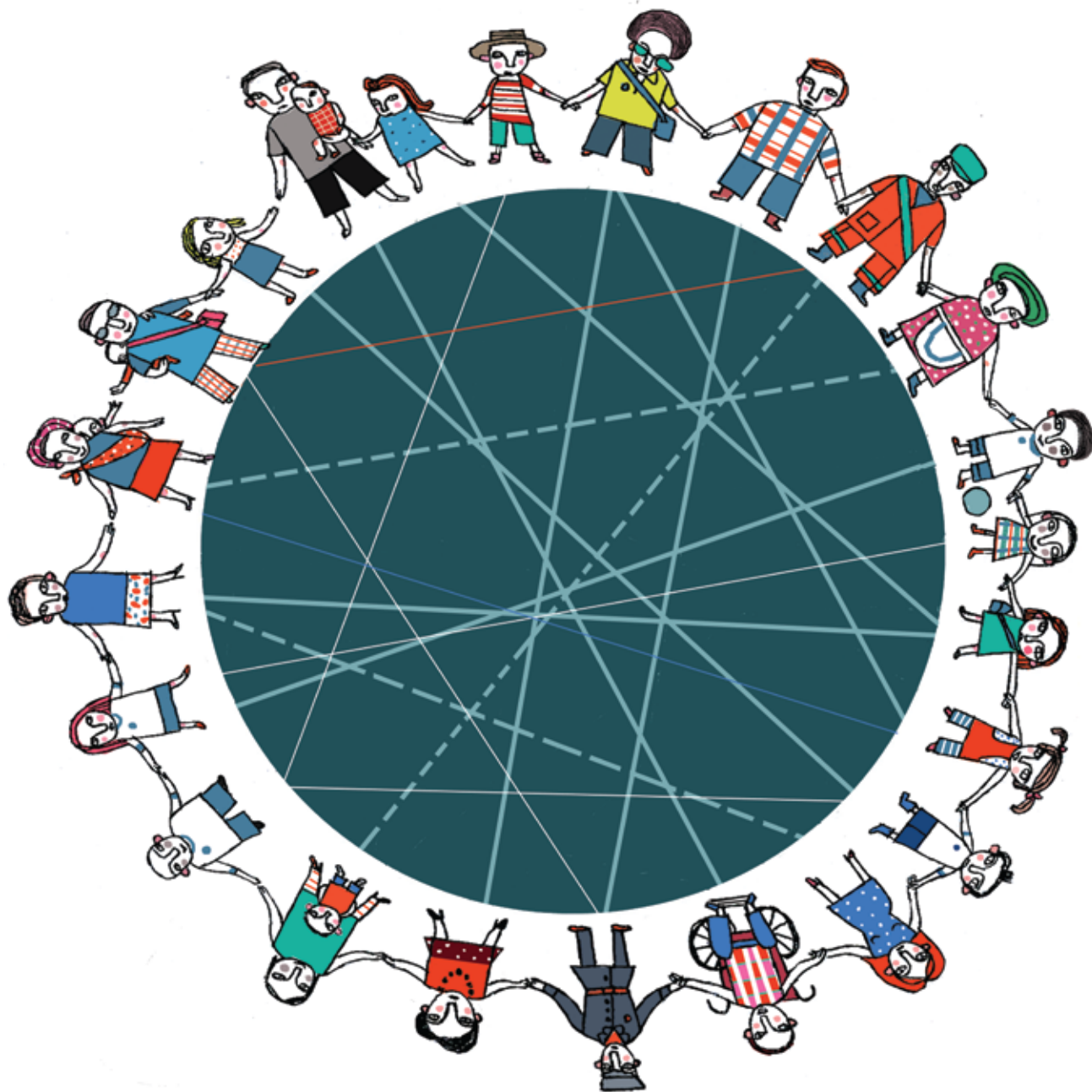
A capacidade reflexiva

Se o que desejamos é autonomia (e não obediência), é preciso que os alunos aprendam a refletir sobre as normas que desejamos que cumpram para que possam compreender os valores que as orientam, compreender a sua finalidade, julgar a sua justiça e a sua pertinência e para construir outras normas que ajudem a organizar a vida comum na escola. Esse é um trabalho educativo valioso que possibilita atribuir sentido às regras, adotá-las de modo consciente e responsabilizar-se pelo seu cumprimento. O mesmo se aplica às decisões que os alunos precisam tomar no dia a dia: precisam aprender a pensar sobre os valores que estão em jogo, sobre as causas e as consequências de diferentes decisões possíveis, sobre as intervenções necessárias para fazer valer os princípios de justiça e solidariedade, considerando a perspectiva do bem comum. Se queremos que aprendam a respeitar ideias diferentes das suas, temos que ensiná-los a dialogar. Assim, é possível que essa capacidade e essa atitude de refletir e decidir com base em princípios se desenvolvam e se tornem cada vez mais potentes.

Outro aspecto muito importante no processo educativo no que se refere aos valores é a coerência entre o discurso e as ações dos adultos e educadores. Aí também se inscreve a questão das punições. É essencial refletir sobre sua função educativa, promotora da adesão aos valores, e não o contrário. Nesse quesito, estão em jogo a justiça e a correspondência entre a sanção e a transgressão praticada.

Quanto mais a sanção tiver relação com o ato praticado e com a reparação dele (física ou simbólica), maior a possibilidade de ser considerada justa e de proporcionar aos sujeitos envolvidos uma experiência alternativa ao papel de transgressor, favorecendo a formação de uma imagem de si como alguém capaz de respeitar e ser respeitado. Assim, ter a oportunidade de se responsabilizar pelo ato cometido e lidar com seus efeitos por meio de uma sanção justa (e não meramente vingativa) permite àquele que cometeu o ato se colocar como sujeito diante do outro. Dessa forma, a sanção será um ato educativo, como devem ser as práticas escolares.

Segundo o Programa Mundial de Educação em DH (PMDE, ONU, 2006): “A educação em Direitos Humanos vai além de uma aprendizagem cognitiva, incluindo o desenvolvimento social e emocional de quem se desenvolve no processo de ensino-aprendizagem”.



Parte III.

Um pacto pelos Direitos Humanos

“O que não é, porém, possível é sequer pensar em transformar o mundo sem sonho, sem utopia ou sem projeto. (...) Na verdade, a transformação do mundo a que o sonho aspira é um ato político, e seria uma ingenuidade não ‘re-conhecer’ que os sonhos têm seus contra-sonhos.”

Paulo Freire, em *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*

Para a Educação em Direitos Humanos acontecer, a adesão precisa ser pessoal e coletiva, pois exige o compromisso de cada integrante e a mobilização coletiva para implementar um processo de revisão das práticas educacionais no convívio escolar.

Nesse sentido, além de definir juntos a maneira de se relacionar, será tão ou mais importante compartilhar os desejos que movem cada um no Projeto e alinhar caminhos para definir onde se quer chegar.

1. MAPA DOS SONHOS PARA A ESCOLA

A implementação do Projeto Respeitar é Preciso! aqui proposta vai percorrer um caminho que começa compartilhando valores e sonhos relativos ao respeito como algo que permeia o convívio escolar. Ao identificar esses sonhos, refletir sobre eles e buscar a integração de desejos de cada um, será possível estabelecer onde se quer chegar nesse processo de Educação em Direitos Humanos em cada escola e criar um coletivo de sonhos. Nesse projeto, é permitido sonhar...

Providenciar

- Fichas de papel, papelão ou cartolina em cores diferentes
- Canetinhas coloridas
- Pedaco de TNT do tamanho de uma lousa aproximadamente, ou outro material de suporte para prender as produções do grupo (fotos, registros, avisos etc.)
- Cola em spray, fita dupla face ou outro material para fixar, que permita mudar os itens de lugar para rearranjar o mural quando desejado
- Máquina fotográfica

Atividades



1. Compartilhar sonhos que gostariam de ver realizados no cotidiano escolar para que a escola seja mais acolhedora. Se um sonho seu para a escola pudesse se realizar, qual seria ele?

2. *Coleta de sonhos* – Cada participante recebe duas fichas, cada uma de uma cor. A proposta é escrever, numa das fichas, o sonho de longo prazo para a sua escola. Nas fichas de outra cor, cada um vai escrever um sonho a curto prazo, o que é mais importante e que pode acontecer logo para incentivar o respeito mútuo no convívio escolar. (Tirar fotos das pessoas trabalhando nos seus sonhos.)

É interessante colar os sonhos num mural/painel na parede, desde que seja possível utilizar canetas ou giz. (Tirar foto do mural, para manter como registro. Esse registro será utilizado mais adiante, no momento da elaboração do plano de ação.)

3. *Estabelecendo relações entre os sonhos* – Depois da coleta dos sonhos e da confecção do mural, cada participante olha as fichas e as agrupa por semelhança, dependência, correspondência, prioridade etc. Não vale desfazer o trabalho do outro.

Quem não concordar com a relação estabelecida pelo outro não deve desfazê-la, podendo traçar uma seta para unir os sonhos, indicando a relação entre estes. (Tirar fotos desse novo estágio do mapa.)

4. Parar e olhar novamente o mural/painel. Esse é um mapa coletivo de sonhos dessa escola. E agora, olhando para esse coletivo, é possível encontrar um sonho coletivo? Debater e registrar o sonho coletivo no mapa coletivo de sonhos. (Tirar fotos de mais esse estágio do mapa.)

Finalização

Definir dois ou três integrantes do grupo para fazer um painel com as fotos, abrangendo tudo o que foi produzido, de modo que o mapa final fique claro e legível.

Elaboração da vivência

Falar uma palavra que resuma a sensação de compartilhar os sonhos e olhar para o mapa de sonhos.

Reflexões individuais: Há algum sonho que não tive coragem de assumir no coletivo? Qual é? Por quê? O que precisaria acontecer para me dar coragem de assumir esse sonho?

2. PACTO PELO RESPEITO MÚTUO

Vamos dedicar um tempo para fazer um pacto entre os integrantes do grupo. Do que trata esse projeto? O que vai mudar no meu trabalho? O que vai mudar nas relações entre todos? Quais são os sonhos de cada um e do coletivo? Essa reflexão inicial permite o alinhamento de expectativas e facilita o diálogo ao longo de todo o desenvolvimento do Projeto, fortalecendo ou criando laços entre todos do grupo. É o momento de simbolizar o início das atividades, aproximar os participantes e envolver a todos numa tarefa comum.



PACTO DE ADESÃO

Pacto de adesão aqui significa: uma tomada de decisão (pessoal e conjunta com os demais integrantes da comunidade escolar) de fazer Educação em Direitos Humanos na escola por meio da constituição de um coletivo com base em relações de respeito mútuo entre todos.

O ritual proposto a seguir tem a função simbólica de iniciar os trabalhos, possibilitando que todos se sintam no grupo e com o grupo.



Providenciar

- Sala com bastante espaço livre, jardim ou pátio (de preferência um espaço aberto e integrado para visualizar a escola)
- Material para produzir um painel/mural e para enfeitá-lo



Atividades



1. *Realização do mural do Projeto Respeitar é Preciso!* – Juntar todos em torno do material para fazer um painel/mural, para divulgar todas as ações do Projeto, os avisos do que irá acontecer (dias de encontros, atividades, pesquisas etc.) e as notícias do que já aconteceu (os encontros, o que foi decidido, o que foi feito etc.). O painel pode conter texto, fotos e desenhos/ilustrações etc.

Definir:

- O tamanho do mural e os materiais que serão utilizados para a sua confecção. Vale tudo: pichação, grafite com frases ou poemas inspiradores etc.
- Quem será responsável pelo manejo do painel, se será uma pessoa encarregada ou se todos poderão afixar coisas nele.

Observação: Fixar o painel coletivamente num lugar visível e acessível da escola.

2. Quando o painel estiver pronto, como forma de ritualizar seu empenho no Projeto, cada participante se manifesta expressando um compromisso que vai assumir para que ele aconteça.

Cada escola decidirá como fazer esse rito do pacto, pode ser também por meio da escrita de uma carta de intenções e alguns dizeres dos compromissos assumidos pelos membros da escola, com assinaturas ou outras formas para marcar esse início de trabalho.

Finalização

Finalizar o ritual do pacto de adesão por meio da leitura de uma carta de intenções, da declamação de poemas sobre os Direitos Humanos, enfim, como cada grupo decidir se expressar. Não vamos esquecer, no entanto, que esse pacto de adesão precisará ser continuamente reconfirmado ao longo do trabalho, não necessariamente em rituais, mas no compromisso com o Projeto. A cada obstáculo a ser superado, será preciso relembrar e retomar esse pacto para reafirmar a vontade de todos de estar nessa empreitada e por que se comprometeram com ela.

Elaboração da vivência

É um momento a ser festejado com comes e bebes, músicas e atividades culturais.

3. FAZENDO VALER AS EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

Formado o grupo e ritualizado o início dos trabalhos, é hora de refletir sobre como o grupo vai funcionar, construir combinados, estabelecer canais de comunicação não apenas do ponto de vista formal, mas de como se darão as relações entre os membros do grupo, coerentes com os valores fomentados no Projeto.

Todos já tiveram experiências anteriores de vivências grupais e aprenderam com elas. É importante trazer essas experiências e partir delas para enriquecer a vivência que se inicia com esse projeto.



Providenciar

- Lousa ou folhas grandes de papel para registros coletivos
- Folhas para registros individuais
- Giz ou canetinhas coloridas



Atividades



1. Em grupos de três, compartilhar experiências positivas e negativas de grupo de estudos ou trabalho do qual já tenham participado. À medida que os participantes de cada grupo compartilham, registrar em poucas palavras o que contribuiu para que fosse uma boa experiência e o que determinou uma experiência negativa com base nas seguintes questões:

Como avaliar se uma experiência de grupo foi boa ou não?

Como o grupo foi organizado? Quais foram os principais combinados? Quais dinâmicas de trabalho foram eficazes?

Quais foram as atitudes das pessoas? O que pode ser trazido para esse projeto?

O que não funcionava bem no grupo? Que dinâmicas não foram eficazes? Quais foram os entraves? O que não gostariam de repetir nesse projeto?

Que valores foram contemplados no modo de funcionar da experiência positiva? Que

valores faltou contemplar no modo de funcionar da experiência negativa?

2. Fazer um registro coletivo na lousa (ou em folhas grandes de papel) dos diferentes aspectos que surgiram (positivos e negativos). É muito importante poder recuperar essas experiências depois. Organizar o registro em duas colunas: “O que queremos repetir” e “O que não queremos repetir”.

3. No coletivo, definir o que é importante especificar nesse momento como combinação de funcionamento e organização, contemplando a discussão anterior e tendo em vista que as próximas etapas de trabalho serão o mapeamento e a elaboração de um plano de ação para a escola. Alguém do grupo escreve na lousa os tópicos.

Ao final, esses tópicos precisam incluir também aspectos mais objetivos, como tempos, horários, próximos momentos de encontro, mobilizadores, pessoas responsáveis.

Lembrar que algumas decisões serão tomadas no momento do planejamento do mapeamento e outras, no momento do planejamento do plano de ação. Nenhum combinado é fixo ou eterno.

Finalização

Lembrar a data do próximo encontro. Combinar quem vai preencher o mural com os combinados de funcionamento, bem como quais combinados vão para o mural.

Elaboração da vivência

Parar, pensar e compartilhar expectativas pessoais em relação ao desenvolvimento das próximas atividades no que diz respeito ao funcionamento do grupo. Identificar o que será fácil e natural e o que será preciso de um investimento extra para manter o funcionamento respeitoso durante as atividades planejadas.

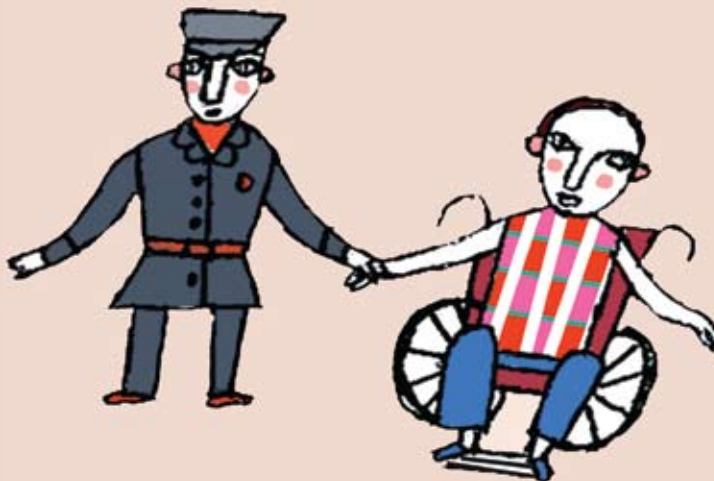
Texto de apoio

CUIDADOS PARA ABRIR ESPAÇOS DE DIÁLOGO

Criar um espaço de diálogo pode parecer simples. Em princípio, bastaria definir um horário, um local, escolher um tema, fazer uma pauta, reunir todos no local escolhido e seguir a pauta. O que nem sempre é tão simples é fazer desse espaço um momento de efetivas trocas, de conhecimento, reflexões, percepções e sentimentos. Com frequência, os momentos coletivos dos educadores na escola acabam sendo momentos de desabafo, reclamações e defesa de pontos de vista. Momentos de muita fala e pouca escuta. Reuniões que poucas vezes conseguem dar conta de promover discussões e decisões coletivas.

O diálogo entre ideias e opiniões diferentes se apresenta como uma dificuldade. Não contrariar as vozes mais fortes e não expor as próprias ideias para evitar conflitos parecem ser maneiras usuais de lidar com as diferenças.

Trocar implica que os sujeitos tenham histórias, repertórios, formas de pensar, experiências e saberes diferentes. Em boas conversas, as diferenças são ressaltadas e exploradas.



Ora, não parece espantoso pensar que numa escola não se saiba dialogar? Afinal, sem conversa, como gerar aprendizagem numa sala de aula? Sem diálogo, como trabalhar regras de convivência? Como planejar ações educativas sem trocar ideias e experiências? Como lidar construtivamente com conflitos sem escutar uns aos outros?

Boas conversas podem ser consideradas a matéria-prima da tarefa educativa.

Numa conversa, todos os envolvidos são igualmente responsáveis pelo seu andamento. Ora, se um começa a desrespeitar o outro, este, ao se sentir desrespeitado, terá provavelmente a reação de se defender ou atacar, ou se defender atacando e desrespeitar o primeiro na medida da sua ofensa, do quanto se sentiu ofendido. E, assim, pode se iniciar um círculo vicioso. Na próxima ocasião que essas mesmas pessoas tiverem de conversar, é possível que esse histórico de desentendimento seja reavivado e atualizado... Talvez com novas ofensas, ou má vontade, ou desconsideração, ou surdez seletiva... Um grande desafio é buscar compreender o que faz o outro se sentir respeitado ou desrespeitado.

Boas conversas exigem disponibilidade e empenho

Indicamos aqui alguns lembretes que podem ser úteis para ajudar a construir esse espaço de aprendizagem que são as rodas de conversa.

1. Estar convicto de que juntos se constrói conhecimento

Para abrir um bom espaço de diálogo ou conversa, antes de tudo é preciso estar convicto dessa ideia: construímos conhecimento *juntos*. A intenção precisa ser *construir com os outros*, e não *falar para os outros*.

É preciso estar aberto para o que vier, deixando de direcionar o rumo da conversa. Caso contrário, os participantes poderão interpretar como manipulação ou falta de abertura para novas ideias, e o resultado será o desinteresse ou até mesmo o boicote do encontro.

Também é preciso ter paciência para deixar a conversa fluir e derivar um tanto. A ansiedade que leva a querer chegar muito rapidamente a uma conclusão inibe participações e bloqueia o processo criativo.

É preciso acreditar na potência do grupo para encontrar caminhos novos, mesmo que eles pareçam, em alguns momentos, um tanto quanto sem sentido ou despropositados.

Escutando e convivendo com as diferenças se ensina e se aprende a escutar e a conviver com as diferenças.

Falar sobre conflitos, divergências, proposições e soluções requer a construção de um espaço de confiança. Todos precisam se sentir à vontade para falar sincera e abertamente. Por isso, é fundamental tomar certos cuidados, como: acolher, propor combinados, distribuir a fala, observar a dinâmica do grupo, fazer uma escuta qualificada e até ritualizar pode ser interessante.

2. Acolher

Uma boa acolhida passa por uma série de detalhes. A seguir, apresentamos uma lista que vocês podem incrementar ou reduzir, fazendo novos experimentos.

- Preparar o espaço (lembre-se de como você prepara a sua casa para receber os amigos).
- Oferecer água, pipoca ou bombons pode tornar a conversa mais gostosa (o prazer compartilhado cria um ambiente mais favorável ao diálogo).
- Sentar em roda (assim todos podem ver a reação dos demais enquanto falam, criando um ambiente de segurança para falar).

- Compartilhar com todos o roteiro previsto para a conversa (saber sobre o que se vai conversar e para que costuma reduzir a ansiedade e dar foco).
- Perguntar a todos se entenderam a proposta de conversa e convidar todos a participarem (verificando o entendimento e gerando comprometimento).
- Ao longo da conversa, validar a fala de todos, concordando ou não com ela.
- Respeitar o tempo que cada um necessita para decidir participar com suas colocações.

Ninguém pode ser obrigado a falar. A voluntariedade da participação na conversa precisa ser respeitada, pois cada pessoa tem seu próprio tempo para elaborar aquilo sobre o que se pretende conversar ou se está conversando. Ainda assim, é importante estimular a fala.

Validar a fala de todos talvez seja um dos exercícios mais difíceis: não rebater uma fala da qual se discorda. Escutar, reconhecer, validá-la como uma fala legítima e dar espaço para que cada um possa reconstruir suas próprias verdades com base nas verdades dos outros. Quando a pessoa que está organizando a conversa se mostra aberta a rever seus próprios conceitos, os demais participantes também podem se sentir à vontade para rever os seus.

Assim, vale lembrar: validar não significa concordar com tudo e com todos, mas, sim, viabilizar o direito de todos a ter participação e a se colocar. Com isso, as diferenças podem aparecer e ser trabalhadas no grupo e pelo grupo, sendo as conclusões fruto do diálogo. Numa boa conversa, será possível traçar ações coletivas, mesmo que todos não pensem da mesma forma.

É essencial ter clareza de que, para trabalhar junto, não é necessário homogeneizar as ideias do grupo. Aliás, tanto melhor quanto mais ideias e experiências diversas houver. O mais importante é se deixar contaminar pelas ideias dos outros para criar

ações que contemplem o máximo de preocupações, pontos de vista, perspectivas de trabalho etc.

Não é preciso que todos concordem com tudo para chegar a acordos sobre as ações a serem implementadas naquele momento ou contexto com aquelas pessoas.

3. Propor regras para a conversa

As regras que ajudam na organização dos momentos de conversa podem ser definidas de forma conjunta, com base na explicitação do que cada um precisa para se sentir seguro e à vontade para falar e para se sentir ouvido naquele espaço, bem como na explicitação do seu compromisso com as necessidades dos demais. Essas regras também podem ser sugeridas e submetidas à aprovação do grupo.

Indicamos aqui algumas sugestões. Usando o bom senso, vocês intuirão quais dessas regras são boas para sua escola e quais, no seu contexto, podem ser descartadas.

- Propor que *não se interrompam* as falas uns dos outros. Assim, a conversa flui melhor, e todos têm a oportunidade de falar.
- Propor que todos tentem escutar uns aos outros *sem julgamento*.
- Propor que *cada um fale por si*, explicando que isso ajuda a não se sentir invadido pelas verdades dos outros e facilita a escuta do que cada um tem a dizer.
- Propor que a fala de cada um seja *respeitada também fora daquele espaço* de conversa, para que as conversas não virem “fofoca no corredor”.
- Compartilhar com todos o tempo disponível para a conversa e ressaltar que, com esse tempo, se cada um falar no total durante “x” minutos, todos poderão falar e ser ouvidos.

Por que “propor” e não “dizer quê”? Porque se trata do convite para uma conversa a ser feita **junto** com os demais integrantes da comunidade escolar. Se as regras forem impostas, terão poucas chances de serem cumpridas, mas, se forem propostas e acordadas por todos (lembre-se de que é preciso verificar sempre a opinião do grupo), essa chance aumenta.

Suspensão do julgamento: A proposta de ouvir sem fazer julgamento tem o objetivo de facilitar a escuta do que cada um tem a dizer e deixar todos mais à vontade para falar o que pensam. Em muitos momentos, enquanto outras pessoas falam sobre determinado assunto, é de extrema importância ouvi-las atentamente, sem interromper e sem julgar o que estão falando antes mesmo de acabar de ouvir. A preocupação de julgar ou contradizê-las apressadamente, muitas vezes antes de ouvir tudo o que elas têm a dizer, pode bloquear a possibilidade de encontrar soluções novas para os problemas, e o apego a ideias prévias pode levar ao desrespeito, à estigmatização e à discriminação de quem pensa diferente. Assim, buscar conhecer e escutar o outro funciona como um antídoto para isso.

Isso não quer dizer que, ao final da conversa, o grupo não possa chegar a uma conclusão sobre seus objetivos comuns, o papel e o grau de envolvimento de cada um, o melhor a fazer diante do discutido etc. No entanto, isso certamente será mais rico e integrador se for antecedido por um diálogo genuíno.

Cada um fala por si: Em grupos de pessoas que trabalham juntas com uma finalidade comum, como é o caso da escola, é bastante frequente que as pessoas falem de maneira generalizante, usando, por exemplo, expressões como “a gente”, “nós”, “a escola” ou “a sociedade”. Se, em alguns casos, esse uso pode se referir ao coletivo, pode também ser uma forma de não se incluir pessoalmente na fala. Não raro, se atribui “à sociedade” os problemas da escola, se fala na “escola”



ou em “nós” para designar alguns sem nomeá-los claramente, se usa o termo “a gente” para indicar uma dificuldade pessoal sem se expor muito, e assim por diante. De outro modo, se cada um falar por si, será possível identificar melhor como cada um se situa em relação ao tema em questão, traçando uma ação coletiva com base nas diferenças que aparecerem.

4. Distribuir a fala

Distribuir a fala significa estimular os que falam pouco a se expressarem e conter aqueles que falam muito.

Assim, algumas estratégias que podem ajudar são: perguntar o que os outros pensam sobre o tema quando alguém estiver monologando, perguntar o que pensam aqueles que ainda não falaram nada, lembrar o tempo combinado para a fala de cada um e explicitar a dinâmica das relações. Por exemplo, se houver insistentes conversas paralelas ou pouca participação, pode ser sinal de que algumas pessoas não se sentem bem para falar no coletivo (por questões hierárquicas, ou de temperamento, ou de classe, ou por dissidências etc.). Nesse caso, se a tentativa de melhor distribuição de fala ou de fazer valer o tempo combinado para cada um falar na sua vez não funcionar, pode ser interessante dividir o grupo em subgrupos, propondo discussões a serem coletivizadas num segundo momento, que podem ser na forma de relatoria ou nos subgrupos se visitando uns aos outros. Com isso, em outra reunião, é possível que as pessoas se sintam mais à vontade ou dispostas para falar no coletivo maior. Aos poucos, à medida que a confiança for se estabelecendo no grupo, todos vão participar.

Tão importante quanto o que você fala é a maneira como você o faz.

5. Observar a dinâmica do grupo

O tempo todo é preciso ficar atento e observar como o grupo se organiza. Uns falam mais que outros? Estão acontecendo muitas conversas paralelas? Alguns parecem

desinteressados? Todos parecem apáticos? Todos falam ao mesmo tempo? Há alguns que nunca falam? Alguém parece especialmente angustiado e realmente precisar falar mais? Como os demais acolhem essa necessidade?

Em algum momento, um desses movimentos vai acontecer. O grupo é vivo, e, por mais que vocês façam sólidos combinados, as coisas se desorganizam e se reorganizam o tempo todo, o que é desejável. Regras seguidas muito à risca, durante muito tempo, podem ser sinal de que algo vai mal, de que a espontaneidade foi inibida. É importante que o grupo esteja sempre em movimento. Nesse caso, firmar novos combinados é fundamental. Isso contribui para a formação do espírito coletivo.

Além disso, é preciso considerar que essa dinâmica está estritamente relacionada às relações de poder vigentes entre os sujeitos presentes. Por exemplo, num grupo misto, ao perceber que alguns funcionários administrativos falam pouco, de maneira muito sucinta e olhando para o diretor ou algum professor (provavelmente marcando uma relação de submissão a essas autoridades), pode-se estimular a fala lembrando que aquele encontro reúne pessoas com diferentes funções na escola: que alguns são educadores porque são professores, outros são funcionários administrativos (e também educadores), outros são educadores familiares; ressaltando que, independentemente de hierarquias, do lugar ocupado ou da formação de cada um, todas as falas são importantes, todas são necessárias e que a riqueza está justamente em poder contar com essa diversidade. Explicitar essa dinâmica pode ser uma fonte de aprendizado para todos.

6. Fazer uma escuta qualificada

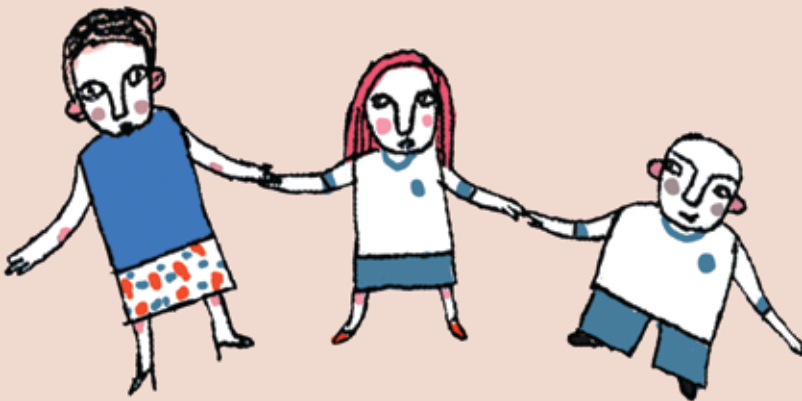
Escutar é diferente de apenas ouvir, pois exige sensibilidade para as nuances do outro.

Ao escutar, procuramos entender o que o outro está querendo dizer com base no lugar de onde fala. Ou seja, com base: na cultura de que faz parte (que pode variar de acordo com a nacionalidade, a religião, a raça, o bairro, a cidade, o Estado em

que mora ou de onde vem, o grupo social, a idade, a profissão que exerce etc.); na história pessoal (experiências que já teve na vida); no momento de vida; na situação de fala e no quanto está à vontade nela (situação de trabalho, de intimidade, familiar etc.); no humor do momento etc.

É muito comum que duas pessoas conversem em monólogos, sem uma efetiva troca. Cada um escutando muito mais a si mesmo do que ao outro. É o que acontece, por exemplo, quando alguém fala algo e, como interlocutor, já vai pensando na resposta (defesa ou ataque da pessoa ou da ideia que “imagina” que outro está defendendo) antes mesmo de o outro ter terminado seu raciocínio. Nesse caso, é comum que, quando existem perguntas, elas sejam espécies de armadilhas preparadas para uma “boa rebatida”, e não perguntas que buscam realmente conhecer o que o outro está procurando dizer.

Se estivermos conversando com o intuito de construir algo em comum, além de nos escutarmos mutuamente, precisamos qualificar essa escuta com perguntas que nos ajudem a sair de discursos generalizantes e nos façam pensar naquilo que estamos enfrentando concretamente. Numa conversa de escuta mútua, as perguntas indicam uma curiosidade pelo outro. Não uma curiosidade invasiva, mas uma curiosidade que visa entender o outro e suas ideias com base naquilo que ele está falando.



Por exemplo, quando alguém diz que há muita violência na escola, pode-se fazer perguntas que ajudem essa pessoa e o grupo a explorar de que violência se está falando: quem presencia; quem vivencia essa violência; quem a pratica; contra quem; como a escola contribui para essa situação; como cada um, nos diferentes espaços da escola, contribui para que ela aconteça; como a escola já atuou em

situações como essas; quais as experiências de cada um em situações semelhantes; o que deu certo; o que deu errado; o que cada um pode fazer para mudar isso; que estratégia coletiva será possível pensar para a transformação desse cenário.

Enfim, uma escuta qualificada envolve ações como: validar uma experiência; integrá-la numa história pessoal; recolocá-la no âmbito relacional, social e político; incluir a pessoa na própria fala (fazendo-a sair do discurso que coloca no outro a responsabilidade por tudo o que lhe acontece); transformar uma queixa num pedido ou numa ação (fazendo a pessoa sair de um lugar de passividade para outro mais ativo).

Resumir a fala de quem acaba de falar, verificar o entendimento e propor perguntas que ampliem seu olhar são formas de proporcionar uma escuta qualificada.

7. Ritualizar

Ritualizar é fazer algo para demarcar a passagem de um momento da vida, de um processo, de um costume. Fazer um ritual para delimitar o momento e o espaço de uma conversa sobre algo importante para o coletivo pode ajudar a dar contorno e a reforçar o sentido da conversa.

O ritual deve ser escolhido pelo grupo de acordo com o tema da conversa, o contexto, as pessoas envolvidas, a cultura local e dos participantes. Pode-se, por exemplo, iniciar todas as conversas colocando uma música escolhida pelo grupo como sua marca, fazendo uma prática corporal ou lúdica, repetindo a mesma frase para iniciar a conversa etc. O importante é que esse início da conversa faça sentido para todos e não se torne uma “mera burocracia”.

Um ritual de início pode levar os integrantes do grupo a se sentirem no grupo e com o grupo naquele momento, pode remetê-los a uma atitude de participação, mobilizando sua disponibilidade para o que o grupo fará em seguida.

Um ritual de encerramento pode fortalecer o momento de conversa que acabou de acontecer e favorecer a coesão entre as pessoas que dela participaram, mesmo que a conversa tenha sido difícil. Simbolicamente, sintetizando o que foi e lançando uma perspectiva de construção conjunta contínua, esse ritual deixa claro que mais um passo foi dado em direção à Educação em Direitos Humanos e dá ânimo para continuar a caminhada.

8. Construir uma relação de confiança

Os cuidados mencionados aqui ajudam a construir um espaço de confiança para que os participantes se sintam confortáveis em expor seus pontos de vista de maneira aberta e sincera e possam se comprometer com a proposta de EDH. Contudo, eles valem muito pouco se forem feitos de maneira mecânica e burocrática. Por isso, é preciso sempre ter em mente qual o principal objetivo desses cuidados: criar espaço de confiança para que o trabalho coletivo aconteça.

Indicamos aqui alguns caminhos para responder a duas questões importantes: O que é necessário para que todos se sintam dispostos a contribuir com reflexões e ações ao tratar de um tema delicado como a Educação em Direitos Humanos na escola, que exige rever a maneira como estão trabalhando os valores e como estão sendo garantidos ou violados os Direitos Humanos daqueles que pertencem à comunidade escolar? O que é necessário para que as práticas educativas e as posturas de educador sejam colocadas em questão?

Ter confiança de que o próprio ponto de vista vai ser escutado e considerado por todos.

Ter confiança de que as questões e ações colocadas pelos participantes serão discutidas com respeito.

Ter confiança de que é possível dizer o que se pensa sem ser julgado, atacado, repreendido ou socialmente penalizado por isso.

Ter confiança de que o grupo não vai minar as conversas, transformando os temas conversados e as falas de cada um em “fofocas de corredor”.

Ter confiança de que as exposições pessoais não serão feitas à toa, de que todos ali estão realmente dispostos a rever formas de fazer e a pensar estratégias de Educação em Direitos Humanos.

Ter confiança de que é possível trazer os incômodos em relação ao Projeto, além dos receios e das dificuldades pessoais, sem que seja estigmatizado como resistente.

Ter confiança de que as ações de cada um serão criticadas com respeito.

Em cada escola, de acordo com a cultura local, essa lista tende a ser um pouco diferente, mas, grosso modo, aí estão as principais questões pelas quais importa tanto cuidar para que os espaços de conversa sejam espaços de confiança.

É interessante que se retome a discussão dessa questão em diferentes momentos, para que fique claro se essa relação de confiança está sendo construída e em que ela se baseia. E, no caso de haver problemas, para que estes sejam analisados e superados.



Parte IV.

Mapeamento: um olhar cuidadoso para a escola

“(...) o ambiente educacional diz respeito não apenas ao meio físico, envolvendo também as diferentes interações que se realizam no interior e exterior de uma instituição de educação.”

Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos



EDH é um movimento de mudança cultural que visa transformar práticas muitas vezes naturalizadas no ambiente das escolas. Para isso, é preciso voltar-se para a própria Unidade Escolar com um olhar interessado em descobrir se, o quanto e como ela está comprometida com a promoção e a vivência do respeito mútuo, tomado aqui como base para a concretização dos Direitos Humanos. Assim, é essencial olhar a escola não só como um espaço físico, estático e aparentemente perene, imutável, como se poderia pensar ao olhar para a planta da escola ou para seus muros, mas compreendê-la como um espaço que funciona como um sistema de relações, entre tempos, afetos (percepções, sensações e sentimentos), pessoas, coisas...

1. NAVEGAR PELA ESCOLA

Nesse momento do Projeto Respeitar é Preciso!, a proposta é levantar tanto as situações que nos apontam a existência do respeito mútuo quanto aquelas que nos preocupam nesse sentido e, por isso, precisam ser transformadas. É um levan-

tamento que possibilitará iniciar uma autoanálise da instituição do ponto de vista da qualidade das relações, o que é básico e essencial para o ensino de valores, para que depois haja a formulação de um plano de ação que oriente para alcançar as mudanças desejadas. O instrumento para isso será um “mapa” da escola, construído com base nos olhares e nos sentimentos de todos os participantes do Projeto.



Fique de olho

Antes de realizar as atividades de mapeamento, é importante ler as orientações específicas do segmento da escolaridade, que vão ajudar no olhar mais atento para as questões próprias de cada momento da escolaridade.

Providenciar

- Os mapeamentos do território já realizados, se houver.
- O registro das situações de respeito e desrespeito coletadas em atividades anteriores
- O mapa de sonhos já realizado
- Um desenho grande da planta baixa da escola

Observação: O desenho da planta pode ser previamente preparado ou realizado na hora. A sugestão é desenhar uma planta grande para cada andar e incluir no térreo a área aberta da escola.

Atividades



1. *À deriva* – É importante “re-conhecer” a escola, olhar com outros olhos e ver o que muitas vezes não vemos por causa de um automatismo cotidiano. Vale relembrar os registros das situações de respeito e desrespeito vivenciadas e coletadas em atividades anteriores e informações disponíveis sobre o território, coladas nas paredes da sala de aula.

A ideia é que o grupo de educadores faça uma caminhada “à deriva” pela escola para uma primeira exploração, de modo que cada participante se perceba nos diferentes espaços e identifique:

- Quais espaços costuma frequentar mais e quais frequenta menos?
- *Como, para que e com quem* utiliza esses espaços?
- Que lembranças, sensações e sentimentos afloram em cada um desses espaços?

2. *Registro* – Cada participante deve escolher três desses espaços e registrar suas percepções:

- as sensações agradáveis e desagradáveis;
- o que a organização e o estado de conservação comunicam;
- como as pessoas circulam e interagem;
- as regras implícitas e explícitas que vigoram nesses espaços.

Quanto mais claro e rico for o registro dessas percepções, mais completo ficará o mapa coletivo do grupo, reunindo todas as impressões dos participantes para que se tenha um panorama dessas questões na escola. Os registros podem ser feitos por escrito, foto, desenho etc.

3. *Um primeiro mapa coletivo* – Colagem sobre a planta baixa da escola. Cada pessoa tem suas experiências, suas impressões, seus sentimentos e um olhar singular para o que acontece no dia a dia vivido nos espaços da escola. São esses espaços que compõem a escola real e que, ao serem explicitados e organizados, permitem que o grupo reflita sobre o que essa instituição comunica e sobre quais valores ela ensina na



(...) é importante lembrar que, inerentes à convivência humana, os conflitos também se fazem presentes nas instituições de educação. (...) Assim sendo, tais instituições devem analisar a realidade criticamente, permitindo que as diferentes visões de mundo se encontrem e se confrontem por meio de processos democráticos e procedimentos éticos e dialógicos, visando sempre ao enfrentamento das injustiças e das desigualdades. É dessa forma que o ambiente educativo favorecerá o surgimento de indivíduos críticos, capazes de analisar e avaliar a realidade a partir do parâmetro dos Direitos Humanos.”

Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos

prática. Para essa reflexão, pode-se usar como apoio o desenho de uma planta baixa da escola, sobre o qual são colocados os registros feitos durante a caminhada “à deriva”. Isso dará visibilidade a esses espaços, permitindo que o grupo pense junto. Assim, os escritos, as fotos e os desenhos, colados ou reproduzidos na planta baixa, vão compor um “mapa” da escola. Além desses registros, vale a pena incluir as situações de respeito e desrespeito vivenciadas que foram coletadas nas atividades anteriores.

4. *Conversa* – Com uma roda de conversa em volta do mapa, na qual sejam trocadas as lembranças e as observações feitas durante a caminhada pela escola, o grupo poderá construir uma representação coletiva, destacando as semelhanças e as diferenças, as potencialidades e os problemas sobre os quais vale refletir. Nesse momento, a comparação do que foi levantado por meio do mapa de sonhos deve possibilitar a visualização do caminho necessário para que a escola real se torne a escola desejada pelo grupo.

Finalização

Elencar as principais questões emergentes da conversa, pontuando tanto o que foi indicado como problema quanto aquilo que já existe na escola como fato ou como potencialidade.

Observação: Nesse momento, é possível discutir se já é o momento de incluir os alunos nas atividades do Projeto e analisar, nesse caso, como seria possível que os professores propusessem uma atividade de construção do mapa da escola com base na mesma proposta de circulação pela escola com o registro das percepções. Essas produções também podem ser afixadas no mural.

Elaboração da vivência

Compartilhar a resposta para a seguinte pergunta: Como grupo, modificamos a visão que tínhamos da escola?

O MAPEAMENTO: identificando problemas e potencialidades

Aquilo que foi levantado de modo impressionista e com base nas experiências pessoais durante a caminhada “à deriva” e a montagem do mapa deve ser analisado do ponto de vista institucional para que a reflexão não fique restrita ao limite do individual. Para tanto, a proposta é aprofundar o olhar sobre a escola tomando por base cinco campos de análise:

- 1) As relações que se estabelecem entre todos os integrantes da escola (alunos, funcionários, professores, diretores, coordenadores, adultos responsáveis, familiares etc.).
- 2) Como se dá a comunicação.
- 3) As regras de convivência e funcionamento da escola.
- 4) A organização do espaço e do tempo escolar.
- 5) Os conteúdos ensinados nas salas de aula.

É possível que, por meio do mapa coletivo já realizado, o grupo identifique outros campos de análise interessantes para serem incluídos.



Fique de olho

Em razão da relevância dessas reflexões, é importante desenvolver esta atividade em diferentes encontros para que se tenha mais tempo e todos possam pensar sobre os diferentes aspectos da vida escolar, seus problemas e suas potencialidades, produzindo um mapeamento que melhor a represente. Esse tempo e o número de encontros devem ser gerenciados de acordo com as possibilidades em cada local. Portanto, as atividades propostas para o mapeamento podem ser agrupadas em um, dois ou mais encontros.

2. A REDE DE RELAÇÕES

Mesmo que os papéis e as funções de todos os que participam do dia a dia da escola estejam definidos de forma clara e minuciosa, as relações que se estabelecem entre as pessoas são bastante complexas e envolvem questões de poder, grau de intimidade e de reconhecimento do trabalho do outro, incluindo a história de cada escola, a capacidade de escuta mútua, entre tantas outras variáveis. Essas relações construídas entre os diversos sujeitos contribuem de forma decisiva para um ambiente de trabalho e estudo norteado pelo respeito mútuo.

Daí, a importância de um olhar atento, buscando detectar eventuais discriminações, sejam elas dissimuladas ou explícitas. Discriminações e preconceitos de etnia, origem, gênero, orientação sexual, idade, entre outras, são combustível para o desrespeito e para as violências simbólicas ou físicas entre os alunos e entre alunos e adultos. Do mesmo modo, o uso arbitrário do poder sobre o outro (lembrando que todos têm poder em alguma medida) e o autoritarismo nas suas múltiplas variações também são formas de violência. De outro modo, é importante não deixar de evidenciar relações de solidariedade, acolhimento, reconhecimento respeitoso do outro, valorizando-as e tomando-as como referência de possibilidade.

O campo de análise das relações interpessoais que ocorrem na escola talvez seja aquele que mais vai tocar cada participante em suas atitudes e em seus sentimentos. Contudo, não se trata de identificar os responsáveis pelas situações (aquelas em que o respeito está presente, ou aquelas em que isso não acontece). O importante é observar como e por que acontecem.



Providenciar

- Espaço para os participantes se organizarem em grupos
- Folhas grandes de papel para registro e confecção do quadro do mapeamento

Atividades

1. *Narrativas* – Cada participante pode fazer uma rápida narrativa de como costuma ser o seu dia na escola, desde a sua chegada, tentando se lembrar das pessoas com as quais se encontra, o que diz a elas e com quem se relaciona indiretamente. Por exemplo: “Quando entro na escola, a primeira pessoa que costumo encontrar é _____. Vou à cozinha e tomo café feito por _____. Tomo a água que foi colocada por _____. Uso o banheiro que foi limpo por _____. Quanto entro na sala de aula, a primeira coisa que faço é _____. Durante o meu dia, me relaciono intensamente com _____”. Uma fala curta, mas que indique algumas das pessoas com quem cada um mais se relaciona e direcione o olhar para quem faz o quê.

2. *Situações cotidianas* – Cada grupo escolhe uma situação vivida na escola para analisar e depois dramatizar, como forma de compartilhar as reflexões com os outros grupos. É importante que seja uma situação considerada marcante ou exemplar de algo recorrente que costuma ser observado nas relações entre as pessoas. A ideia é compor a situação incluindo os participantes, suas atitudes e seus sentimentos em relação ao que acontece e refletir sobre isso.

Cuidar das relações entre os sujeitos é algo que vai além da cortesia, da “boa educação” e do bom humor. Trata-se de imprimir o respeito em cada uma das ações, estejam elas relacionadas à tomada de decisão, à mediação de conflitos ou à resolução de situações de emergência, considerando sempre o papel que os adultos cumprem na escola: a função de educadores.

Análise da situação

Algumas questões para inspirar a reflexão coletiva sobre as situações cotidianas e fomentar o respeito entre todos:

- Vocês conseguem identificar pessoas (adultos ou alunos) que não se sentem respeitadas na escola? Quem? Em quais situações? O que provoca esse desrespeito?
- Quanto ao respeito, que práticas presentes no cotidiano escolar vocês identificam como promotoras do respeito entre as pessoas?
- O que acontece quando alguém se sente desrespeitado? Como são encaminhadas essas situações? Os encaminhamentos são realizados de forma respeitosa?
- Que tipo de discriminação já ocorreu ou costuma ocorrer no ambiente escolar? Como acontecem?
- Há situações de violência na escola? Que tipo de violência? Em que circunstâncias?
- Vocês conseguem falar o que pensam, colocar sua opinião mesmo que divergente da opinião da maioria? Sentem que sua opinião é considerada? Vocês conseguem ouvir uma opinião mesmo pensando diferente ou discordando dela?

Preparação da encenação

Depois de escolher uma situação significativa, os integrantes do grupo devem definir quem vai representar cada “personagem”, suas falas e suas atitudes. Cada grupo deve preparar uma dramatização, apresentando aos demais o conteúdo trabalhado e provocando reflexões sobre os pontos considerados essenciais da situação escolhida.



Fique de olho

Ninguém precisa ser “ator” ou “atriz”, o objetivo é trazer as questões para que sejam vistas e discutidas e não apresentar a melhor peça teatral. Para facilitar a dramatização, o grupo pode representar a situação escolhida em, no máximo, três cenas: contexto, clímax e desfecho.

3. **Dramatização** – Encenação das situações selecionadas como as mais significativas, trazendo a complexidade da realidade representada.

Após as dramatizações de todos os grupos, seguir o debate sobre a presença do respeito ou do desrespeito com base no que foi apresentado. Refletir sobre as seguintes questões: Essas situações acontecem com frequência? As pessoas da escola reconhecem já terem vivido ou presenciado situações como as que foram encenadas?

Finalização

Sistematizar o que foi trabalhado preenchendo coletivamente e de modo bem resumido o quadro a seguir e desenhar numa folha grande para que possa ser retomada posteriormente.

Uma sugestão para iniciar essa tarefa é pontuar uma forma de respeito e uma forma de desrespeito que acontecem na escola.

Estas são algumas questões importantes para reflexão: Há consenso entre todos sobre o que é considerado manifestação de respeito e de desrespeito? Há contradições entre algo considerado respeito ou desrespeito? Por exemplo: O uso do boné pelos alunos em sala de aula; chamar os professores de “senhor” ou “senhora”; falar palavrão; usar o cargo em vez do nome para se referir a alguém (“a tia da limpeza”, “a moça da cozinha”); sair no meio de uma reunião para fazer outra coisa; faltar ou atrasar sem avisar; expor problemas de alguém ou alguns em momentos coletivos (na classe; na reunião de pais). Há necessidade de mudanças? Quais?

Síntese do mapeamento

Campo de análise	O que vai bem	O que precisa mudar
Relações entre todos os sujeitos		

Elaboração da vivência

Refletir sobre como cada um poderia contribuir para realizar as mudanças indicadas como necessárias.

3. QUEM NÃO SE COMUNICA...

O campo de análise da comunicação está intimamente interligado ao das relações interpessoais. A comunicação acontece por meio da fala, da escuta, da escrita, da leitura, do olhar, da postura, do gesto... Tão importante quanto falar, escrever e gesticular de modo a se fazer entender é dedicar esse cuidado também à escuta, à leitura e à observação. A comunicação envolve então uma via de mão dupla. Nesse sentido, a preocupação com nossos interlocutores deve ocupar um grande espaço nas situações de comunicação. Escutar o que o outro tem a nos dizer é, sem dúvida, condição para que ele se sinta humano, digno, respeitado. O contrário, não ser ouvido nem levado em consideração, é sentido como desrespeito.



Providenciar

- Folhas grandes de papel para registro e confecção do quadro do mapeamento



Atividades



1. *Reflexão em grupo* – Sem comunicação, não existe interação, não existe coletivo. Sem comunicação, ninguém pode ser compreendido, nem pode compreender ninguém. Sem comunicação, não existe educação. Todos nos comunicamos de alguma forma, mas o que importa é a qualidade dessa comunicação.

Algumas questões para refletir: Comunicamos tudo o que queremos? Acreditamos que podemos ser ouvidos e compreendidos? Podemos ouvir e compreender? Temos consciência do que comunicamos?

Por meio dessas reflexões, o grupo deve identificar como a comunicação entre as pessoas na escola aconteceu nessas situações de respeito e desrespeito: Pela fala? Pelo tom de voz? Pelo gesto? Pelo olhar?

O que pesa mais? A palavra ou o tom de voz? A palavra ou o gesto, o olhar? O que uma palavra, um gesto, o tom de voz pode causar no outro?

Se essas reflexões tiverem acontecido em subgrupos, devem ser socializadas para todo o coletivo.

2. *Continuando a reflexão* – Outro ponto de vista importante a ser considerado em relação à comunicação para além da comunicação interpessoal são os canais existentes na escola para que as informações e a expressão de opiniões possam circular.

A rede de comunicações de uma comunidade é construída não só pela existência de murais, jornal, entre outros, mas, antes de tudo, pela forma como essa comunicação se dá, como esses canais são utilizados.

Assim, é importante pensar: Quais são os canais existentes na escola? Quem organiza essa comunicação? Existem setores da escola para os quais o acesso à informação é difícil?

Finalização

Outras perguntas que podem ajudar a mapear esse campo de análise.

Quais são os canais de comunicação da escola? Eles são suficientes? Atingem todos os que frequentam a escola (inclusive os que são analfabetos, aqueles que não têm e-mail, os pouco assíduos etc.)?

No dia a dia, quais são os instrumentos e recursos de comunicação de que a escola se utiliza? São efetivos? Fazem falta?

As ideias, os problemas e as opiniões de toda a comunidade são compartilhadas para contribuir com a sustentação do projeto pedagógico da escola?

Todos os sujeitos envolvidos na rotina escolar sentem que são ouvidos e podem falar o que necessitam a quem necessitam?

É possível identificar desrespeito nas formas de comunicação que ocorrem no dia a dia?

As diferenças de pensamento e opinião são objeto de diálogo?

Há espaços de reunião com todos os segmentos que trabalham na escola?

Há necessidade de mudanças? Quais?

Sistematizar o que foi trabalhado preenchendo, no coletivo e de modo bem resumido, o quadro a seguir e desenhar numa folha grande, para que possa ser retomada posteriormente.





Síntese do mapeamento

Campo de análise	O que vai bem	O que precisa mudar
Comunicação		

Elaboração da vivência

Refletir sobre as mudanças em que cada participante gostaria de se empenhar para concretizar.

4. DESACOSTUMAR PARA MUDAR

Num ambiente democrático, regras e normas são instrumentos para promover a igualdade de direito e o bem comum. Para isso, precisam ser justas, precisam ser conhecidas e legitimadas por todos os que participam do contexto em que se encontram vigentes. Em qualquer instituição, há regras e normas explícitas, e outras que são implícitas. No caso da escola, o Regimento Educacional expressa aquelas que são oficiais. Entretanto, muitas vezes, o cotidiano escolar é regido por normas não ditas, naturalizadas pelo costume e das quais não se sabe a origem nem a razão de ser. Elas estão “embutidas” nas práticas e podem ser muito sutis. Buscar explicitá-las ajuda a analisar: Quais são justas? Ou ajudam a reproduzir as injustiças sociais? Às vezes, são até mesmo contraditórias com o que está posto no Regimento.



Providenciar

- Folhas grandes de papel para registro e confecção do quadro do mapeamento



Atividades



1. *Debate sobre o Regimento* – Todas as escolas têm um regimento educacional que deve expressar os anseios da comunidade escolar. O Regimento não deveria ser apenas um documento formal, mas um instrumento educativo, que tem como finalidade organizar a vida da comunidade escolar, construído de modo participativo para que tenha legitimidade. Assim, não é algo fechado ou definitivo, sendo passível de mudanças para atender às questões da vida, sempre em movimento. O importante é que seja sempre discutido e acordado entre todos.

Pensando nisso, uma discussão com todo o grupo pode ajudar a explicitar o papel que o Regimento tem. Algumas perguntas contribuem com essa discussão:

- Todos os participantes conhecem o Regimento da escola?
- Os alunos conhecem o Regimento? E os adultos responsáveis conhecem o Regimento?
- Vocês acompanharam a elaboração, ou gostariam de ter acompanhado?
- Seu conteúdo é efetivamente compreendido por todos?
- Vocês usam o Regimento? Em que situações? Que função ele tem?
- Há sanções previstas para o não cumprimento das regras e normas? Essas sanções (principalmente as que se referem aos alunos) foram pensadas e são efetivadas como parte do processo educativo e como forma de promoção do desenvolvimento da autonomia?
- Existe algo no Regimento que precisa ser revisto?

2. *Reflexão em subgrupos* – Ao analisar a escola como espaço da Educação em Direitos Humanos, é fundamental fazer um esforço para iluminar as normas não ditas e avaliar se estão a serviço da promoção de relações de respeito ou se as atrapalham. A ideia é identificar costumes que impõem formas de funcionamento que nunca foram acordadas, costumes que, por exemplo, podem impedir alguns setores da comunidade escolar de usufruir de suas instalações, ou costumes que autorizam algumas pessoas a fazer algo que não é adequado para o convívio democrático. Por exemplo: Alguma regra ou costume impede alguém de ter acesso aos livros, CDs e outros materiais da biblioteca? O seu acervo (e como utilizá-lo) já foi apresentado a todos, incluindo os funcionários? Há escolha ou indicação de alunos para participar de eventos e passeios? Como essas escolhas são feitas? São sempre os mesmos alunos? Qual é, na prática, a regra para isso?

O que identificam como uma regra que não está no Regimento, nem nunca foi discutida?

Apresentação e registro das conclusões

Cada subgrupo apresenta para os demais grupos as conclusões a que chegou para que seja feito um registro único, identificando o que for apontado como mais relevante.

Finalização

Algumas questões para aquecer o levantamento do que deve ser mapeado:

- O que alguns podem e outros não? Da fila na cantina ao uso do celular, as obrigações e proibições são justas para todos? Ou alguns podem coisas que outros não podem? Quando há necessidade de diferenças, elas se justificam (pela responsabilidade ou pela necessidade)?
- Há regras (ou costume) que separam os locais de refeição? Todos podem usar as mesmas dependências sanitárias?

- São consideradas justas? Alguém se sente desrespeitado com alguma delas? Privilegiam, sem motivo aparente, determinadas pessoas?
- Na implementação das normas, são consideradas as pessoas que, por algum motivo, se encontram em situação de desvantagem (pessoas com necessidades especiais, déficit intelectual, em situação de grande desvantagem social, entre outras)? Isso é colocado claramente para todos?
- Existe, ainda que nas entrelinhas, alguma regra que favoreça o desrespeito a alguém ou a algum dos Direitos Humanos ou definidos na legislação brasileira (Constituição Federal, Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto do Idoso, Estatuto da Juventude etc.)?
- Há necessidade de mudanças? Quais?

Síntese do mapeamento

Campo de análise	O que vai bem	O que precisa mudar
As regras de convivência e funcionamento da escola		

Elaboração da vivência

É provável que estejam emergindo muitas diferenças no modo de pensar e sentir entre as pessoas do grupo. Assim, é importante compartilhar os sentimentos que essas diferenças provocam em cada um.

5. O ESPAÇO E O TEMPO

O convívio escolar é organizado pelo tempo e pelo espaço, e estes podem contribuir para sustentar na escola um ambiente regido pelo respeito mútuo e pela

soberania dos Direitos Humanos. A rotina da escola precisa ser organizada e mantida com recursos e regras que sejam respeitosos, considerando as necessidades educativas e de convivência para que tanto alunos quanto educadores se sintam respeitados e considerados, desde como é organizada a entrada e a saída da escola, o sinal para o intervalo, como são mantidos os ambientes agradáveis, valorizando, cuidando e fazendo o melhor uso possível desses espaços na prática educativa.

.....

Providenciar

- Folhas grandes de papel para registro e confecção do quadro do mapeamento
 - Materiais para colagem, canetas, tintas, revistas e outros
-

Atividades

O espaço



1. *Análise em grupo* – O espaço comunica coisas diversas por meio da sua organização, o que inclui a disposição dos móveis, dos acessos, a luminosidade, os cheiros que exala, os sons que emite, a temperatura, as cores, o cuidado e o uso que se faz dele.

Olhar para os espaços utilizados todos os dias como se fosse a primeira vez é um exercício interessante para a observação de aspectos que passam despercebidos no dia a dia.

Assim, em grupos, os participantes podem pensar em alguns espaços, como sala de aula, pátio, diretoria, secretaria, refeitório, banheiro, biblioteca e sala de leitura, compartilhando como sentem esses espaços por meio de uma representação plástica utilizando colagem, canetas, tintas...

O importante aqui não é representar literalmente esses espaços, mas tentar “traduzir” a impressão que possuem deles e os sentimentos que esses espaços despertam.



2. *Exposição e discussão* – As representações devem ser expostas para análise de todo o grupo, conduzindo para as seguintes reflexões:

- O que cada representação de espaço comunica? Esses espaços são organizados e ocupados adequadamente para garantir um bom clima de trabalho, estudo e lazer apropriados e seguros? Todos têm a mesma forma de ver e sentir esses espaços?
- O espaço indica disponibilidade para a interação com a comunidade? As pessoas que chegam veem um local acolhedor?
- Como a questão da segurança está colocada no espaço escolar (tanto aquela relativa à integridade física das pessoas quanto a dos equipamentos)? A escola precisa de grades, portas de ferro, cadeados, policiamento? Se for o caso, o que isso provoca nas pessoas?
- É provável que existam espaços nas escolas que são muito bem cuidados e conservados e outros muito mal cuidados. Por quê? O que isso indica?
- O que falta em cada espaço para que ele possa cumprir sua função educativa e de convívio?

Cabe aqui uma reflexão sobre o que faz com que, fora da escola, determinados espaços também sejam cuidados e conservados, em detrimento de outros.

Podemos lembrar da atenção e do zelo dispensados a alguns espaços públicos que indicam respeito aos cidadãos e a seus usuários (espaços culturais, metrô, entre outros) e do respeito com que esses mesmos cidadãos, em resposta, os utilizam. Por que isso acontece?

3. Outras perguntas que podem ajudar a mapear esse campo de análise:

- Que espaços têm merecido da comunidade escolar a atenção e os cuidados necessários? Quais os que não contam com isso?
- Há lugares em que se concentram problemas como brigas, vandalismo ou discussões desrespeitosas? Há outros em que “tudo vai bem”? Quais são eles?
- A sala de informática e a biblioteca são abertas para pesquisa?
- Quem cuida da limpeza e da organização dos espaços? Apenas o pessoal da limpeza ou todos que o utilizam?
- A organização e o uso dos espaços da escola são decididos levando em conta as necessidades do coletivo? Quais necessidades são atendidas e quais não são?
- Há necessidade de mudanças? Quais?
- Ao responder essas questões, o quadro relativo ao “espaço” já pode ser preenchido.

Síntese do mapeamento

Campo de análise	O que vai bem e precisamos ampliar	O que precisa mudar
Organização do espaço		

0 tempo

4. *Reflexão* – A forma como se usa o tempo está intimamente relacionada ao sucesso da tarefa educativa e pode também ser fator determinante nas relações que os alunos estabelecerão entre si e com o mundo na vida adulta. Todos precisam de tempo para que as relações aconteçam de forma saudável e respeitosa. Ainda que a rotina da escola seja bastante complexa e “atribulada”, no que diz respeito aos alunos, é preciso

considerar as características das etapas de desenvolvimento em que se encontram, oferecendo o tempo necessário para que tirem real proveito das ações educativas propostas dentro e fora da sala de aula. Quanto aos adultos, é preciso promover práticas de colaboração entre todos para viabilizar o melhor uso possível do tempo de que o grupo dispõe, incluindo aí o cuidado consigo mesmo e com os colegas.

Considerando que o convívio escolar é importante, podemos refletir:

- Quanto tempo você tem para trocar de atividade com os colegas na mesma função?
- Quanto tempo você tem para conviver com os alunos, conversar com eles e saber sobre a vida deles?
- Quanto tempo tem para contato com familiares?
- Qual o tempo dominante nos diferentes espaços da escola? O tempo rápido? Lento? Esses tempos estão de acordo com o que aí se faz?
- A organização dos tempos atende às necessidades de todos, em especial as necessidades educativas dos alunos?
- O tempo do recreio é definido com base nas necessidades dos alunos e dos professores? Quais são elas?
- É possível pensar e elaborar planos de médio e longo prazos na escola ou só se pensa no “aqui e agora”?
- Há necessidade de mudanças? Quais?



Finalização

Dar continuidade ao quadro iniciado no momento anterior sistematizando o que foi trabalhado. Dessa forma, as decisões coletivas serão tomadas no mesmo momento em que se prepara o material que orientará o Plano de Ação a ser elaborado depois.

Síntese do mapeamento

Campo de análise	O que vai bem e precisamos ampliar	O que precisa mudar
Organização do tempo		

Elaboração da vivência

Modificar a organização do tempo e do espaço da escola mexe com a vida de todos. Compartilhar com os participantes do grupo o que cada um considera ser o maior desafio.

6. TUDO O QUE A ESCOLA ENSINA

Toda ação educativa tem uma intencionalidade. Desde os pequenos até os grandes, os alunos aprendem o tempo todo. Assim, na função de educadores, precisamos refletir se o que eles aprendem são os conteúdos que a escola tem a intenção de garantir. Será que estamos realmente ensinando o que queremos ensinar?

Nesse momento de análise do campo de conteúdos que a escola ensina, é interessante que os educadores se agrupem conforme as turmas com as quais atuam, uma vez que o tema central é o currículo. Para aqueles que não são professores de sala de aula, a sugestão é integrar os subgrupos conforme sua aproximação maior com a idade dos participantes. Em especial para o Ensino Fundamental, é importante ler as orientações específicas deste caderno para analisar os conteúdos das diversas áreas curriculares.



Providenciar

- Os livros didáticos utilizados na escola
- Acesso à biblioteca
- Planejamento anual dos conteúdos a serem ensinados

Atividades



1. *Reflexão* – É essencial um olhar para os conteúdos curriculares explícitos e para os conteúdos que ficam implícitos nas nossas escolhas, assim como nas nossas omissões. O educador deve ter consciência do que se ensina sem saber que está sendo ensinado, porque pode transmitir valores que não são aqueles desejáveis para a Educação em Direitos Humanos.

Para essa reflexão, algumas questões devem ser colocadas:

- O que os alunos aprendem na leitura de um conto de fadas?
- O que os alunos aprendem sobre a história de negros e afrodescendentes nos livros didáticos?
- A História dada nas aulas foca os DH, os movimentos sociais e o papel da participação na vida pública, ou apenas os heróis mitificados, como a princesa Isabel no caso da abolição?
- A luta e a conquista de direitos são explicitadas nos livros didáticos? Situações em que houve violação dos Direitos Humanos são tratadas como tal?
- Como a religião aparece na prática escolar? A escola é laica? Ou existem práticas religiosas?

2. *Pesquisa* – Organizar a turma em grupos. Definir lugares e materiais que podem ajudar a analisar os conteúdos ensinados do ponto de vista dos valores que trazem. Algumas possibilidades para análise:

- livros da biblioteca e didáticos;
- planejamentos e registros de aulas;
- atividades do calendário de datas comemorativas e demais eventos escolares.

3. *Socialização das pesquisas* – Apresentar o resultado da pesquisa, buscando relacionar o que foi analisado na biblioteca, nos livros didáticos e nos espaços da escola para confrontar o que o grupo encontrou, discutindo e buscando responder a questão: Existe coerência entre os valores do que se deseja ensinar e o que efetivamente é realizado? Abrir o debate em plenária para análise, complementando, modificando e concluindo a pesquisa.

Finalização

Incluir no quadro as questões levantadas na análise desse campo. Expor o quadro completo no mural ou em um local em que todos possam ver, ler, analisar, comentar, sugerir. Esse quadro será retomado no próximo passo: o plano de ação.

Síntese do mapeamento

Campo de análise	O que vai bem	O que precisa mudar
Conteúdos ensinados em sala		

Elaboração da vivência

Esse mapeamento fez com que você se desse conta de algo importante sobre a escola que você ainda não sabia ou sobre o qual não tinha pensado?

Texto de apoio

RESPEITO MÚTUO

No levantamento realizado no início do Projeto sobre a questão do respeito, embora muito desejado por todos, ele aparece como um valor muito pouco praticado em algumas escolas. As queixas de desrespeito vieram de todos os grupos da comunidade escolar (professores, alunos, diretores, pais). Nessa ausência, ficou evidente a seguinte relação de mutualidade: “Desrespeito porque não sou respeitado e só respeito quem me respeita”.

Se levado a ferro e fogo, isso cria um círculo vicioso de desrespeito que só poderá ser quebrado se tomarmos a decisão, como educadores que somos, de respeitar sempre e a todos, independentemente de nos sentirmos ou não respeitados. Esse é o primeiro e essencial passo da educação em valores. Tomar o respeito como princípio de vida e da atuação como educador é resultado de uma reflexão ética, de um desejo e de tomadas de decisão.

“Respeito” vem do latim *respectus*, que remete à ideia de “olhar outra vez”; prestar atenção a algo que merece um segundo olhar, que convida a levar em consideração. Assim, respeitar tem a ver com a disposição de conhecer, de prestar atenção e levar em consideração.

Aqui, o respeito mútuo não está sendo proposto como mera prescrição, mero dever ser, mas como algo que permeia, por princípio, as relações estabelecidas pelos sujeitos, em toda e qualquer situação. O respeito mútuo implica reconhecimento de si e do outro como igual e diferente, porque o outro é igualmente digno de respeito, porque humano, independentemente da diferença de função, idade, raça, classe social etc., mas também porque único, singular.

E como se fazer respeitar? Respeitando a si mesmo e ao outro

Os alunos esperam reciprocidade e negociação justa na relação com os adultos, sendo necessário construir compromissos com eles, confirmando a autoridade dos adultos nesse ato. Uma das demandas recorrentes entre os alunos para se sentirem respeitados é a de serem ouvidos e levados a sério. Trata-se de um pedido de reconhecimento como sujeitos que se dá pelo cumprimento do trato de respeito mútuo, de estima social.

Se isso vale para a relação aluno-professor, vale também para a relação adulto-adulto. O respeito mútuo é fundamental para a vida em comum, para sedimentar na escola uma comunidade escolar.





Parte V.

Plano de ação: é hora de agir

“(...) a ideia de um ambiente educacional promotor dos Direitos Humanos liga-se ao reconhecimento da necessidade de respeito às diferenças, garantindo a realização de práticas democráticas e inclusivas, livres de preconceitos, discriminações, violências, assédios e abusos sexuais, dentre outras formas de violação à dignidade humana.”

Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos

Como toda educação, a EDH exige que os educadores concretizem suas intencionalidades em ações. E essa não é uma tarefa individual, isolada. Educar é prática coletiva.

Uma vez realizado o mapeamento proposto na parte IV, chegou o momento de a escola planejar os próximos passos para concretizar as mudanças que almeja. Esse momento será o de definir prioridades com base no que foi analisado até aqui, criar estratégias, atividades e se organizar para fazer com que o respeito mútuo se instaure como um valor nas diferentes instâncias da vida escolar.

1. AGIR COM PRIORIDADES

O quadro construído no mapeamento traz, em cada campo de análise, as potencialidades que a escola tem e o que precisa mudar. É fundamental que todos tenham tido a oportunidade de olhar para o mapeamento e refletir sobre ele para que este seja a base do plano de ação. Agora é hora de cruzar as informações do

mapa dos sonhos com a realidade explicitada no mapeamento para construir o percurso do Projeto Respeitar é Preciso!



Fique de olho

É importante considerar as características do segmento que a escola atende, seja da Educação Infantil ou do Ensino Fundamental. Para isso, recorrer à parte VI deste material, que apresenta subsídios para a elaboração do plano de ação.

O trabalho feito até aqui certamente já dá uma ideia do caminho a ser seguido nos diferentes campos mapeados (relações, regras, tempos e espaços, comunicação, conteúdos). Mesmo assim, é necessário se deter sobre o que foi produzido e definir quais são, neste momento, as prioridades que a escola quer eleger, pois não será possível fazer “tudo ao mesmo tempo agora”. Durante a atividade, o mapa dos sonhos e os quadros com o registro do mapeamento dos campos de análise devem estar expostos.



Providenciar

- Lousa ou folhas grandes de papel para registro coletivo
- Giz ou canetinhas coloridas
- O mapa dos sonhos
- Os quadros com a síntese dos campos de análise (mapeamento)



Atividades



1. *Eleição de prioridades* – Organizar os participantes em subgrupos compostos por pessoas que atuam nas diferentes funções da comunidade escolar. Num primeiro momento, cada subgrupo deve retomar um dos campos de análise para eleger,

entre os itens da coluna “O que precisa mudar”, aqueles que considerar mais importantes e urgentes. Depois dessa escolha, preparar uma argumentação expondo as razões que tornam esses itens importantes e urgentes para apresentar aos demais grupos, de modo que o conjunto dos educadores tenha subsídios para eleger juntos quais serão incluídos no plano de ação. Responder às perguntas a seguir enquanto se visualizam os itens do quadro com a síntese do mapeamento pode ajudar na realização dessa tarefa.

Do ponto de vista da EDH: O que é mais importante ou mais necessário fazer? Por quê? Para quem? O que é mais urgente? Por quê? Para quem?

A prioridade deve ser definida considerando o grau de urgência, por serem aspectos mais graves e/ou mais sérios, e também as reais possibilidades de transformação do ambiente escolar. Atenção para que muitas prioridades não sejam eleitas ao mesmo tempo, senão deixam de ser prioridades.

Finalização

Compartilhar com o grupo maior as prioridades propostas em cada campo, por subgrupo, organizando um registro comum que todos consigam visualizar ao mesmo tempo (num mural, na lousa, em folhas grandes de papel). Ao anotar as propostas, indicar as repetições, de modo a evidenciar que o item repetido representa uma meta significativa para aquele grupo.

Abrir o debate para eleger, no máximo, duas prioridades para cada campo, considerando as reais possibilidades da escola neste momento. Embora haja talvez muitos itens importantes, é necessário fazer escolhas na medida do possível para que o plano de ação tenha êxito.

O resultado desta atividade deve ser a definição de duas prioridades por campo.



Fique de olho

Deixar visíveis aquelas prioridades que não forem consensuais (não apagar) para que se mantenham na memória e possam ser retomadas posteriormente.

Elaboração da vivência

Conversar no grupo sobre as expectativas, as certezas e as dúvidas pessoais que cada um tem a respeito do que foi decidido.

2. DO PENSAMENTO À AÇÃO

Uma vez definidas as prioridades, o desafio é planejar as ações para dar conta de concretizá-las. No entanto, isso não é tão imediato assim. Um plano de ação para a escola requer a tomada de decisões importantes.



Providenciar

- Lousa ou folhas grandes de papel para registro
- Cópias do registro das prioridades eleitas para distribuir a todos do grupo
- Giz ou canetinhas coloridas
- O mapa dos sonhos
- Os quadros síntese dos campos de análise (mapeamento)
- Quadro do plano de ação em tamanho grande para ser exposto em local visível
- Fichas grandes para compor o quadro (ou papel recortado no tamanho necessário)



Atividades



1. *Pensar nas ações* – Em subgrupos diferentes daqueles formados anteriormente, pensar em três ações que permitam contemplar cada uma das prioridades. Essas ações podem ser atividades dos educadores entre si, dos educadores com os alunos, com os pais e com a comunidade do entorno.

Para ajudar na elaboração dessas ações, lembrar que elas precisam ser bem concretas e viáveis no contexto da escola, considerando algumas perguntas:

- Como enfrentar a questão colocada em cada prioridade?
- Qual é a ação que melhor corresponde a cada prioridade?
- Quais obstáculos ou problemas vamos encontrar ao intervir nessa questão?
- O que pode facilitar a nossa ação?
- O que já fazemos e poderá integrar esse projeto?
- Em quanto tempo será possível realizar essas ações?

É necessário propor ações que sejam viáveis para que se possa viver a experiência de mudança. De nada vale um plano que não é passível de realização. Muitas vezes, pequenas mudanças podem ter grandes efeitos, principalmente quando são abraçadas por todos.

2. *Definição das ações* – Em plenária, com base no que cada grupo propôs, eleger as ações consideradas mais viáveis, mais interessantes e que permitam provocar as mudanças desejadas, indicando-as como de curto, médio ou longo prazo. Essas ações devem ser registradas e copiadas para que todos as tenham em mãos e também em fichas, com as palavras-chave, para ajudar a elaborar o quadro do plano de ação, apresentado a seguir. Para isso, é importante:

- Que as ações atinjam a todos os integrantes da comunidade escolar, em especial os alunos. Caso estes não estejam ainda participando do Projeto, deverão necessariamente ser incluídos e atuar como protagonistas no maior número possível de ações do plano.



- Atentar para a viabilidade, de modo que, no curto prazo, já se consiga realizar ações com êxito.
- Considerar uma variedade de atores responsáveis (alunos, educadores das diferentes funções, familiares), de forma que a responsabilidade pela execução do plano seja distribuída e não sobrecarregue ninguém.

O modelo a seguir indica o que precisa ser considerado para elaborar o plano de ação.

Plano de ação

O que fazer (ação)	Como fazer	Quando fazer	Quem fará (responsáveis)	Com que recursos	Parceiros possíveis	Prazo

Uma sugestão é fixar no quadro as fichas com as ações de cada campo, de modo que possam ser substituídas quando se ponderar que algo deve mudar e, assim, ajudarão o grupo a ir tomando as decisões.

Finalização

Definir a sistemática de trabalho dos responsáveis pelas ações, planejar os encaminhamentos, o cronograma de trabalho e a forma de divulgação das discussões.

Elaboração da vivência

Pedir para alguns dos participantes dizerem, com uma única palavra, o que levam desse encontro e, ao final, ler em voz alta a citação:



// (...) Possivelmente um dos saberes fundamentais mais requeridos para um tal testemunho é o que se expressa na certeza de que mudar é difícil, mas é possível. “

Paulo Freire, em *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*

3. O PLANO ENTRA EM AÇÃO

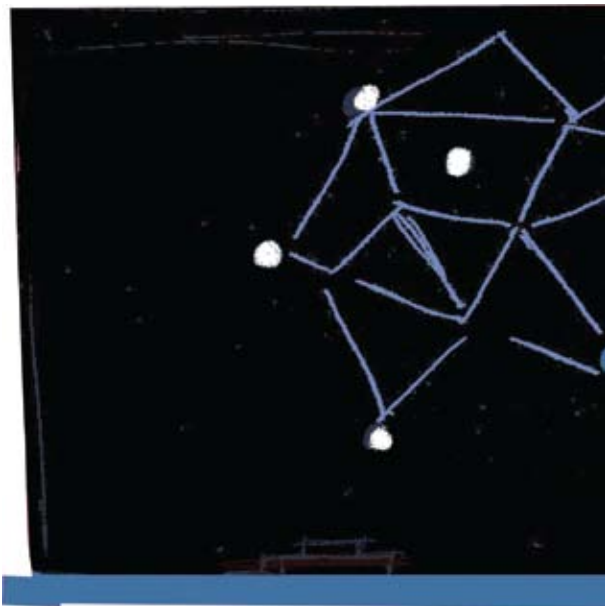
O plano de ação precisa agora ser apresentado “em grande estilo” para toda a comunidade escolar, a Diretoria Regional de Educação e outros parceiros. E isso merece uma comemoração, repetindo, por exemplo, a atividade “Café com Respeito” (proposta na parte I), que deu início aos trabalhos.

É fundamental tomar como referência a parte deste caderno que aborda as especificidades de cada segmento. Do mesmo modo, os cadernos temáticos que fazem parte deste material vão ajudar nessa nova fase da implementação do Projeto.

Avaliação processual – A avaliação durante o desenvolvimento das ações é o que vai ajudar na superação das questões encontradas, sejam dificuldades ou problemas mais simples do que se imaginava.

Então, é importante que, nas reuniões sistemáticas do Projeto Respeitar é Preciso!, seja dedicado um tempo para verificar se as ações estão acontecendo como o previsto e pensar como resolver possíveis problemas.

Para a avaliação, ao final de um tempo mais longo (doze meses, por exemplo), retomar o quadro do mapeamento e verificar coletivamente o que mudou, o quanto mudou e se as mudanças esperadas aconteceram ou não.



Texto de apoio

UM PROCESSO DE MUDANÇA NO COLETIVO

Como assim “processo de mudança”? Afinal, não se trata meramente de trabalhar com Educação em Direitos Humanos na escola? Será que, para isso, não seria suficiente reforçar para as crianças pequenas a importância de respeitar os amigos, lembrá-las de agradecer, pedir por favor ou desculpas? Garantir a participação dos pais nas festas e nas comemorações do Centro de Educação Infantil (CEI) ou da escola, ou, no caso dos adolescentes, introduzir uma disciplina sobre ética no currículo escolar ou promover discussões temáticas nas diversas disciplinas?

Se você e sua comunidade escolar estão envolvidos no Projeto Respeitar é Preciso!, é muito provável que estejam movidos por um desejo de mudança na vida escolar. Talvez reduzir a violência, talvez reforçar princípios e valores que precisam ser esteio de toda ação educativa, talvez focar aspectos da convivência escolar, ampliar participação, enfim... Uma série de mudanças que implicam não apenas eventuais ajustes no currículo, mas principalmente mudanças de hábitos, de formas de fazer no dia a dia escolar, formas de se relacionar consigo, com o outro, com a comunidade escolar e com o mundo.

É provável ainda que a mudança seja vista e vivenciada de modo diferente e particular pelos participantes. Alguns incorporam as mudanças mais rapidamente, outros, mais lentamente. Assim, durante toda a implementação desse projeto, será essencial compreender uns aos outros, aceitar e lidar com essas diferenças, pensar coletivamente qual será o papel de cada um, quais serão as necessidades a serem atendidas para que seja possível trabalhar junto, como retomar a conversa para refazer combinados quando as coisas não derem certo ou quando alguém fizer algo diferente do combinado e repactuar etc.

Comunidade escolar: um coletivo criativo

Trata-se aqui de lidar com um coletivo: a comunidade escolar. Entretanto, em algumas escolas, ainda não se pode falar da existência de um coletivo, mas apenas de um agru-

pamento de pessoas diversas que convivem em um mesmo espaço com tarefas e funções relacionadas entre si.

Se esse for o caso na escola de vocês, transformar esse agrupamento em uma comunidade será uma das tarefas do Projeto.

Produzir um coletivo e criar um espaço de comunidade implica estar atento às diferenças de cada um, aceitá-las, incluí-las e lidar com elas, articulando-as em torno de um objetivo comum.

Diferentemente de uma massa amorfa em que todos aparentemente concordam em tudo e caminham juntos, o que significa muitas vezes a presença de um mecanismo de opressão (mesmo que subliminar), ou mesmo de um conjunto de sujeitos que caminham cada um para uma direção apenas com a interdependência de algumas funções; trata-se de um complexo, uma miríade, que compõe uma figura, mantendo a diversidade interna, com potencialidades para caminhar em várias direções, sem decompor a figura, mas, sim, tornando-a complexa e cheia de contornos.

Um coletivo criativo e capaz de empreender um projeto comum será aquele que conseguir abrir espaço para as singularidades se manifestarem e atuarem, imprimindo um norte comum a todos. O Eu e o Nós precisam estar presentes.

Para que isso aconteça, todos precisam abrir disponibilidade para escutar as perguntas e os anseios dos demais. Se as respostas e até mesmo as eventuais críticas forem automaticamente tomadas como oposição ou sinal de resistência, má vontade etc., a tendência será perder boas oportunidades de compor um coletivo criativo e o resultado será uma baixa adesão ou uma adesão meramente formal (sem engajamento).

Em resumo, tanto para um primeiro momento de adesão quanto para a continuidade desse projeto, as tensões e os conflitos precisam aparecer, de forma que, por meio deles, se possa criar algo novo. A questão será abrir conversas em que essas tensões apareçam, num clima de respeito mútuo, sem destruir a possibilidade do coletivo.



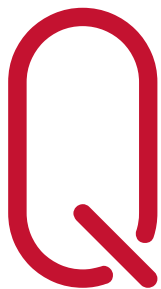
Parte VI.

Orientações para a Educação Infantil

“(...) o educador em direitos humanos na escola sabe que não terá resultado no fim do ano (...). Trata-se de uma educação permanente e global, complexa e difícil, mas não impossível.”

Maria Victoria Benevides

I. EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL



Quando se fala em Direitos Humanos, quase sempre se identifica uma luta que envolve crianças, jovens e adultos. E a criança deve ser compreendida como sujeito de direito desde o momento de seu nascimento e até mesmo antes dele.

Podemos, então, compreender que o Centro de Educação Infantil (CEI) e a Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) são espaços privilegiados para a garantia plena desses direitos e também locais em que se ensina às crianças pequenas formas de ser e estar no mundo que sejam conduzidas pelo respeito. Do nascimento aos 5 anos de idade, as crianças passam por experiências fundamentais para a formação da sua personalidade e para a construção de valores.

Introdução

É de fundamental importância que a equipe de educadores de CEI e EMEI conheçam o desenvolvimento infantil e o valor de proporcionar, aos pequenos, boas experiências de convivência e aprendizagem, que respeitem as formas de conhecer e de se

relacionar da criança pequena, mediando-as de modo afetivo e adequado, sempre considerando a perspectiva do cuidado humano.

Na Educação Infantil, a vivência de situações em que os direitos das crianças são respeitados depende, necessariamente, da forma como essas situações são encaminhas. As primeiras relações no ambiente escolar são marcadas pelo cuidado e pela dependência das crianças em relação aos adultos, sem esquecer que, mesmo muito pequenas, elas não são passivas: já interagem e também modificam o ambiente em que convivem. Um bebê pode influenciar e modificar o entorno com seu movimento, suas expressões, suas risadas, suas dificuldades, suas fragilidades de saúde, seus choros e suas reações emocionais às diferentes situações que vive na escola, como na primeira separação de sua família quando começa a frequentar o CEI.

Nesse sentido, as crianças pequenas podem mobilizar emocionalmente as outras crianças e os adultos que delas cuidam, provocando reações nem sempre positivas. No entanto, conforme vão crescendo, elas podem interagir de forma diferente, desenvolvendo sua competência oral, além de formas de se relacionar e de se adaptar às regras escolares. As crianças pequenas também trazem novas questões para a relação entre os responsáveis e a escola. Muitos educadores reagem de forma negativa a crianças cujas famílias não correspondam à imagem do que seria uma “família ideal”, muitas vezes com julgamentos, culpabilização, sentimentos de rejeição ou até mesmo de compadecimento, o que certamente influencia na relação família-escola-criança. Esse é apenas um exemplo do quanto, também no cotidiano escolar, as relações são permeadas por valores, julgamentos e preconceitos.

De acordo com o que preconiza o documento “Ensinando Direitos Humanos”, da Organização das Nações Unidas (ONU, 2004), a proposta da Educação em Direitos Humanos (EDH) para as crianças pequenas não deve sobrecarregar o já complexo trabalho dos educadores, mas, sim, ajudá-los a pensar como introduzir as questões relacionadas aos Direitos Humanos nas experiências que as crianças pequenas vivem diariamente nas creches e nas escolas.

II. EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Da perspectiva dos Direitos Humanos, bebês e crianças de 0 a 3 anos de idade que frequentam creches têm direito a uma educação infantil de qualidade, gratuita e lúdica. Já a Declaração Universal dos Direitos das Crianças, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef, 1959), preconiza que “a criança deve desfrutar plenamente de jogos e brincadeiras, os quais deverão estar dirigidos para educação; a sociedade e as autoridades públicas se esforçarão para promover o exercício desse direito”.

Características da EDH nos CEIs

Atualmente, é muito comum que as crianças comecem a frequentar a creche ainda bebês, antes mesmo de aprender a falar, andar ou controlar os esfíncteres (três grandes conquistas dessa faixa etária). Contudo, nem sempre se tem a clareza de que o bebê é um sujeito de direito: ele tem direito a ser amamentado, tem direito a que cuidem bem dele, tem direito à sua integridade física, psíquica e moral, tem direito à saúde e à cultura, entre tantos outros.

Num ambiente repleto de crianças pequenas, cuja principal forma de comunicação se dá pelo movimento e pela expressão corporal e facial, pelo choro (alto ou baixinho), pela grande capacidade de mobilizar o outro por meio da emoção, nem sempre é fácil identificar situações de desrespeito aos direitos das crianças, principalmente quando não se tem um olhar desenvolvido para isso. Para ajudar a desenvolver esse olhar, apresentamos aqui um panorama, um pano de fundo, por meio do qual é possível identificar a situação atual e promover a Educação em Direitos Humanos nos ambientes em que convivem crianças de 0 a 3 anos e seus educadores.

Com frequência, surge a pergunta “É possível ensinar Direitos Humanos para crianças tão pequenas?”. Sim, é possível, mas, evidentemente, de forma adequada a essa faixa

etária, respeitando seu desenvolvimento, considerando o tipo de aprendizagens e conquistas das crianças e a relação com os adultos, e não simplesmente transpondo situações didáticas desenvolvidas com crianças maiores para o contexto dos berçários e de minigrupos.

{ Abordagens contemporâneas de cuidado e educação de bebês e crianças até 3 anos de idade apontam para a ideia de uma criança protagonista, que, mesmo muito pequena, é potente, ativa e capaz de se colocar no mundo à sua maneira. }

Na verdade, em qualquer etapa da escolaridade, a Educação em Direitos Humanos se fará principalmente na *vivência* e na *valorização* verdadeiras e cotidianas desses direitos. Entretanto, na Educação Infantil, essa experiência se faz ainda mais significativa, à medida que se reconhece que a forma como as crianças pequenas pensam e estão no mundo tem uma especificidade: crianças pequenas estão sempre imersas nas situações que vivem, sem distanciar-se delas a ponto de conseguir interpretá-las, como as crianças maiores já são capazes de fazer.

Uma das experiências mais significativas que se pode proporcionar às crianças pequenas na creche é a oportunidade de conviver num ambiente em que a reconheçam e no qual suas características, suas singularidades e seus desejos sejam conhecidos e respeitados.

O documento “Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças” (MEC/SEB, 2009) aponta, entre eles, o direito à brincadeira, o direito a um ambiente aconchegante, seguro e estimulante e o direito a uma alimentação saudável.

Mais ainda, além do direito de frequentar creches que respeitem os seus direitos fundamentais, as crianças têm o direito à experiência de estar em grupo, que certamente será qualificada pela atuação de seus educadores, pela atenção e pela sensibilidade desse olhar, traduzidas no modo como os ambientes da creche são organizados, pos-

sibilitando o movimento das crianças e suas interações (que nessa faixa etária são marcadamente físicas, tendo em vista as intensas explorações de objetos e espaços e as interações que envolvem contato físico, como as brincadeiras, e conflitos, como as mordidas).

De outro lado, as relações que os adultos estabelecem cotidianamente entre si e com as crianças também têm forte influência educadora. As crianças aprendem valores ao ver como seus educadores interagem com elas no encaminhamento de conflitos, procurando mediá-los por meio do diálogo, buscando ser justos, ou ao ver como demonstram real respeito, por exemplo, pela diversidade étnico-racial ou pela consideração da igualdade entre meninos e meninas. As crianças são muito sensíveis e observadoras das relações que os próprios adultos travam entre si: como os educadores se relacionam, como conversam com o pessoal de apoio, como recebem as famílias no momento de chegada ou partida no fim do dia. Afinal, numa faixa etária em que a expressão corporal e o olhar são tão importantes, os olhares, as expressões e os comentários cotidianos em diferentes tons, bem como seus significados, não escapam à observação das crianças.

Portanto, o melhor modo de colocar em prática a Educação em Direitos Humanos com os pequenos é, antes de tudo, proporcionar a eles a vivência de um contexto de respeito aos seus direitos e aos direitos de todos os que convivem no ambiente escolar.

“Princípio X – A criança deve ser protegida contra as práticas que possam fomentar a discriminação racial, religiosa ou de qualquer outra índole. Deve ser educada num espírito de compreensão, tolerância, amizade entre os povos, paz e fraternidade universais e com plena consciência de que deve consagrar suas energias e aptidões ao serviço de seus semelhantes.”

Declaração Universal dos Direitos das Crianças (Unicef, 1959)

Como intervir em situações cotidianas?

{ Confiar nas crianças, até mesmo nas menores, sem deixar de cuidar delas, é uma forma de respeitá-las como seres humanos e de ensiná-las a ter confiança e a gostar de si mesmas. }

No cotidiano escolar, há pontos a serem contemplados que fazem toda a diferença para promover a Educação em Direitos Humanos. Tratar as crianças com dignidade e proporcionar a elas experiências significativas são um primeiro e importante passo. Por exemplo: que diferença existe se um educador realiza a troca de um bebê mecanicamente, em poucos minutos, sem olhar em seu rosto, interagir ou conversar com ele, ou se o faz com calma, aproveitando a oportunidade para tocá-lo carinhosamente e convidá-lo a participar desse momento de cuidado, explicando o que está fazendo? Do ponto de vista da Educação em Direitos Humanos, faz toda a diferença, pois a oportunidade de apropriação corporal pelo bebê e de construção da sua identidade e da sua autoestima será garantida por meio da segunda experiência. Esses fatores são essenciais para a construção do autorrespeito (condição para o respeito aos outros) e, assim, para a possibilidade de participar de uma relação de respeito mútuo.

Tendo em vista que, no CEI, as crianças passarão pelo momento da retirada das fraldas e pela vivência dos processos básicos do controle dos esfíncteres, é importante que os educadores estejam atentos às trocas sociais e aos modelos de relação com o mundo que as crianças estabelecem por meio de seus primeiros “produtos”: o xixi e o cocô. Assim, espaço, materiais, tempos e interações precisam estar a serviço desse novo momento, e o educador precisa estar apto para lidar com tranquilidade com essa fase.

Nesse sentido, alguns cuidados e atitudes dos adultos proporcionam experiências profundamente ligadas à vivência dos Direitos Humanos, como: respeitar a individualidade das crianças; não determinar que todas tirem a fralda ao mesmo tempo;

procurar identificar os “sinais” das crianças que iniciam o processo de retirada das fraldas; respeitar seu tempo, seu ritmo e suas necessidades (mais privacidade para algumas, mais tranquilidade para outras, presença ou não do educador com a criança no banheiro etc.).

Assim, é possível ensinar a criança a conhecer, se apropriar e gostar do próprio corpo, a se movimentar com liberdade e segurança, a gostar de cuidar de si própria, a saber expressar o que gosta e o que não gosta: condições básicas importantíssimas de reconhecimento de si e de suas necessidades, que serão fundamentais em situações em que, por exemplo, seja necessário expressar sua opinião ou se manifestar contra opressão ou maus-tratos.

Quando os adultos conhecem o desenvolvimento das crianças pequenas, sabem a importância de não as deixar esperando durante muito tempo entre uma e outra atividade, de priorizar espaços em que elas possam se movimentar com liberdade, de intervir nos conflitos buscando que as crianças se percebam e se conheçam e que, respeitando as características da faixa etária, elas possam, pouco a pouco, reconhecer o outro e compreender que a agressão física não é a melhor atitude.

Da mesma forma, um ambiente escolar que respeita a criança como sujeito de direito valoriza a aprendizagem dos pequenos de fazer escolhas, de saber esperar a vez e de dividir brinquedos, experiências necessárias para a vida em sociedade. É importante perceber o quanto essas e tantas outras aprendizagens estão intrinsecamente relacionadas à forma como os educadores intervêm em situações cotidianas, que ocorrem o tempo todo com as crianças, e não apenas nas atividades planejadas.

Atividades nos CEIs

Alguns momentos vividos com as crianças na rotina dos CEI possibilitam especialmente a EDH e a vivência do respeito mútuo. Apresentamos aqui algumas sugestões de atividades para favorecer esse tipo de experiência.

Leitura de histórias

As vivências das crianças podem ser enriquecidas pela oportunidade de ouvir histórias lidas por seus professores ou por outros adultos educadores. É importante contar não apenas histórias sobre os Direitos Humanos de forma direta, mas histórias em que sejam vividos valores como a justiça e o respeito. Por exemplo: histórias que apresentem situações de igualdade e de não discriminação racial ou sexual, que mostrem às crianças situações em que as meninas são fortes e heroínas e em que os meninos possam ficar tristes e chorar; histórias que apresentem configurações familiares que não apenas de famílias idealizadas (branca e de classe média alta); histórias em que as mulheres trabalhem e em que os homens realizem tarefas domésticas (como lavar, passar e cozinhar) e também cuidem de seus bebês.

Esses são exemplos de boas histórias a serem apresentadas às crianças. No entanto, é importante observar que não só o texto deve espelhar esses valores, mas também as imagens dos livros que as crianças manuseiam.

Cantigas, acalantos e brincadeiras

Ser cuidados, embalados e desfrutar momentos de prazer e ludicidade com o educador e o grupo, ao mesmo tempo que seu repertório cultural se amplia, é uma oportunidade privilegiada no CEI. Assim, é essencial conhecer cantigas, trovinhas, brincos (aqueles delicados “mimos”, como “Dandá pra ganhá vintém”, “Serra, serra,



serrador” e “Janela, janelinha”), acalantos e brincadeiras de diferentes procedências, brasileiras ou de outros países. É possível fazer um levantamento das canções infantis cantadas pelas famílias da comunidade e mantê-las no repertório do CEI. Essa é uma forma de reafirmar o pertencimento a uma cultura e dizer às crianças que os saberes das suas famílias são considerados e apreciados na escola.

Atividades culinárias

Assim como as canções e o repertório musical, as atividades culinárias são uma experiência afetiva e de grande importância para a construção da identidade das crianças. Desse modo, compartilhar e preparar receitas vindas das diferentes famílias, saboreá-las com o grupo e convidar os familiares para participar desses momentos são formas de demonstrar às crianças o quanto elas são queridas e respeitadas na sua cultura e no seu modo de vida. Esses também são momentos preciosos para o exercício da alteridade e da percepção de que todos são igualmente importantes na comunidade.

Brinquedos

No CEI, é preciso cuidar e estar atento para a aquisição e a manutenção dos brinquedos e materiais lúdicos utilizados pelas crianças. Por exemplo, a valorização de características étnico-raciais e a representação positiva dos diferentes grupos étnicos podem ser incentivadas pela presença de bonecos e bonecas de diferentes etnias. Nesse sentido, também podem ser pesquisados e incentivados jogos de diferentes procedências, de outros países e culturas, sinalizando para as crianças a valorização e o respeito às diferenças, princípios básicos para a compreensão dos Direitos Humanos. Assim, atitudes permanentes de interesse e valorização das diferentes culturas se mostram mais didáticas que os projetos que se propõem a estudar determinadas culturas em particular.

Atividades com imagens e fotografias

Atividades que contemplam fotos das crianças, de seus familiares e de sua vida são comuns nos CEIs. A presença e a inclusão dessas imagens nos espaços da escola e na própria constituição do ambiente escolar (nas paredes, em móveis, ampliadas e coladas em caixas com as quais as crianças podem brincar ou usar para empurrar, empilhar ou construir) revelam cuidado humano e interesse pelas crianças e por suas histórias. Vale a pena refletir sobre o que essas atividades significam do ponto de vista da Educação em Direitos Humanos e de seus valores.

Apresentamos aqui algumas sugestões de atividades a serem desenvolvidas com as crianças pequenas utilizando imagens e fotografias.

- *Conversas*

Conversar sobre as fotos trazidas pelas crianças e sobre quem está nelas é uma forma de compartilhar fatos, sentimentos e lembranças, fazendo com que as crianças se sintam protagonistas e valorizadas. Saber que suas histórias são interessantes e importantes para os outros é um aprendizado que contribui para a construção da identidade e para a autoestima de cada uma delas. É possível transformar as fotos em temas de histórias com base nos lugares em que foram tiradas, usando-as em sorteios ou marcando “lugares-surpresa”, em ocasiões em que se queira “misturar” as crianças nas brincadeiras e outras atividades.

- *Construção do ambiente escolar*

Utilizar as fotos e as imagens trazidas pelas crianças para compor murais, móveis, tapetes, luminárias e outros objetos pode ser uma nova possibilidade de que essas fotos façam parte do ambiente escolar, fortalecendo o sentimento de pertencimento das crianças e o seu acolhimento na escola, espaço construído pelas histórias de todos.

- *Jogos e quebra-cabeças*

Confeccionar jogos de memória ou de percurso que tenham as crianças como personagem e utilizem suas histórias como tema é algo encantador para elas. No caso dos jogos de percurso, desenhos das crianças e cópias reduzidas de suas fotos podem ser transformados em pequenos peões para caminhar sobre as casas.

Artes: pintura, desenho, massinha

Atividades com materiais como massinha, argila, areia, água e misturas diversas (de farinha ou maisena, por exemplo) possibilitam às crianças pequenas uma oportunidade de conhecer e manipular esses materiais plásticos, expressando, por meio de símbolos, os sentimentos intensos que experimentam nesse momento.

Esses materiais podem ser oferecidos em atividades de exploração, com o objetivo principal de estimular as crianças a mexer nesses materiais, se sujar e experimentar as sensações da tinta ou das misturas no corpo, mas também deixar as suas primeiras marcas, como no desenho e na pintura. As primeiras produções das crianças podem ser aproveitadas na composição do ambiente do CEI, sendo expostas nas paredes ou organizadas em mostras. Reconhecer essas produções e perceber que são valorizadas e comentadas são experiências fundamentais para a construção da identidade e da autoestima das crianças pequenas.



III. EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Desde muito pequenas, as crianças devem ser mediadas na construção de uma visão de mundo e de conhecimento como elementos plurais, formar atitudes de solidariedade e aprender a identificar e combater preconceitos que incidem sobre as diferentes formas de os seres humanos se constituírem como pessoas. Poderão assim questionar e romper com formas de dominação etária, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa, existentes em nossa sociedade e recriadas na relação dos adultos com as crianças e entre elas. Com isso, elas podem e devem aprender sobre o valor de cada pessoa e dos diferentes grupos culturais, adquirir valores como os da inviolabilidade da vida humana, a liberdade e a integridade individuais, a igualdade de direitos de todas as pessoas, a igualdade entre homens e mulheres, assim como a solidariedade com grupos enfraquecidos e vulneráveis política e economicamente. Essa valorização também se estende à relação com a natureza e os espaços públicos, o respeito a todas as formas de vida, o cuidado de seres vivos e a preservação dos recursos naturais. ”

BRASIL. *Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil*, Parecer CNE/CEB n. 20/2009

Como as crianças se desenvolvem e aprendem valores e atitudes?

Diferentemente da etapa anterior, as crianças que frequentam as EMEIs, com idade entre 4 e 5 anos, se mostram mais seguras para brincar, aprender e cooperar com seus pares. Um novo e importante momento se inicia em suas vidas: os enredos do faz de conta ficam mais ricos, e as crianças passam a se interessar pelas coisas do mundo, pelas diferentes formas de expressão e de linguagem, como a escrita e a leitura.

Nessa faixa etária, as crianças experimentam uma grande abertura para o mundo: têm mais consciência de si mesmas, de seus desejos e sentimentos, que agora conseguem nomear e explicitar. Seu grande desafio é aprender a conviver, escutando e respeitando os desejos, os sentimentos e as opiniões dos outros. Dessa forma, cresce seu interesse pelos jogos de regras, de tabuleiro e de mesa, que podem simbolizar situações de conflito e levar as crianças à experiência de encontrar so-

luções, bem como de ganhar e perder, tão importantes para a vida em sociedade. O maior domínio da linguagem verbal amplia a sua experiência de participação nas rodas de conversa diárias, nas quais a vida e as decisões do grupo são reguladas, levando as crianças a aprenderem que aquilo que elas sentem, dizem, pensam e escolhem é importante para a construção de uma escola melhor. Esse período não é só da intensificação de jogos simbólicos, mas também do início da construção da escrita e da leitura, quando as crianças passam a distinguir imagens de textos. Isso tudo cria outra possibilidade de se relacionar e de interagir, abrindo um leque maior de atuação para a EDH.

Como intervir em situações cotidianas?

Da mesma forma que nos CEIs e em toda escolaridade, a Educação em Direitos Humanos na EMEI se fará principalmente na vivência e na valorização reais desses direitos. Assim, os princípios que pautam as intervenções cotidianas do educador dos CEIs permanecem inalterados. Entretanto, como as crianças de 4 e 5 anos já são capazes de se expressar de maneira mais autônoma, sua participação nas atividades muda, e elas já podem colaborar em projetos comuns de toda a turma, enfrentando, nas brincadeiras e na vida cotidiana, os primeiros desafios da ética e da necessidade de reconhecer e respeitar as diferenças.

Por isso, é necessário que os educadores permaneçam abertos à discussão de experiências e conflitos em todos os momentos, demonstrando, com suas atitudes, que a solução de qualquer problema pode ser encontrada, mas que só se encontra a solução de um problema pensando sobre ele. E não se trata apenas de conflitos que envolvam brigas ou o contato físico, já que, nessa idade, o confronto de opiniões e ideias, bem como a necessidade de tomar decisões coletivas, são muito comuns.

Indicamos aqui algumas sugestões de interferência do educador que podem ajudar as crianças a desenvolverem o interesse de conversar para buscar a resolução de possíveis problemas:

1. Se surgir algum problema, é importante identificá-lo e reconhecê-lo. Se houver briga ou uma discussão acalorada, o educador deve interromper qualquer atividade física ou verbal e pedir às crianças envolvidas para conversar em conjunto sobre o que aconteceu e sobre o comportamento delas.
2. Pedir às crianças uma descrição do que aconteceu. Perguntar aos envolvidos e a quem esteja por perto sobre os acontecimentos que ocorreram. Dar a todos uma oportunidade de falar sem interrupção. Incentivos positivos, como um toque ou um abraço, se for o caso, também podem aliviar sentimentos de raiva ou culpa. No entanto, é essencial manter a neutralidade sempre.
3. Explorar uma variedade de soluções. Perguntar às crianças diretamente envolvidas no problema como ele pode ser resolvido. Se as crianças não conseguirem sugerir soluções, o educador pode oferecer algumas ideias.
4. Ponderar as soluções. Apontar que, muitas vezes, pode haver mais de uma solução justa. Incentivar as crianças a pensar nas consequências físicas e emocionais dessas soluções. Relembrar com elas experiências semelhantes vividas anteriormente pelo grupo.
5. Escolher um modo de agir. Buscar um acordo mútuo com base em uma das soluções apresentadas.
6. Cumprir o que foi acordado e acompanhar o grupo relembrando e incentivando todos a fazerem o mesmo.

Em casos de comportamentos discriminatórios, as soluções não são tão fáceis de encontrar. Desse modo, não podemos esquecer que o racismo, o xenofobia e o sexismo normalmente já estão presentes em crianças muito pequenas, por imitação do que é vivenciado. Em geral, nem a criança insultada nem a criança que insultou têm uma compreensão clara do que seja discriminação.

Assim, as ações do educador são especialmente importantes nessa situação. Primeiro, ele deve se posicionar fortemente diante do comportamento discriminatório (sem acusar, agredir ou ofender quem discriminou) e deixar claro que essa atitude é inaceitável. Depois, o educador pode apoiar claramente a criança que foi objeto da ofensa, sendo firme, ainda que compreensivo, com a criança envolvida no comportamento discriminatório. Também é preciso ajudar as crianças vítimas a perceber que reações negativas a gênero, aparência, deficiência, língua, raça ou outros aspectos acontecem por causa de preconceitos. As questões em jogo devem ser analisadas com as crianças envolvidas, bem como com aquelas que testemunharam a situação. Se necessário, é importante discutir e incluir esses incidentes nas pautas de reunião com os pais, os funcionários e os membros da comunidade local.

Esse “método” pode ser entendido como o primeiro passo para a criação de uma cultura em que os problemas são discutidos abertamente e em que as crianças se sentem seguras e acolhidas pelos adultos, que sempre estão por perto para ajudá-las a compreender e encaminhar conflitos. É desejável que essa cultura se instaure em todos os níveis de ensino, bem como na crítica a situações fora do ambiente escolar, quando se trata da erradicação de comportamentos discriminatórios. Sempre que possível, a diversidade étnica na sala de aula deve ser reconhecida, compreendida e até mesmo celebrada.

A igualdade pode ser vivenciada pelas crianças por meio da distribuição, da organização ou da ocupação da sala de aula. A organização de meninos e meninas exclusivamente em grupos separados, por exemplo, ainda é uma prática comum em nossas escolas, o que pode reforçar a discriminação e também alguns preconceitos como “atitudes naturais”. A escola é o lugar adequado para quebrar essas formas de organização e propor outras, integrando as crianças, incentivando a cooperação, o respeito e o desenvolvimento de capacidades por todo o grupo.

É possível que novas formas de organização gerem desacordo ou dúvidas entre as próprias crianças. Assim, é fundamental que isso seja discutido e que o grupo construa,

se houver necessidade, regras para equalizar a situação e quebrar ou impedir comportamentos preconceituosos e discriminatórios. Essas regras tornam-se desnecessárias à medida que os valores da igualdade e do respeito são aprendidos e passam a fazer parte do cotidiano de todos.

Pode-se perceber o quanto o papel mediador do educador é importante não apenas na roda de conversa, mas em outros momentos de interação, seja ele professor, funcionário de apoio ou qualquer outro integrante da comunidade escolar. Todos os adultos da escola devem facilitar as amizades entre as crianças, bem como a consciência de que as diferenças são aceitáveis e naturais. São eles que ajudarão as crianças nesse aprendizado.

Contudo, muitas vezes situações discriminatórias são tratadas como se fossem naturais. Desse modo, os educadores precisam estar cientes de que eles também podem trazer consigo atitudes discriminatórias, devendo se esforçar para reconhecê-las e superá-las. Nesse sentido, é preciso cuidado para que não seja o próprio educador a apresentar o discurso discriminatório para as crianças, pois nessa idade é muito provável que elas não tenham clareza da sua própria atitude discriminatória.

Ser educador de crianças pequenas exige, portanto, um exercício cotidiano de avaliar seus próprios valores e crenças, pois nessa faixa etária idade as crianças costumam ser “taxadas” e estigmatizadas por características apresentadas em algumas situações. Entretanto, não se pode afirmar que uma criança que frequenta uma EMEI “é violenta”, “não sabe escutar” ou “não respeita ninguém”.

Atividades nas EMEIs

Da mesma forma que nos CEIs, para manter um cotidiano rico de experiências em EDH, não é preciso abrir novos espaços ou criar atividades especiais: a Educação em Direitos Humanos se dará durante atividades diversificadas, nas rodas de conversa, na leitura de histórias, na organização das crianças nos momentos de brincadeiras

tradicionais ou de jogos, durante as refeições e os cuidados pessoais, no parque ou nos espaços internos da escola. Os aspectos mais relevantes na condução dessas experiências são a intencionalidade dos educadores e a forma como deixam claros os valores colocados nas atividades.

Indicamos aqui algumas estratégias e sugestões de atividades para trabalhar, na Educação Infantil, questões ligadas à EDH.

Rodas de conversa

Na Educação Infantil, a roda de conversa é uma excelente atividade para tratar de questões relacionadas aos Direitos Humanos. Em roda, as crianças podem ser ouvidas e os temas de interesse do grupo podem vir à tona. Do ponto de vista do desenvolvimento da linguagem verbal, o objetivo da roda de conversa é aprender a dialogar: ouvir, respeitar a opinião dos outros, argumentar e saber expressar a sua própria opinião e também ponderar e ceder.

Assim, nada melhor que praticar o exercício do diálogo utilizando temas que fazem parte da vida do grupo, como: decidir que lugar visitar no passeio semestral; a qual filme gostariam de assistir; discutir como se sentem quando são discriminados por um colega; afirmar que as meninas podem jogar futebol tanto quanto os meninos; colocar para o grupo que uma criança pode se sentir ofendida porque outra não quer se sentar a seu lado ou brincar com ela por algum motivo, como a cor da sua pele.



Em geral, nos ambientes de Educação Infantil, não há o costume de inserir as crianças em discussões que envolvem discriminação, conflitos e distinção de atividades “para meninos” e “para meninas”. No entanto, podemos nos surpreender se dermos voz às crianças, perguntando como elas se sentem, o que pensam sobre determinados assuntos ou problemas e o que sugerem fazer para solucionar uma situação difícil.

Pensando em tudo isso, a roda de conversa também pode ser um bom momento para desenvolver alguns jogos e brincadeiras, como brincar de se agrupar e reagrupar, trocando de lugar de acordo com algumas características (por exemplo, “quem está usando cinto”, “quem está usando camiseta vermelha”). Aqueles que compartilham uma ou outra característica devem trocar de lugar, ensinando às crianças que a formação de grupos pode seguir diferentes critérios, e que estes podem ser semelhantes e diferentes de muitas maneiras.

Em roda, é possível simplesmente conversar sobre as preferências, os gostos e os desejos, propondo frases abertas que cada criança deve responder em sua vez de falar, como: “O que eu mais gosto em mim é _____”; “Eu gostaria de ser _____”; “Minha brincadeira favorita é _____”; “Eu gostaria de aprender mais sobre _____”; “Eu me sinto feliz quando _____”.

Leitura e escrita

Nessa faixa etária, o interesse pela linguagem verbal, pela leitura e pela escrita, considerando a importância que essa linguagem assume para a comunicação e a expressão das crianças, deve fundamentar a escolha de boas histórias para serem lidas e discutidas por elas, bem como a organização de uma biblioteca do grupo, com bons títulos, que provoquem o pensamento das crianças sobre temáticas relativas aos Direitos Humanos. Assim, na seleção de livros, é importante contemplar histórias variadas, que apresentem personagens de ambos os sexos como personagens multiculturais, ativos e não estereotipados. Nesse sentido, alguns livros possibilitam o contato com uma grande diversidade de culturas, como: contos de fadas em que a

mocinha quer encontrar um príncipe, junto com outras histórias em que a mulher tem vida própria; histórias da cultura popular das diferentes regiões brasileiras; histórias africanas e de outros lugares do mundo.

As crianças podem ainda ser autoras de livros que contemplem a si mesmas e suas histórias. Nessa faixa etária, em geral, as crianças já estão envolvidas com as primeiras práticas e aprendizagens de leitura e escrita. Assim, a elaboração de histórias e livros pode ser uma atividade muito interessante.

Outra sugestão de atividade é a elaboração do livro *Quem sou eu?*, que, além de garantir essas aprendizagens, pode envolver a EDH, porque garante o espaço para a expressão e a valorização de características, preferências e experiências de cada criança, bem como a divulgação delas para o grupo, reforçando a autoconfiança e o reconhecimento e valorizando suas famílias e suas histórias. Atividades como essa promovem a construção do autorrespeito e do respeito ao outro, contando com o importante papel do educador no sentido de orientar e organizar essa vivência.

O livro pode ter um autorretrato na capa. Fotos pessoais, prosa e poemas também podem ser colecionados nesse livro. À medida que as crianças aprendem a escrever, podem acrescentar dados pessoais, perguntas e respostas para questões sobre si próprias. Se os recursos são limitados, pode-se fazer um único livro para toda a classe com uma ou duas páginas para cada criança.

É possível ainda elaborar um pequeno projeto que integre o interesse das crianças pela comunicação por meio da escrita e da leitura, dando significado a elas por seu uso social: criar a possibilidade de as crianças estabelecerem uma correspondência regular, por carta ou por e-mail, com outro grupo de crianças, na mesma escola, em outra escola ou até mesmo de uma escola de outro país. O educador deve iniciar essa troca incentivando as crianças a enviar poemas ou presentes do grupo.



Outra sugestão é buscar conhecer a escola parceira investigando, nas cartas e nos e-mails, quais são suas características, semelhanças e diferenças em relação à própria escola por meio de perguntas como: Qual é o tamanho da escola? Do que as crianças gostam de brincar? Qual a profissão dos pais? Quais são as comidas de que mais gostam? Se for num lugar distante, é interessante perguntar sobre o clima, se faz frio ou calor, se chove muito. Se for possível e se a distância permitir, uma visita pode ser planejada para promover o encontro entre as crianças das duas comunidades.

Artes visuais e participação na construção dos ambientes da EMEI

Do mesmo modo que sentir que suas ideias, histórias, opiniões e produções são valorizadas pelo grupo, o fato de contribuir para o ambiente estético da sua escola, em que suas produções podem “fazer a diferença”, favorece a construção do autorrespeito pelas crianças dessa faixa etária. Nas atividades e nas oficinas nos ateliês de artes, as crianças podem ser convidadas a confeccionar imagens, objetos, desenhos e outras produções que venham a fazer parte do ambiente. Valorizar e expor essas produções garante um espaço de expressão dos jeitos de ser e dos desejos de cada uma, mas traz também uma dimensão estética, que é a de interferir no espaço da escola com seus estilos pessoais.

Nesse sentido, é possível, por exemplo, oferecer a cada criança um pedaço de barbante que represente sua própria vida e estendê-lo na sala para que cada uma pendure desenhos, histórias e objetos que se relacionem a momentos importantes vividos por elas. Isso pode ser feito em ordem cronológica ou em qualquer outra ordem



sugerida pela criança. Essa atividade pode contemplar ainda as expectativas e os desejos em relação ao futuro. É particularmente interessante a ideia de que essa linha seja composta ao longo do ano letivo, aproveitando a oportunidade de convivência do grupo para conversar sobre o que cada criança escolheu para colocar na sua linha.

A atividade de contornar o corpo das crianças é bem conhecida na Educação Infantil, e sabemos o quanto está ligada ao conhecimento de si e à formação pessoal e social. No contexto da EDH, essa atividade adquire ainda mais significado. A proposta dessa atividade é, mantendo as crianças deitadas sobre folhas grandes de papel, contornar com giz a silhueta delas, marcando o contorno do corpo no papel.

Depois disso, pode-se pedir a elas para desenhar ou pintar detalhes físicos e, em seguida, escrever em volta dos desenhos alguns dados e características (como nome, altura, peso, o que a criança mais gostaria de aprender ou fazer na escola ou na vida adulta). É interessante fixar os papéis na parede, deixando-os expostos para que todas as crianças se conheçam, se reconheçam e aprendam mais umas sobre as outras, bem como sobre si próprias.

Outra sugestão é propor às crianças a confecção de uma família de bonecos, incluindo a si mesmas. Esses bonecos podem ser muito simples, feitos com recortes de papelão colorido e colados em palitos, ou feitos de argila, ou de pano. Pode-se ainda pedir às crianças que identifiquem e nomeiem esses bonecos, explicando umas às outras quem são eles. Ou pode-se também sugerir às crianças que criem uma situação (um teatro, um casamento ou uma festa, por exemplo) com seus bonecos, para apresentar aos outros do grupo. A família de bonecos pode ser complementada com outras pessoas que sejam próximas. E as crianças podem usar esse material criado

por elas mesmas para brincar e dramatizar no cotidiano. Essa coleção de bonecos pode incluir ainda indivíduos de qualquer lugar no mundo, dando novos sentidos à brincadeira.

Jogos e brincadeiras no parque

Os espaços externos da escola, em especial o pátio, são lugares onde as crianças podem brincar juntas, explorar seu corpo e seus movimentos, conhecer e participar de brincadeiras tradicionais. O contexto do pátio oferece oportunidades privilegiadas de relação dos adultos com as crianças e entre elas, em que é possível aprender sobre o valor de cada pessoa e dos diferentes grupos culturais. A vivência de jogos e brincadeiras pode ser enriquecida por propostas desafiadoras e que também estimulem as crianças a pensar sobre o cuidado humano, as diferenças e o respeito.

Uma boa experiência é brincar em duplas nas quais uma das crianças é vedada e guiada pelo braço pela parceira durante alguns minutos. Certifique-se de que a criança “líder” não vai abusar do poder para liderar, pois a ideia é alimentar a confiança, e não destruí-la. O “líder” do par deve tentar fornecer uma ampla variedade de experiências possíveis, como deixar o parceiro “cego” sentir as coisas com os seus pés ou os dedos, liderar com orientações vocais ou até mesmo jogar outro jogo.

Depois de alguns minutos, os papéis podem ser invertidos e pode-se repetir o processo para que o “líder” seja agora o que foi liderado, e o parceiro “cego” seja o único a enxergar.

Quando a atividade terminar, deixe que as crianças falem sobre o que aconteceu. Elas podem falar sobre como se sentiram não apenas como parceiros “cegos”, mas também sobre seus sentimentos de responsabilidade como “líderes”.

Essa atividade tem um profundo sentido metafórico, importante de ser percebido pelo professor: não é o andar com olhos vendados em si que favorece a EDH, mas

essa é uma forma de criar uma situação para que os alunos experimentem e reflitam sobre a confiança como consequência do respeito. Por isso, tão essenciais quanto a experiência de andar e conduzir, são também o compartilhar e o refletir sobre elas. Isso pode levar não só a uma maior consciência do que é a vida para as pessoas com dificuldades visuais (ou auditivas), mas a uma discussão sobre a importância da confiança em toda a comunidade.

Jogos de mesa e de tabuleiro

Importantíssimos para a aprendizagem das crianças no que diz respeito à compreensão e ao exercício das regras e sua aceitação, à experiência de ganhar ou perder, sabendo que os resultados podem ser diferentes a cada dia, dependendo da situação, os jogos de mesa e tabuleiro oferecem às crianças a possibilidade de atuar de maneira autônoma. No início, pode ser necessária alguma ajuda do educador, mas, pouco a pouco, as crianças conseguem escolher qual jogo jogar, com quem e em que momento. No jogo, a criança se mostra inteira e vivencia de maneira plena sua compreensão das regras e sua relação com as outras crianças, defendendo seus pontos de vista e aceitando os demais. As situações simbólicas trazidas pelos jogos muitas vezes ajudam as crianças a se fortalecerem como sujeitos, aprendendo a lidar com a frustração e com a alteridade (considerar o lugar do outro), capacidade fundamental para a construção do respeito.

Por isso, é recomendável que seja organizada uma ludoteca com jogos adequados e desafiadores para a faixa etária, de modo que as crianças possam jogar durante atividades diversificadas ou mesmo em momentos de transição entre uma atividade e outra. Algumas sugestões de jogos de percurso são: “**Serpentes**”, “**Escadas e escorregadores**”, “**Ludo**” e “**Jockey**”. Esses são jogos clássicos, mas as crianças também podem inventar e confeccionar seus próprios jogos, com seus desenhos, suas pinturas e suas colagens, com base em situações vividas no grupo ou mesmo em suas histórias preferidas.

Serpentes e Escadas e escorregadores – Jogos clássicos montados em um tabuleiro quadrado e quadriculado, dividido em dez linhas com dez casas cada uma, numeradas de 1 a 100. Os jogadores jogam um dado, andando o número de casas correspondente, sempre avançando para a casa final, obedecendo a obstáculos descritos durante o percurso.

Ludo – Jogado por quatro jogadores que devem controlar quatro peões de cor correspondente à parte do tabuleiro de onde partem (azul, amarelo, vermelho ou verde). Cada jogador lança um dado e faz avançar um dos seus peões de acordo com o número de casas indicado.

Jockey – Jogo de percurso com quatro ou cinco trilhas paralelas, representando uma corrida de cavalos. As peças são cavalinhos, que podem ser modelados em argila pelas próprias crianças.



Parte VII.

Orientações para o Ensino Fundamental

I. EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO ENSINO FUNDAMENTAL

1. CARACTERÍSTICAS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Educação formal e avaliação

No Ensino Fundamental (EF), os processos educacionais são marcados pela ampliação de possibilidades dos alunos para interagir entre si, com os adultos e com os conteúdos curriculares.

A escolaridade fundamental também é marcada por uma vivência bastante intensa e regrada na estrutura formal de ensino, quando existe um compromisso com aprendizagens que são avaliadas sistematicamente, colocando para professores e alunos uma demanda de performance muito maior que no segmento anterior. Assim, o EF demanda encorajamento no desafio da vivência escolar.

Em geral, a avaliação é vivida pelos alunos como uma situação de julgamento, ou seja, uma experiência nada fácil: se o aluno vai bem, é porque estudou, é comportado, a família apoia, se vai mal, é porque tem dificuldades, não presta atenção, a família não apoia. Para fugir dessa rede assustadora, muitas vezes os alunos assumem o lugar do “não estou nem aí” ou “eu não consigo mesmo”. De outro modo, os professores também são julgados pelos alunos e pelas famílias. Então, temos um

campo fértil para conflitos que se transformam em culpabilização, gerando crise de autoridade e levando a situações de desrespeito.

A avaliação é o momento em que o professor confirma sua “intuição” sobre o sucesso ou não daqueles alunos. Para os familiares, também é difícil: ou “Meu filho foi muito mal porque tem problemas, não estudou, não prestou atenção”, ou “A professora está perseguindo meu filho e sendo injusta”. Mas será que é tão simples assim?

Muitos conteúdos

Outra marca do EF é o currículo repleto de conteúdos a serem ensinados e aprendidos. Assim, o professor precisa chegar no fim do ano letivo com todos esses conteúdos dados. Às vezes, é preciso “correr” com as atividades, o que compromete não só o respeito ao ritmo dos alunos, como também o bom planejamento dos educadores. Como alterar essa situação? Os ciclos de aprendizagem servem justamente para amenizar esse impacto negativo, estabelecendo tempos maiores para que os alunos possam seguir seu próprio percurso nos processos de aprendizagem.

O ensino e a aprendizagem dos conteúdos, o livro didático e as lições de casa, assim como a avaliação, permeiam as relações escolares, em especial as relações entre alunos, professores e responsáveis.

É preciso considerar as diferenças

Não podemos deixar de considerar e respeitar a individualidade e as características de cada uma das crianças. Num mesmo espaço (que pode ser a sala de aula ou não), é possível encontrar crianças que, embora tenham a mesma idade, não realizam as mesmas conquistas ao mesmo tempo. É verdade também que a interação entre elas cumpre um papel determinante para que avancem nas aprendizagens.

Viver em um ambiente permeado pela diversidade (de idade, competência escolar, condição social, orientação sexual, cultura, origem, religião, déficit intelectual ou qualquer outro tipo de deficiência), compartilhando o mesmo espaço, as mesmas regras de convivência e os mesmos objetivos, é fator determinante para que, desde cedo, as crianças construam, com base nas situações do dia a dia, uma postura de respeito ao outro e de se fazer respeitar na igualdade de serem todos humanos.

Convivência em muitos espaços

Com idade entre 6 e 14 anos, os alunos do Ensino Fundamental têm independência para transitar pela escola, permanecendo longe dos olhos dos educadores e vivenciando uma série de situações que nem sempre são acompanhadas ou conhecidas pelos educadores. Para entender o comportamento dos alunos dessa faixa etária, algumas questões são importantes: Como os alunos se relacionam? Como lidam com situações adversas? Como resolvem seus conflitos? O que os diferentes espaços proporcionam ou impedem?

Muitas vezes, são os funcionários da limpeza, da cozinha ou o porteiro que interagem com os alunos em situações muito peculiares, nos corredores, no pátio e no refeitório, escutam discussões, queixas ou até mesmo presenciam brigas e situações de humilhação, cuidando de intervir para resolvê-las. Ao mediar conflitos, acolher e ouvir, esses profissionais ocupam, portanto, o papel de educadores. Contudo, nesse contexto, algumas perguntas se colocam: Eles reconhecem e são reconhecidos nesse papel tão importante? Participam de reflexões e orientações sobre essas questões? Eles têm oportunidade de analisar, junto com os demais educadores, o que ensinam nessas situações?

O cuidado faz parte do Ensino Fundamental

Infelizmente, muitas vezes, a dimensão do “cuidado”, mesmo tendo espaço na Educação Infantil, quase desaparece no Ensino Fundamental. No dia a dia, as demandas

curriculares e de avaliação se sobrepõem, e o acolhimento acaba ficando em segundo plano.

No entanto, os alunos do EF são crianças em desenvolvimento e, se não precisam mais do apoio do educador para ir ao banheiro ou se alimentar, necessitam de outros cuidados nem sempre palpáveis, como o acolhimento nos momentos de atrito entre os colegas, a compreensão de suas fragilidades (seja nas aprendizagens, seja nas relações interpessoais), a atenção às situações da sua vida familiar que acabam refletindo em comportamentos na escola. Assim, é preciso lembrar que, mesmo sendo crianças já grandinhas, os alunos do EF ainda estão aprendendo a se colocar no mundo e que precisam da atenção e do cuidado dos adultos.

2. AS CONQUISTAS QUE O CRESCIMENTO TRAZ

As crianças do Ensino Fundamental passam por uma importante etapa de desenvolvimento, permeado de conquistas cognitivas, que resultam nas possibilidades de pensar e agir de maneira cada vez mais autônoma.

Nessa faixa etária, é possível perceber uma série de competências que vão se construindo aos poucos com base na organização e na condução de atividades e situações, mas principalmente com base nas atitudes dos educadores.

É nessa fase do desenvolvimento, por exemplo, que as crianças constroem a possibilidade de rever algumas de suas atitudes que percebem não ser adequadas e tentar modificá-las. Assim, elas persistem na busca de conquistas que, num primeiro momento, não tiveram sucesso ou tentam retomar uma situação, buscando compreendê-la melhor. A capacidade de considerar a existência do outro, que pensa e sente de forma diversa, também se amplia, e isso nos oferece uma série de possibilidades de criar situações ricas para a reflexão e a vivência do respeito e da tolerância no ambiente escolar.

Uma situação de conflito que pode ser solucionada por meio do diálogo mediado por um adulto pode ser uma aprendizagem a ser transferida para outras situações, constituindo uma forma de resolução de conflitos.

Todos têm a capacidade de dialogar e se posicionar

Desde que aprendem a falar as crianças desenvolvem sua competência oral e no Ensino Fundamental esse avanço amplia em muito a possibilidade de interagir e pensar sobre suas interações. É também nessa etapa da escolaridade (dos 6 aos 14 anos) que os alunos passam a refletir e, gradativamente, começam a explicitar de alguma forma o que sentem e o que pensam a respeito do que acontece com eles e do que é dito para eles. Portanto, o diálogo é uma importante situação a que os alunos podem e devem ser submetidos frequentemente.



Assim, no ambiente escolar, todos precisam ter a certeza de que podem ser ouvidos, e que o que têm a dizer será considerado, pois são respeitados como seres pensantes, diferentes e ativos. Isso é condição para que aprendam também a ouvir o outro, a considerar outros pontos de vista e respeitá-los, mesmo que diferentes do seu. É preciso aprender na prática que respeitar a opinião do outro não é o mesmo que concordar ou se omitir. Quanto mais oportunidades os alunos tiverem de desempenhar os papéis de falantes e ouvintes, maiores e mais consistentes serão as conquistas nesse sentido, o que contribuirá de forma efetiva para a construção da cultura do diálogo e da troca de opiniões.

Além da atitude acolhedora dos adultos, a escola precisa construir e manter canais de comunicação efetivos e práticas participativas por meio das quais essas capacidades (de dialogar e se posicionar) se concretizem, dando a todos a segurança de serem ouvidos.

Novas formas de agir, falar e ouvir

É importante observar que nem sempre as conversas e as trocas de opinião, tanto entre as crianças quanto entre crianças e adultos, serão tranquilas. Desse modo, é comum observar que, em situações em que se sentem injustiçadas ou “atacadas” (com ou sem razão), as crianças ficam indignadas, se posicionam, reivindicam o que acreditam ser os seus direitos e passam a construir justificativas para suas atitudes, mesmo que isso não aconteça de forma clara. Por vezes, isso acontece mesmo quando são elas que cometem injustiças e podem ser criticadas. É muito comum também observar que, nessa faixa etária, as crianças questionam os adultos, duvidam deles e os enfrentam com posições contrárias e críticas, colocando em xeque a autoridade dos educadores.

Assim, é preciso considerar que, na condição de alunos, essas crianças estão aprendendo a dialogar e a se posicionar, mas nem sempre serão capazes de explicitar seus sentimentos e suas indignações de forma clara e adequada. Contudo, essas primeiras vivências são oportunidades ricas para a atuação dos educadores no sentido de oferecer aos alunos um bom modelo ao ouvir, considerar suas falas e os ajudar a agir com respeito e de forma cada vez mais adequada nas diferentes situações do cotidiano escolar. Para poder oferecer essa ajuda, é necessário que os educadores tenham com os alunos uma relação de autoridade legítima, construída por suas atitudes e posturas nas mais diversas intervenções.

Protagonismo

Com todas essas possibilidades de aprendizagem, o protagonismo é uma condição da qual nenhuma criança, adolescente ou jovem pode abrir mão, pois estimula a

construção da autonomia, favorece o aprendizado da participação e do compromisso social, trazendo contribuições importantíssimas para o desenvolvimento pessoal, tanto deles próprios quanto das suas comunidades.

Nesse sentido, é importante lembrar que, embora nem sempre sejam utilizados, há alguns canais de participação já instituídos (como assembleias, escolha de representantes de classe e grêmios estudantis), que podem favorecer a atuação educativa para a conquista e o exercício desse protagonismo. Além de ser incentivado por meio dessas formas de participação, o protagonismo pode e deve ser um princípio orientador das práticas escolares cotidianas (nas atividades de estudo em sala de aula, na organização dos espaços, na distribuição de responsabilidades pelos cuidados com pessoas e objetos) e de outras ações, como na relação com parceiros e visitantes, quando os alunos assumem o papel de representantes da escola.

Algumas atividades comumente realizadas em sala de aula que se valem de princípios democráticos como as rodas de conversa, os combinados e o estabelecimento de contratos didáticos, oferecem oportunidades para que os alunos assumam a responsabilidade pela sua organização e condução, com ou sem ajuda do professor, de acordo com as possibilidades de cada um. A ideia é que os alunos sejam desafiados a atuar do nível máximo de suas possibilidades, construindo a consciência de sua própria capacidade enquanto aprendem a como atuar em cada situação.

3. ÁREAS CURRICULARES E EDH

As Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, em seu artigo 4.º, definem a EDH como “processo sistemático e multidimensional, orientador da formação dos sujeitos de direitos através do desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados”.

A proposta curricular, os materiais didáticos e a abordagem dos conteúdos durante as atividades em sala de aula representam uma grande contribuição para a formação cidadã e em valores. Assim, essa formação precisa ser revisitada e redirecionada para um olhar sobre como os Direitos Humanos estão sendo abordados no cotidiano escolar. Desse modo, é necessário analisar a proposta curricular apresentada no projeto político-pedagógico da escola, os materiais didáticos utilizados (que muitas vezes desconsideram a proposta curricular) e o que de fato acontece na sala de aula: o currículo real, que nem sempre é coincidente com o currículo oficial, nem com os materiais. Tudo isso precisa ser olhado do ponto de vista da EDH.

As diretrizes para a EDH trazem a perspectiva da transversalidade, isto é, a necessidade de que os DH estejam presentes em todas as áreas curriculares, assim como no convívio escolar.

Tendo em vista que as áreas do conhecimento são campos férteis para fomentar a discussão sobre Direitos Humanos, indicamos aqui algumas sugestões de abordagem pedagógica para que cada área curricular possa trabalhar de forma adequada as questões relacionadas à EDH.

Geografia

Estudar os conteúdos de Geografia é entrar em contato com as formas com as quais o homem se relaciona com o espaço, o que abrange alguns princípios norteadores da Declaração Universal dos Direitos Humanos, como o direito a moradia, a um ambiente sustentável e saudável, a um endereço, a uma nacionalidade.

Entre tantos conteúdos, podemos citar: o estudo da geografia humana e o direito à terra, à cidade, às formas de vida tradicionais de povos indígenas e quilombolas, à urbanidade, a questão das fronteiras e a imigração; o estudo de geografia física e as questões que envolvem o meio ambiente, a sustentabilidade, as ocupações irregulares, os mananciais, a utilização de matérias-primas, lembrando que a sustentabilida-

de socioambiental é um dos princípios das diretrizes para a EDH.

No cotidiano dos alunos, as aulas de Geografia contemplam atividades de mapeamento da escola e de seu entorno, o estudo das paisagens do bairro e da cidade, a mudança das paisagens de acordo com o crescimento econômico e social. Conhecer, de fato, o espaço que se ocupa no território é fundamental para a participação cidadã. Eventos como os “rolezinhos” ou as campanhas contra instalação de metrô em áreas nobres da cidade podem e devem ser temas de discussão nas aulas de Geografia e na abordagem da EDH.

História



A disciplina de História fornece um arsenal notável para a reflexão sobre temas relacionados à EDH, pois trata da tensão constante entre o homem e seu destino político. A história da humanidade é basicamente marcada pelas lutas que se travaram em prol de conquistas, da queda de braço entre fortes e fracos, entre liberdade e aprisionamento, entre a democracia e os regimes ditatoriais.

Nessa área, o estudo das formas de exploração e de suas injustiças contempla assuntos como a escravidão dos negros, o genocídio dos povos indígenas, as imigrações e os refugiados. O estudo da Revolução Industrial, por exemplo, pode levar à discussão e à análise sobre as causas e as consequências do trabalho infantil. Da mesma forma, conhecer o período da ditadura civil-militar no Brasil e as violações dos Direitos Humanos nesse período explica, em grande parte, a estrutura repressiva e a naturalização das violações da dignidade humana ainda vigentes no nosso país.

No ensino de História, as versões são cruciais. Portanto, nessa área do conhecimento, revisões e novos estudos, novas reflexões e novas análises sempre são possíveis

e aconselháveis. Por exemplo: Será mesmo que um dia uma princesa decidiu abolir a escravidão no Brasil? Teria sido simples assim ou foi uma luta de muitos anos e muitos mártires? Negros foram torturados, sofreram violências físicas e morais, mas isso está nos materiais didáticos?

Como triste herança da escravidão, temos o preconceito e a discriminação, que permanecem até os dias de hoje como um traço nefasto desse passado. Portanto, não se trata apenas de ter conhecimento dos fatos, mas de entendê-los amplamente, fazendo relações entre o passado e o presente.

A própria história da conquista dos DH, o estudo sistemático da formação do povo brasileiro, do papel da mulher e do jovem na história e as datas comemorativas na escola são conteúdos férteis para a EDH e não podem ser deixados para trás.

Mais que tudo isso, os alunos precisam aprender que estamos fazendo história todos os dias da nossa existência e que, com as nossas ações, nossas tomadas de decisão e até mesmo com o nosso silêncio, somos todos agentes e sujeitos da história da humanidade.

Ciências

O estudo de Ciências coloca os alunos em contato com a compreensão da dinâmica do planeta que ocupamos. Essa compreensão resulta num maravilhamento sem limites e também nas polêmicas sobre o avanço do homem no domínio e na extrapolação de seus limites. Assim, os conhecimentos científicos são arma poderosa para qualquer sociedade, tanto para a paz quanto para o surgimento de novos conflitos, tendo em vista que as pesquisas com átomos levaram à invenção da bomba atômica, por exemplo. Portanto, ter pleno acesso a esses conhecimentos faz parte da EDH.

Para ajudar os alunos a refletir sobre esse potente campo de intersecção entre a ciência e os Direitos Humanos, apresentamos aqui três exemplos de temas que fazem parte do cotidiano e que podem ser trabalhados em sala de aula:

1. A ciência e os limites da genética nas últimas décadas, com efervescentes discussões sobre a ética e o destino das pesquisas; as pesquisas e experimentações em laboratórios como direito ao conhecimento científico e sua relação com a sobrevivência da espécie humana; o limite ético para a busca desenfreada de novas descobertas.
2. O estudo da saúde e do corpo humano como direito de saber mais e melhor sobre as condições de vida e o cuidado que todos devem ter com a saúde.
3. A produção de alimentos e o direito à nutrição sadia.

Assuntos e conteúdos relacionados ao meio ambiente (como o direito à água, sua distribuição e os limites de recursos naturais) também devem ser levados para sala de aula e problematizados sob a perspectiva de uma sociedade mais justa e mais equilibrada, podendo ainda ser trabalhados de forma transversal com outras disciplinas.

Língua Portuguesa

No estudo de Língua Portuguesa, a luta pelos Direitos Humanos está presente em situações bem marcadas: nos preconceitos linguísticos que ainda existem num país de modos de falar bem característicos e diversos; nas novas maneiras de se relacionar com o idioma presentes na comunicação da atual geração de jovens; na formação de grupos e coletivos com linguagens e até dialetos próprios; na existência palpável de um valor elitizado das normas cultas; no direito a uma alfabetização plena para o também pleno exercício da cidadania.

Além do estudo da Língua Portuguesa, a literatura aparece como forte aliada na abordagem dos DH. Ao ler uma obra literária, é possível entrar em contato com diversas maneiras de pensar, de agir, de estar no mundo: personagens, épocas e lugares transmitem valores que podem ser descobertos e problematizados. Um importante professor chamado Antonio Candido afirma que a literatura também é um Direito Humano, pois ela nos torna mais humanos e nos dá condições de nos aproximarmos dos mais variados tipos humanos.

Assim, pode-se concluir que é por meio da literatura, do contato com o outro e da possibilidade de estabelecer diálogos entre tempos, espaços e gerações inteiras que se dá o exercício de DH nas Letras. É importante ressaltar ainda o quanto a luta por bibliotecas públicas, salas de leitura, acervos ricos e diversos, tem contribuído de forma eficaz para que o exercício da leitura (e, portanto, esse contato com o outro) seja constante. Nesse sentido, a formação de clubes de leitura que possam dar voz aos leitores e a discussão do que se lê representam algumas das possibilidades para o ensino de língua e literatura numa abordagem voltada para a EDH.

Matemática

O estudo de tabelas, infográficos, gráficos, diagramas e demais ferramentas alimentadas pela Matemática pode ser um instrumento potente para a abordagem da EDH. O trato com as questões numéricas pode sugerir que esses conhecimentos sejam prontos e acabados, palpáveis e concretos, mas sabemos que não é assim. Números são manipuláveis. O uso da matemática, da estatística, de índices e indicadores deve ser aliado para aprimorar a leitura e a compreensão da realidade.

Em nosso cotidiano, vemos que cálculos matemáticos fazem parte de atividades importantes da vida: o orçamento familiar é um bom e importante exemplo; o cálculo dos gastos feitos e a previsão dos gastos futuros; a possibilidade de economizar dinheiro para a realização de um sonho; o valor real dos salários e de tudo o que consumimos; o cálculo de juros e sua relação com a política econômica e social.

Nesse sentido, algumas perguntas podem ser colocadas: Como são realizados os cálculos que definem a divisão em classe sociais baseada no poder aquisitivo de cada uma, no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e na renda per capita? Entender como esses números todos influenciam a ideia da sociedade que temos é de fundamental importância e pode gerar discussões muito interessantes em sala de aula.

Artes

De acordo com o artigo 27 da Declaração Universal dos Direitos Humanos: “Todo o homem tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir as artes e de participar do progresso científico e de fruir de seus benefícios”.

Durante muito tempo, predominou a ideia de que as artes eram um monopólio das elites que tinham acesso a ela. Felizmente, hoje ninguém mais acredita nisso. Cada vez mais, a arte tem sido estudada, discutida e debatida entre todos. O acesso a museus, salas de concerto, exposições variadas, teatro, cinema e dança está sendo cada dia mais frequente, sendo a bandeira de luta das escolas que inovaram também em seu currículo, estudando cada vez mais a arte como manifestações do povo, fazendo com que os alunos sejam produtores de arte, e não só consumidores.

Em todos os seus formatos, a arte é a mais rica forma de expressão, podendo manifestar sentimentos diversos, como indignação, denúncia, sensibilização ou identificação. Nos últimos tempos, tem-se falado na arte “engajada” como manifestação de uma preocupação com o destino humano. A abrangência das manifestações artísticas é quase infinita, tendo em vista que novas modalidades continuam surgindo e as apropriações dos discursos e dos materiais não parecem se esgotar.

Em geral, os jovens se mostram muito antenados com as manifestações artísticas, porque são uma maneira de eles mostrarem sua criatividade e de expressar dúvidas, alegrias, temores, certezas e as mais variadas ideias. Daí, a necessidade de abrir espaço na escola para o hip-hop e o funk, a pichação e o grafite nas artes visuais, a arte e o cinema digitais por meio do aparelho celular, que ganham cada vez mais espaço entre os jovens. E também abrir espaço para as bandas que se formam em garagens, pátios de escola e gravam seus CDs facilmente graças à apropriação das tecnologias.



Assim, ocupar painéis, paredes, muros, bancos e quadras com trabalhos dos alunos significa dizer que os espaços são democráticos e devem ser ocupados. Do ponto de vista educativo em Direitos Humanos, significa também criar boas oportunidades para refletir sobre liberdade de expressão e respeito à dignidade. Não podemos esquecer também que, com o apoio de grêmios e associações de pais e mestres (APMs), a escola pode incentivar a participação dos pais e de toda a comunidade escolar na vida artística da cidade por meio de festivais, saraus, exposições e visitas a museus como forma de aprimorar o conhecimento de todos.

Educação Física



A prática do esporte como fator de integração e aproximação possibilita a vivência de valores no exercício de jogos e práticas comuns, nos jogos cooperativos, nos treinos e exercícios para a garantia de boas atuações e resultados e também nas brincadeiras tradicionais de infância. Todos esses são exemplos de atividades que aproximam a Educação Física das questões que permeiam o cuidado com a vida coletiva. Portanto, garantir a todos o direito de participar em igualdade de condições, incluindo os alunos com necessidades especiais, formar grupos e não adversários, pensar em atividades que garantam que o talento individual esteja a serviço do coletivo são os principais pontos a serem observados na Educação Física para atender às diretrizes para a EDH.

As sugestões apresentadas aqui são apenas alguns exemplos de como a Educação em Direitos Humanos está presente na sala de aula, necessitando de professores dedicados e atentos.

4. COMO INTERVIR EM SITUAÇÕES COTIDIANAS

A EDH não será garantida apenas por meio dos conteúdos escolares. Para que seja implementada, ela precisa do compromisso com a construção de um ambiente ético e justo no espaço escolar, o que pode nos levar a pensar em situações corriqueiras no cotidiano escolar, como brigas, desavenças, dissimulações, agressões, opressão de grupos sobre indivíduos, atitudes discriminatórias, exclusões, violências físicas, conflitos e furtos, além de outras situações de caráter educacional e disciplinar. No entanto, uma pergunta se faz necessária: Será que esses problemas são “naturais”?

A escola é um espaço permeado de diversidade, e as relações que se travam dentro dela são muitas e muito diferentes: amizade, disputa, admiração, preconceito, rixa, inveja, amor, hierarquia, animosidade, competição, aversão (sentimentos que permeiam as relações o tempo todo). Ainda que sejam situações bastante difíceis e complicadas, são também oportunidades de intervir, no papel de educador, criando oportunidades para que os alunos reconheçam aqueles sentimentos e procurem a melhor forma de lidar com eles. Aqui a questão é: Como intervir para que os alunos avancem na qualidade dos relacionamentos e no respeito mútuo?

Situações delicadas

Vale a pena pensar no exemplo de situações de furto. Na verdade, é bastante difícil dizer por que um aluno toma para si algo que não lhe pertence. Os motivos podem ser muitos: o desejo de possuir determinado objeto, os sentimentos de repulsa, exclusão, inferioridade ou mágoa, inveja, a identificação com o dono do objeto etc. Dificilmente se saberá, mas, talvez, o mais importante seja buscar uma maneira de intervir que contribua com a formação, não só dos envolvidos diretamente na situação, mas do conjunto dos alunos.

Nesse caso, há vários aspectos sobre os quais é importante pensar e agir. O primeiro deles é a necessidade de oferecer a esse aluno a oportunidade de reparar seu erro e o

desconforto que causou ao colega de quem subtraiu algo, devolvendo (ou repondo) e se desculpando. Esse tipo de atitude, além de reparar o dano causado ao outro, é essencial para que o aluno que furtou tenha a oportunidade de analisar e rever sua atitude.

Outra questão muito importante é que o fato de se apossar de algo que não lhe pertence não faz desse aluno um “ladrão”, nem aponta “falhas de caráter”, ou autoriza quem quer que seja a responsabilizá-lo por outras situações de furto que podem vir a acontecer na escola. A questão é que ser visto como “ladrão” pode ser humilhante e revoltante, colocando esse aluno num lugar do qual talvez seja muito difícil sair.

Assim, a escola pode ser um espaço propício para que situações como essa sejam resolvidas de forma clara, rigorosa e, ao mesmo tempo, segura e protegida. Nesse sentido, a forma como os adultos encaminham essas situações são determinantes para a formação dos alunos. Isso não quer dizer que não se deva nunca lançar mão de nenhum tipo de punição. Com certeza, é importante que toda e qualquer ação que prejudique alguém (seja ferindo, subtraindo algo, ofendendo, magoando ou constrangendo) tenha, sim, algum tipo de consequência, mas é fundamental também que essas consequências ou punições tragam impressas a marca pedagógica (e não policialesca) da reparação.

Esses mesmos princípios podem ser considerados para intervir em situações de furto e em situações que envolvem conflitos e geram perda e desvantagem a algum dos envolvidos.

E quando houver agressão física?

Para intervir de forma adequada em momentos de agressão física, é importante lidar com essas situações visando à compreensão do que resultou na agressão, buscando o diálogo e, sobretudo, a reparação, que, nesse caso, pode ser efetivada de forma concreta, como apoiar o colega agredido, buscar gelo para diminuir a dor, ajudar a fazer um curativo ou qualquer tipo de ajuda que possa ser prestada.

Assim como acontece nas situações de furto, caracterizar a criança como aluna agressiva não vai ajudar. Ainda que sejam momentos bastante difíceis, é possível transformar essas situações em oportunidades de aprendizado, refletindo sobre novas formas de relacionamento que incluam a resolução de problemas por meio do respeito e da solidariedade, e não da agressão.

E quando são os alunos maiores?

Com alunos mais velhos do EF, ciclo 3 (7.º, 8.º e 9.º anos), as agressões podem ser mais violentas e até mesmo atingir os professores ou funcionários, como infelizmente já aconteceu e foi noticiado pela mídia.

Em situações extremas com os alunos maiores, que são mais fortes e mais marcados por sua individualidade e por duras experiências de vida, a relação com os grupos é mais tensa e a necessidade de afirmação também. Nesses casos, não se trata mais de brigar por causa de um lápis ou do lugar para sentar na sala de aula, por exemplo. Muitas vezes, há brigas pela posição de liderança no grupo, por disputa amorosa, por frases e fotos que foram trocadas nas redes sociais e tantos outros motivos. A urgência em resolver acaba não escolhendo lugar, e é na sala de aula, no pátio ou corredor que a briga começa e pode envolver alunos que nada tinham a ver com os motivos que geraram o conflito, pois todos acabam escolhendo um lado.

Além do que já foi dito, as situações de agressão e conflitos mais graves devem necessariamente ser objeto de discussão do próprio grupo que as originou. Nesses casos, o processo de escuta se faz ainda mais importante.

Representantes de classe, coordenação pedagógica e educadores devem tomar para si o trabalho de escuta e a tentativa de promover a resolução da questão. Para isso, é importante buscar conhecer os princípios da justiça restaurativa, adotar o diálogo e sanções condizentes com a idade do aluno transgressor e a complexidade da questão, como estratégias que trazem resultados satisfatórios para o restabelecimento do convívio



A liberdade e a democracia não abrem mão da autoridade, e ela precisa existir em todos os momentos, ainda mais quando os limites foram extrapolados. Portanto, violência não pode ser entendida como comum ou aceitável. Mas não pode ser, também, vista como um crime sem remédio.”

Maria Victoria Benevides

respeitoso. Mais que isso, a comunidade escolar toda precisa se responsabilizar pela resolução de problemas e pela divisão de tarefas na educação e na reeducação de quem transgrediu alguma norma.

É importante que toda a equipe conheça os alunos e possa ajudá-los a cuidar de si e de seus amigos. Devemos lembrar que, quanto mais velhos, mais “soltos” os alunos ficam na escola e em menor proporção são observados, pois não possuem um professor fixo o tempo todo, capaz de desenhar um perfil mais fiel de comportamento para auxiliar nos momentos de conflito.

Por último, mas não menos importante, é preciso dizer que o trabalho com a Educação em Direitos Humanos não contribui apenas com a formação dos alunos. Antes de tudo, a EDH tem como objetivo a criação de uma rede de proteção e manutenção da vida e da dignidade humana, que deve se estender por toda a comunidade escolar, incluindo sobretudo os educadores, que têm aí uma oportunidade única de viver, conviver, ensinar e aprender num ambiente em que as relações sejam permeadas pelos princípios da justiça e do respeito.

5. ESCOLA, FAMÍLIA E RESPONSÁVEIS

Uma relação delicada e conflituosa

A relação entre escola e família nem sempre é das mais tranquilas, e isso merece nossa total atenção. Do ponto de vista da escola, existe uma expectativa de que as famílias participem dos projetos pedagógicos e culturais, acompanhando a vida escolar e o desenvolvimento de seus filhos.

No entanto, a maioria dos pais dos alunos ou seus responsáveis trabalha fora e não tem tempo de acompanhar todas as atividades que acontecem na escola, porque a vida é muito corrida, a cidade é muito grande e nem



sempre os padrões são compreensivos. De outro lado, a família também espera que a escola dê conta de cuidar dos seus filhos, de educá-los em uma série de aspectos.

Nesse sentido, cabem aqui duas perguntas: Quem educa? Quem ensina? Todos já ouviram frases como “Seu pai não te deu educação?” ou “Você não é minha mãe pra mandar em mim”. Na atualidade, observamos a existência de um terreno pantanoso e uma falsa crença de que ensinar e educar são dois processos estanques. O fato é que a criança se desenvolve, constrói conhecimentos, adota valores e se posiciona no mundo por meio do que ela aprende em todos os espaços que frequenta.

A escola tem a responsabilidade de garantir condições para que as crianças aprendam conteúdos específicos e curriculares, mas também valores e atitudes. E isso não quer dizer que a escola deve assumir mais responsabilidades, porque, na verdade, já os ensina mesmo que não tenha clareza disso. Cada gesto, cada fala e cada reação de um adulto repercutem nas crianças e na sua formação, seja na escola, seja na família, mesmo sendo espaços de convívio muito distintos e em que as inter-relações são muito diferentes. Portanto, vale investir numa boa relação entre escola e família, aproveitando as oportunidades de participação que as escolas podem oferecer.

Cuidados redobrados quando as crianças crescem

A relação dos familiares com a escola se modifica bastante à medida que os filhos crescem. Justamente quando estão na adolescência e precisam de cuidado e atenção redobrados, os adultos tendem a deixá-los mais sozinhos. A relação entre a família e os educadores, que era mais próxima, mesmo que em encontros casuais, com a presença dos pais no portão na entrada e na saída da escola, se modifica e muitas vezes não mais acontece, e os problemas ocorridos na escola nem sempre são relatados aos responsáveis.

Os cuidados com adolescentes devem então ser redobrados, e os canais de comunicação com as famílias devem ser retomados para que os responsáveis não sejam chamados apenas nas emergências.

Assim, merece atenção ainda o fato de que, nessa fase, os alunos circulam com mais liberdade pela escola e muitas vezes estabelecem contato afetivo e relação de confiança também com professores auxiliares, monitores e funcionários. Daí, a importância da integração não só de professores e famílias, mas de toda a comunidade escolar no sentido de estreitar esses laços. Desse modo, todos cuidam de todos.



Pense nisso

Atividades em sala de aula que solicitem a participação dos familiares podem ajudar a aproximá-los da escola em todos os ciclos, inclusive no ciclo 3.

A solução é integrar e respeitar

Cada família tem sua história, que precisa ser respeitada e valorizada pela escola para poder estabelecer uma parceria na educação das crianças e dos adolescentes.

A integração entre a escola e a família passa pelo exercício contínuo da participação. Não é fácil. Afinal, muitos pais nunca tiveram experiência de participação democrática nas instituições de que fizeram ou fazem parte. Então, para muitos deles, a escola dos filhos é a única oportunidade e o único lugar em que esse direito é possível, mas eles nem sempre se sentem à vontade para isso.

Contudo, essa integração não é difícil somente para os familiares, mas também representa um desafio para a escola, que não é acostumada a considerar a presença e a contribuição dos pais. Assim, respeito e generosidade são necessários para garantir que os familiares entrem na escola sem medo e acreditem que serão escutados e compreendidos, sem receio de passar por qualquer tipo de constrangimento ou ser alvo de algum tipo de preconceito. Nesse processo, a escuta é essencial, pois nada acontece sem que essa atitude seja plenamente adotada.

Para efetivar essa integração com a escola, as famílias precisam ser convidadas para todas as atividades do calendário escolar: culturais, sociais, participações mais ino-

vadoras como assistir aulas coletivas, conhecer o trabalho dos filhos, realizar passeios conjuntos, utilizar as bibliotecas (que por lei são comunitárias) e outras atividades que a unidade escolar puder promover.

Além disso, tradicionalmente, as APMs e os conselhos escolares podem se reunir para discussões de questões mais complexas (como o currículo e a gestão da escola) até questões mais cotidianas, e não menos importantes (como o calendário festivo, a merenda e o cuidado com a organização do espaço escolar).



Pense nisso

Seria possível elaborar cronogramas e arranjos para que mais professores tivessem contato com os pais dos alunos? Seria possível um calendário de reuniões com as famílias unindo uma atividade cultural interessante e uma posterior conversa sobre currículo, avaliação e outras questões do projeto político-pedagógico da escola?

II. EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO CICLO 1 - ALFABETIZAÇÃO

1. CARACTERÍSTICAS DO CICLO 1

Como já apontado anteriormente, o ingresso no Ensino Fundamental é marcado por uma série de mudanças, tanto no que diz respeito à escola (rotina, aprendizagens, estrutura, exigências) quanto ao desenvolvimento das crianças, começando pelas relações estabelecidas com o professor: se antes as crianças o tinham como a principal referência do espaço escolar, agora elas passam a considerar de forma muito mais intensa os colegas e as amizades, identificando-se cada vez mais com eles. Desse modo, o professor passa a ocupar um espaço diferente, como uma figura permeada de autoridade na promoção da aprendizagem, ainda que continue mantendo com todos um vínculo forte de afeto e confiança. Podemos dizer que, ainda que continuem (por muito tempo) a ser crianças, no ciclo 1 do Ensino Fundamental (do 1.º ao 3.º ano), elas passam a fazer parte de outra categoria: mais autônoma, mais vinculada ao mun-

do das outras crianças e mais preparadas para encarar os desafios que a aprendizagem lhes impõem.

Os novos desafios da aprendizagem e a alfabetização

No que diz respeito à aprendizagem, são muitas também as transformações que ocorrem nessa faixa etária (dos 6 aos 8 anos), uma vez que as propostas apresentadas no ciclo 1 trazem em si um caráter mais formal e um nível maior de exigência. Agora, os momentos de recreio e de atividades de livre escolha passam a ocupar um espaço menor na rotina, e questões como a responsabilidade, a organização e a disponibilidade para aprender vão gradativamente sendo atribuídas de sentido pelos pequenos estudantes. Em geral, o primeiro ano desse ciclo cumpre o papel de período de adaptação a essa nova etapa escolar.

Um dos maiores e mais importantes desafios enfrentados pelas crianças nesse primeiro ciclo é o processo de alfabetização, que possibilita ampliar o acesso à cultura e às informações a que todos têm direito na sociedade, contribuindo de forma significativa para a construção da condição de cidadão. Esse processo conduz as crianças a um mundo permeado de regras e significados já determinados e compartilhados por todos, bastante diferente das situações da sua vida escolar anterior. Esse momento também mobiliza os pais, que ficam ansiosos, pois muitos deles vêm de famílias não letradas e almejam que seus filhos tenham sucesso na aprendizagem da leitura e da escrita.

Assim, a escola vai ganhando um significado mais amplo para os alunos. O sentimento de pertencimento à comunidade escolar leva as crianças a rever e reconstruir sua postura com base nas situações que vivenciarem juntas e nas experiências compartilhadas. Por isso, promover situações em que os alunos sejam convocados a interagir munidos de um objetivo comum (compartilhar saberes e dificuldades, pedir e oferecer ajuda) pode disparar um processo de construção dos valores que queremos que sejam adotados.

2. SUGESTÕES DE ATIVIDADES NO CICLO 1

As atividades propostas aqui são situações que foram planejadas almejando a construção e a manutenção dos princípios que devem permear todas as relações que se estabelecem dentro da escola: justiça, respeito, equidade, cuidados, solidariedade e democracia. Na verdade, são situações “disparadoras”, que têm como passo inicial uma atividade baseada nos princípios citados anteriormente, que poderá se estender e fazer parte da rotina dos alunos, que estarão, assim, implantando, no espaço e no dia a dia da escola, uma cultura baseada na soberania dos Direitos Humanos.

Cuidando dos colegas em pequenos acidentes

Uma ideia é construir coletivamente um “Guia de primeiros socorros de pequenos acidentes” para orientar os alunos no momento em que algum de seus colegas se machucarem, contemplando perguntas como: O que fazer quando um colega se cortar? Como fazer quando um colega bater a cabeça? E quando for picado por um inseto? Como proceder quando alguém cair da escada? E quando desmaiar? Em todos esses casos, um adulto deve ser chamado, mas é preciso que as crianças saibam tomar algumas providências básicas.

Outra possibilidade é confeccionar cartazes e avisos para evitar acidentes na escola e em casa. Os alunos que começam no ciclo da alfabetização também devem ser desafiados a escrever nesses cartazes. Ainda que não sejam capazes de fazê-lo da forma convencional, eles podem lançar mão de desenhos explicativos com pequenos textos. Um texto do tipo instrucional, contendo uma pequena lista de procedimentos, sem frases elaboradas, é uma produção possível, contribuindo com o processo de aquisição da escrita. O trabalho pode ter início nas salas de aula, para depois reunir as indicações em um produto único e coletivo, que pode ser um mural a ser exposto num espaço de grande visibilidade, cartazes espalhados pela escola ou um folheto explicativo a ser distribuído para toda a comunidade.

Uma variação dessa atividade pode ter como foco campanhas de saúde, como prevenção da dengue, higiene, economia de água, cuidado com o lixo, ou outras que estejam em pauta.

O importante é que a ideia do cuidado com o outro esteja presente e constitua um valor na comunidade.



Fique de olho

É interessante que os alunos possam ter contato com médicos e enfermeiros na comunidade escolar (pais de alunos, parentes de professores e funcionários de unidades de saúde das redondezas) que possam ser entrevistados pelos alunos. As perguntas devem ser elaboradas e escolhidas com antecedência.



Pense nisso

Cuidar do outro é respeitar. Ser cuidado é ser respeitado. Esse é um valor a ser afirmado para que as crianças dessa faixa etária reconheçam sua importância, adquirindo a noção de responsabilidade coletiva e a ideia de comunidade.

Mural de boas-vindas e dicas para receber novos colegas

Essa é uma sugestão para os alunos do 2.º ano (com 7 ou 8 anos de idade) que chegaram à escola no ano anterior e que receberão os novos alunos que estarão ingressando na comunidade. Com isso, pode-se fortalecer a autoestima desses alunos, que poderão atuar como “experientes” e conhecedores da rotina da escola. Vale ressaltar também a oportunidade que eles terão de revisitar as situações difíceis que viveram ao entrar no Ensino Fundamental e reconhecer seu processo de adaptação.

Nesse sentido, esperar e ser esperado, receber e ser bem recebido são situações que colocam em jogo, antes de mais nada, a ideia da solidariedade que, nesse caso, se encontra no cuidado e na ajuda prestada ao outro e na identificação com a dificuldade que o outro está enfrentando.

Pensando em fazer da escrita um desafio presente nesse momento de alfabetização, a produção de um mural de boas-vindas para os novos colegas pode ser uma proposta interessante. O mural pode contemplar não só mensagens de boas-vindas, mas também dicas de orientação espacial, horários, nomes e funções dos funcionários da escola etc. Nesse processo, é importante incluir a leitura do mural para os recém-chegados que ainda não são leitores. Essa proposta pode ser realizada em outras situações, como a chegada de um aluno novo na sala no meio do ano letivo, a apresentação da escola a visitantes, reformas no espaço escolar etc.



Fique de olho

É importante que todos os alunos possam se colocar, dando dicas e orientações aos novos colegas, e não somente aqueles que têm mais facilidade de comunicação. Nesse processo, todos devem se sentir autores.



Pense nisso

É fundamental criar um sentimento de comunidade entre os alunos, algo que os aproxime, que não seja artificial. Afinal, estamos ensinando a ler e a escrever e também cultivando valores.

Campanha de limpeza no espaço escolar

O objetivo desse tipo de campanha é fazer com que os alunos se apropriem do espaço escolar e se responsabilizem por ele por meio dos cuidados e da manutenção, lembrando que essas são atitudes de respeito para com o outro e para consigo mesmo. Também aqui a escrita pode estar presente. Dessa vez, as crianças podem ser convidadas a escrever pequenos bilhetes ou lembretes para os colegas, que podem ser deixados nas carteiras das salas (para os alunos do turno seguinte), no mural da escola, nos espaços de recreio ou até mesmo no banheiro.

Primeiro, é importante fazer um trabalho de conscientização sobre a importância desses equipamentos e espaços da escola, o que significam para todos, para que



servem. Depois, identificar como podem cuidar e divulgar para todos essa iniciativa, inclusive para funcionários e a direção da escola, que podem ajudar com algumas iniciativas conjuntas.

Essa ideia também pode ser aproveitada em outras situações de cuidados com a escola, como a de potencializar os espaços que a escola oferece para proporcionar mais e melhores momentos de convivência e incrementar atividades interativas no pátio ou no refeitório.



Fique de olho

Essas campanhas devem ser fruto de discussões com a classe, e as propostas devem vir dos alunos depois de um processo de compreensão e de pesquisa em materiais já existentes.

Brincando com segurança

Outro tipo de campanha sugerida para essa faixa etária é sobre cuidados com a segurança ao usar os brinquedos do pátio. O grupo de alunos pode circular pela escola e, depois de identificar possíveis riscos de acidentes, pode organizar uma lista de perigos sobre os quais todos da escola precisam ser alertados.

Para esse tipo de campanha, podem ser feitos murais e cartazes propondo cuidados e atenção. Os brinquedos do pátio da escola podem receber pequenas placas contendo orientações para utilização com segurança de cada um deles. O ideal é que os alunos escrevam com letras grandes e que as placas sejam plastificadas para que resistam ao tempo e ao ambiente externo. Nessa atividade, é importante que todos possam atuar como escritores, e não somente aqueles mais competentes nesse sentido.



Pense nisso

Todos os desafios relacionados à escola podem ser mais potentes para a aprendizagem das crianças se enfrentados de forma que os alunos possam discutir e colocar em jogo suas próprias hipóteses.



Fique de olho

Aqueles alunos que não conseguirem ou não quiserem escrever podem participar de outras formas, ajudando a decidir o que deve ser feito. Todos devem ser incluídos de alguma forma nessas atividades, que representam contextos de aprendizagem do valor e da atitude de respeito e cuidado com os outros.

III. EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO CICLO 2 - INTERDISCIPLINAR

1. CARACTERÍSTICAS DO CICLO 2

Já mais crescidas e capazes (com idade entre 9 e 11 anos), tanto do ponto de vista das aprendizagens quanto no que se refere à capacidade de se relacionar, dialogar, ouvir o outro e considerar o meio social, as crianças a partir do ciclo 2 (4.º, 5.º e 6.º anos) podem ser desafiadas a olhar para o mundo de forma mais ampla, autônoma e singular. A leitura e a escrita têm cada vez mais um papel determinante na vida de todos, como um importante procedimento de trabalho, estudo e fruição.

A entrada dos professores especialistas nas áreas de Ciências Humanas, Ciências da Natureza, Língua Estrangeira e Artes, ainda que represente uma mudança na rotina de referência para todos, à qual terão que se adaptar, traz novas possibilidades de crescimento e construção de conhecimentos. Diferentemente do que pode parecer, mesmo com um número maior de áreas de conhecimento e de professores, é possível estabelecer relações entre os temas e os objetos tratados em cada uma dessas áreas.

Aos poucos, os alunos percebem que o mesmo assunto pode ser observado, tratado e investigado de diversos pontos de vista. Pode-se oferecer aos alunos, por exemplo, a possibilidade de lidar com o tema da discriminação da cor de pele por meio do estudo das Ciências Humanas, abordando questões históricas que podem elucidar aspectos geradores, como a dominação de um povo pelo outro, a escravidão, a colonização e algumas guerras.

Entretanto, é importante que a ciência também os apresente às diversas composições de características físicas de diferentes povos, esclarecendo que não é possível classificá-las como melhores ou piores, apenas como diferentes. Esse tema pode ser abordado ainda por meio da arte, tomando como objeto de estudo, por exemplo, a produção de artistas de diferentes etnias.

Quanto mais frequentes forem essas abordagens interdisciplinares, maior será a possibilidade de os alunos aprenderem a estabelecer relações para a compreensão de questões complexas.

Elaborar ideias (hipóteses, proposições) acerca dos assuntos tratados na escola e compartilhá-las com os colegas são oportunidades que devem fazer parte da rotina dos alunos com muita frequência.

Nesse momento, torna-se possível algum tipo (mesmo que incipiente) de organização de grupos munidos de objetivos comuns, como campanhas e reivindicações coletivas, no ambiente escolar, contando com a orientação e o monitoramento dos adultos. Essas são experiências iniciais de organização que terão repercussão nas etapas posteriores da vida escolar e social.

2. SUGESTÕES DE ATIVIDADES NO CICLO 2

Apresentamos a seguir algumas atividades para promover a construção e a manutenção de princípios dos Direitos Humanos que almejamos manter vivos na escola. Trata-se de situações que, em alguns casos, inauguram a ação e a reflexão acerca de questões relacionadas aos Direitos Humanos e à ideia de respeito mútuo. São propostas de atividades marcadas pela interdisciplinaridade, uma das principais características desse ciclo do Ensino Fundamental. É importante lembrar que os DH devem permear as atividades culturais e os demais eventos realizados pela escola.

Planejando uma nova comunidade ou um novo país

Uma proposta de atividade muito interessante é sugerir aos alunos que definam regras de convivência, direitos e combinados para reger um país imaginário (ou uma escola, uma sala de aula, uma rua). Esse exercício é uma oportunidade de reflexão e discussão que pode contribuir de forma significativa para a compreensão dos direitos de cada um e de todos, aproximando-os das questões inerentes à convivência e à vida em grupo.

Assim, ao imaginar uma situação ideal, fica evidente o que não vai bem, o que precisa ser mudado. Por isso, mais importante que fazer uma lista de direitos e possibilidades, é poder discutir sobre eles com os colegas, justificando escolhas, confrontando ideias e, sobretudo, relacionando-as às situações vividas em classe, na escola e também fora dela.

Essa proposta pode ser abordada integrando as áreas de Ciências Humanas e a Língua Portuguesa quanto à escrita e à leitura, além de outras disciplinas a critério dos professores, dependendo de como a atividade será encaminhada, como trabalhar conteúdos de Matemática ao calcular situações desse mundo imaginário. Também é possível representá-lo por meio de desenho, escultura, pintura e outras manifestações artísticas.



Fique de olho

Os alunos devem enumerar aquelas regras e direitos que realmente consideram importantes. Muitas vezes, as crianças enumeram regras e combinados de forma a reproduzir os valores e ditos dos adultos. Aqui, a ideia não é chegar a um consenso, mas seguir pensando sobre o tema.



Pense nisso

Não cabe a nós, educadores, avaliar ou atribuir importância maior ou menor àquilo que foi exposto pelos alunos. Nossa função é promover momentos de fala e de escuta que contribuam com a ressignificação constante das ideias.

Apresentando a Declaração Universal dos Direitos Humanos

Abordando conceitos que permeiam as relações dos grupos de toda a comunidade escolar, a apresentação da Declaração Universal dos Direitos Humanos é uma proposta que pode atravessar todas as áreas e todas as situações da vida escolar.

Há muitas versões lúdicas e ilustradas da Declaração, editadas especialmente para o público infantil. No entanto, basta uma breve explicação acerca da história desse documento, pois, nesse momento, o mais importante é que as crianças entrem em contato com os direitos explicitados na Declaração e com a ideia de que eles existem para a proteção de todas as pessoas, para garantir a todos o direito à vida e à dignidade. As discussões podem incluir a temática da efetivação desses direitos, tanto no que compete ao Estado quanto à responsabilidade de todos para com o direito de todos.



Fique de olho

O conhecimento da Declaração Universal dos Direitos Humanos não deve se tornar, para as crianças, mais um conteúdo a ser estudado. As ideias contidas na Declaração devem, aos poucos, fazer parte do dia a dia do grupo



Pense nisso

Podemos propor às crianças que levem o tema para casa antes de apresentar o documento à classe. Assim, cada uma chegará à escola trazendo algumas ideias que podem ser compartilhadas e dar início a conversas e discussões.

Os direitos das crianças

Uma prática comum dos professores é promover, em sala de aula, conversas sobre as formas de resolver conflitos sempre que eles surgem. Assim, pode ser interessante os alunos conversarem também sobre os seus próprios direitos, muitas vezes reivindicados por eles. Para encorajá-los a procurar por esses direitos, é possível propor

que façam uma pesquisa sobre direitos da infância e da juventude em diferentes fontes (livros, internet, entrevistas). Certamente, eles encontrarão informações sobre a Convenção sobre os Direitos da Criança, que pode ser investigada nas suas origens e conhecida por todos. A sugestão é que a pesquisa seja feita de maneira detalhada, sem que seja preciso determinar um prazo para sua conclusão.



Fique de olho

Para evitar que o assunto se esgote rapidamente, pode-se convidar todos para fazer um mural na sala de aula ou no pátio da escola com notícias que revelam desrespeito aos direitos das crianças. Sugerir ainda que os alunos convidem diferentes pessoas para conhecer o mural e conversar com eles sobre o assunto.



Pense nisso

Apresentar aos alunos os filmes:
MUDAR O MUNDO (animação da Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional)
DIREITOS HUMANOS PARA CRIANÇAS (animação de Fernando Rabelo)

Produção de um jornal

Convocar nossos alunos a fazer o papel de “pequenos jornalistas” pode fazer com que a questão dos Direitos Humanos esteja sempre presente e viva entre todos, passando a permear todas as relações, conversas, conflitos e estudos de alunos, professores, funcionários e adultos ligados às crianças.

Trata-se de uma proposta interdisciplinar, uma vez que diversas áreas do conhecimento podem ser abordadas e oferecidas à análise das crianças. Além da Língua Portuguesa, que está presente como procedimento fundamental para a produção do jornal, é possível abordar, por meio das notícias, diversas áreas do conhecimento, como: Ciências da Natureza (apresentando aos alunos e convidando-os a escrever matérias sobre o desmatamento e as consequências dele, por exemplo); Ciências

Humanas (denunciando um caso de violência nas ruas ou nas escolas); Matemática (analisando gráficos e comparando dados que apresentam, por exemplo, a queda do nível de água de uma represa).

Antes de dar início à produção, é preciso que o jornal passe a ser um veículo de comunicação familiar para as crianças. Para isso, é necessário que o professor traga jornais para a sala de aula, sempre munido de um propósito: mostrar uma matéria interessante, comentar uma notícia ocorrida no fim de semana, deixar clara sua indignação com notícias de desrespeito aos direitos de alguém, entre outros. São muitas as possibilidades: jornal da classe, da escola, de uma determinada série escolar ou de qualquer outro grupo que possa ser formado na comunidade (esportistas, alunos da aula de dança etc.). O importante é que todos sejam convidados a produzir textos que possam interessar à comunidade e ser lidos pelo maior número de pessoas possível.

Para adquirir fluência na produção textual, os alunos precisarão de um apoio efetivo por parte dos professores. Portanto, esse projeto pode fazer parte do planejamento dos anos e dos ciclos do Ensino Fundamental. Não podemos deixar de considerar, porém, que os alunos se encontram em diferentes etapas e momentos de seus processos de formação como leitores e escritores. Assim, é importante que todos possam contribuir com aquilo que são capazes de fazer. Se, de um lado, alguns alunos se mostram prontos para escrever textos relativamente longos ou complexos, de outro, é possível propor que outros alunos produzam as legendas das imagens que acompanham as notícias. Outros, ainda, poderão se responsabilizar pela tarefa da revisão dos textos.

A produção de um jornal oferece aos alunos a oportunidade de explorar diferentes tipos de texto: notícias, reportagens, legendas, entrevistas, informações precisas (previsão do tempo, filmes em cartaz etc.), artigos de opinião. Esses são textos que apresentam diferentes graus de complexidade de produção, favorecendo a aprendizagem de todos. Pode-se escolher entre fazer um jornal em cada uma das classes, mas também pode ser muito interessante e produtivo para todos se a escola puder

produzir um único jornal, feito por todos, de acordo com as suas possibilidades. É possível ainda optar por um jornal mural, caso não seja possível a impressão de muitos exemplares.



Fique de olho

As notícias de dentro da escola são sempre compreendidas com mais facilidade pelas crianças. Assim, é essencial garantir o espaço delas no jornal.



Pense nisso

A aprendizagem das crianças será mais efetiva se elas puderem trabalhar sempre em parcerias, contando com a troca de ideias e o confronto de hipóteses.

Participação na escola e campanhas pelos Direitos Humanos

Assim como os alunos do ciclo 1 elaboram campanhas sobre temáticas relativas ao convívio na comunidade escolar e sobre Direitos Humanos, os alunos do ciclo 2 devem continuar essa prática, ampliando e aprofundando os temas e envolvendo outros integrantes da comunidade escolar, incluindo seus familiares.

Essas são atividades para os alunos aprenderem mais sobre o funcionamento da escola, se integrando a esse espaço e tomando posse do espaço que é também deles. Pela sua própria natureza, essas atividades fomentam o protagonismo e a atitude de participação, identificando questões e buscando transformações.

IV. EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO CICLO 3 - AUTURAL

CARACTERÍSTICAS DO CICLO 3

De acordo com a reorganização curricular do município, o ciclo 3 tem como principais características a pesquisa em todas as áreas do conhecimento, o estímulo à autoria, o compartilhamento e a emancipação para a participação social e cidadã dos alunos.



Assim, é um momento em que os alunos vivenciam um processo de ampla formação político-social, criando asas para voar fora dos muros da escola e também de casa. Nessa faixa etária (dos 12 aos 14 anos), os alunos estão mais expostos a questões diversas e mais complexas que se apresentam na sua vida pessoal e social, como as primeiras relações amorosas, a sexualidade, as drogas, a violência, o desconforto em relação à autoridade dos pais, a preocupação com o mundo do trabalho, a necessidade de se impor diante de amigos e colegas, a preocupação de não ser discriminado pelo grupo.

Todos sabemos como a sociedade se mostra cruel e o quanto exige dos jovens: um cenário de consumismo desenfreado, no qual todos precisam se mostrar de bem com a vida e conectados todo o tempo.

Para os alunos dessa faixa etária, a rua apresenta fortes atrativos. Na verdade, a rua é sempre atrativa, seja para brincar, seja para fazer amigos e namorar. No entanto, é nessa fase da vida que essa “demanda” pela liberdade da rua se mostra mais forte e incrivelmente evidente. Grupos e turmas se fortalecem e também se desentendem na mesma proporção, podendo criar situações de muita violência, amargamente vivenciadas por todos.

Os alunos do terceiro ciclo (7.º, 8.º e 9.º anos) são os mais velhos do Ensino Fundamental e, portanto, também os mais cobrados. O fato é que a participação dos familiares na escola diminui justamente quando deveria ocorrer maior aproximação por causa da fase mais complexa e desafiadora que os adolescentes começam a enfrentar.

Contudo, em contraponto a esse cenário de adversidades, os alunos do ciclo 3 podem experimentar a participação de maneira mais ampla, podem encontrar espaços variados para falar e exteriorizar suas preocupações, suas angústias, suas ideias e seus projetos. Eles podem participar de fóruns de discussão e de trabalho, colocando-se com toda a criatividade e a vitalidade que estão à flor da pele. Então, esse é um momento certo de abordar os Direitos Humanos em toda a sua complexidade.

O estímulo à autoria e a emancipação político-social são condições importantes para que os alunos do ciclo 3 realizem atividades e projetos com outras turmas, com a comunidade escolar e possam exercer toda a sua liberdade na interação com pessoas que estejam dispostas a ouvir, a compartilhar saberes e questionamentos, a construir uma convivência fraterna, solidária e intensamente cativante. Assim, atenção especial precisa ser dada ao uso dos espaços da escola e à possibilidade de atuações externas, na mesma medida que às áreas de conhecimento. Por isso, as atividades propostas aqui buscam se comunicar com esses espaços e essas áreas.

SUGESTÕES DE ATIVIDADES NO CICLO 3

Tendo em vista a dimensão da EDH que trata da “formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente nos níveis cognitivo, social, cultural e político” (item III, artigo 4.º, Diretrizes Nacionais para a EDH), é essencial apresentar aos estudantes do terceiro ciclo esse vastíssimo mundo de belezas e possibilidades, proporcionando o exercício de sua participação.

Bem conhecidos, mas pouco praticados, os grêmios estudantis, as assembleias e os fóruns de discussão são instâncias de participação dos alunos, que podem fazer parte oficialmente da organização das escolas. Essas formas de inclusão e participação dos alunos são abordadas no caderno temático *Democracia na Escola*.

Aqui, sugerimos atividades que podem ser propostas no dia a dia da escola, além daquelas já sugeridas para os ciclos anteriores e devidamente adaptadas para os desafios do ciclo 3.

Intercâmbios e trocas

É importante valorizar e estimular a possibilidade de aprender com jovens do mundo inteiro por meio das novas tecnologias, em especial as da internet. Por meio de projetos com Professores Orientadores de Informática Educacional (POIEs) ou por outras instâncias, os alunos podem se comunicar e discutir questões de Direitos Humanos com jovens de outras localidades por meio da internet, da visita in loco de projetos e atividades afins, da pesquisa em jornais. O fundamental é tecer uma rede de discussão que envolva outros alunos, de outros bairros, de outras cidades, Estados ou países, tornando a discussão sobre DH uma questão local e global, delineando igualdades e diferenças.

Conhecimento e discussão dos documentos que fundamentam a participação cidadã e os Direitos Humanos

Esta é uma atividade essencial: conhecer os documentos que orientam e regem os Direitos Humanos.

Esses documentos ajudam os jovens a compreender não só seus direitos, mas também seus deveres. Criar situações de estudo e discussão dos documentos é uma atividade que proporciona momentos de debate e reflexão, colocando esses documentos num importante lugar de resultados de lutas e estudos, e não apenas como um amontoado de leis que parecem ter nascido prontas.

Os principais documentos para promover a reflexão sobre Direitos Humanos são:

- Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), documento-base do Projeto Respeitar é Preciso!
- Constituição Federal (1988), em especial os artigos que tratam da educação.

- Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990).
- Estatuto da Juventude (assinado em 2013 e pouco conhecido da maioria do público jovem).
- Regimento Escolar, importante documento que deve estar à disposição de toda a comunidade escolar.
- Projeto Político-Pedagógico da escola, que também deve estar disponível para leitura e conhecimento de toda a comunidade.

A escola e os jovens para além dos muros

Para colocar em destaque o protagonismo e a solidariedade, é preciso propor atividades em que os muros não sejam impeditivos. Com a ajuda dos educadores e de seus familiares, os alunos poderão ir muito além do que normalmente esperamos deles.

Para essa abordagem, algumas atividades potentes são:

- ajudar os outros a aprender: criar comunidades de aprendizagem por meio da formação de grupos de estudo com outros estudantes (dentro ou fora da escola);
- participar de ONGs ou de movimentos sociais que possuam ações ligadas aos DH, como os que atuam no seu território ou para além dele, por meio da internet. No mundo todo, há muitas organizações desse tipo em atividade. No Brasil, temos, por exemplo, o **Conselho Nacional da Juventude (Conjuve)**, e em São Paulo, o Projeto Juventude Viva, desenvolvido pela Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania;
- manter grupos de estudo sobre temas relacionados aos DH, como história da juventude e sua atuação, história dos DH, história política;

O Conselho Nacional de Juventude foi criado em 2005 e tem, entre as suas atribuições, a função de formular e propor diretrizes voltadas para as políticas públicas de juventude, desenvolver estudos e pesquisas sobre a realidade socioeconômica dos jovens e promover o intercâmbio entre organizações juvenis nacionais e internacionais.

Em 2014, Malala Yousafzai, uma jovem paquistanesa de 17 anos, ganhou o Prêmio Nobel da Paz por sua luta pelo direito de meninas e adolescentes frequentarem a escola no seu país.

- conhecer jovens que se mobilizam em todas as partes do mundo com temas ligados aos DH, como questões políticas, guerras civis, trabalho infantil, homofobia, preconceitos, além de questões de mídia, fenômenos virais da internet, tecnologia.

TCA em Direitos Humanos

De acordo com a Nota Técnica n. 6 do Programa Mais Educação São Paulo, o Ciclo Autoral (7.º, 8.º e 9.º anos) “se caracteriza pela construção de conhecimento a partir de projetos curriculares comprometidos com a intervenção social e se concretiza com o Trabalho Colaborativo de Autoria (TCA), elaborado pelo aluno e acompanhado sistematicamente pelo professor orientador de projeto. (...) Os projetos curriculares visam à participação com autoria e responsabilidade na vida em sociedade de modo que, ao intervir no âmbito das experiências do grupo familiar e escolar, o aluno possa tornar mais justas as condições sociais vigentes. A educação, como constructo humano, é pensada como forma de intervenção no mundo”.

Os trabalhos colaborativos de autoria (TCAs) podem ser realizados com temas relacionados aos Direitos Humanos, encontrando nesse eixo uma sólida concretização daquilo que é proposto como compromisso com a comunidade. Os professores do terceiro ciclo podem propor o início dos trabalhos no começo do ano, para que os alunos possam acompanhar as atividades que estiverem acontecendo na escola e no entorno, nos grupos de trabalho e no Projeto Respeitar é Preciso!

Os alunos podem ser organizados em grupos de acordo com os subtemas que queiram estudar e, durante o ano letivo, realizar momentos de verificação e troca de material sobre os temas escolhidos, sendo também essencial que façam visitas, entrevistas, trabalhos de campo e outras tarefas que os auxiliem a qualificar e enriquecer o TCA.

Os TCAs sobre DH podem ter como “padrinho” algum adulto, da escola ou não, interessado no tema, que acompanhe a confecção dos trabalhos ao longo do ano e ajude

no processo, para que os alunos não deixem tudo para o último ano, para que não tenham que fazer tudo com muita pressa e pouco acompanhamento.

Atividades culturais sobre Direitos Humanos

Em todos os cantos da cidade, atividades culturais ocorrem a todo momento, e é preciso se inspirar nelas. São muitos os materiais que são produzidos e ficam disponíveis nas bibliotecas, nas salas de informática, na internet e em outros espaços da comunidade, como as bibliotecas comunitárias, os CEUs e outros equipamentos culturais e sociais.

Muitas dessas atividades, tanto as realizadas pelo poder público quanto aquelas de iniciativa de diferentes grupos artísticos, surgiram com o tema dos Direitos Humanos.

A escola pode favorecer o acesso a elas e fomentar a realização interna de outras atividades culturais. Indicaremos aqui alguns bons exemplos de atividades culturais a serem promovidas pela escola.

Cinema

O Festival Entretodos apresenta filmes curtos sobre Direitos Humanos que podem ser assistidos em sessões de cinema com toda a comunidade, incluindo a possibilidade de um debate posterior com a mediação de um educador da escola que se sinta à vontade para fazê-lo (professor ou outro).

Além de fazer parte do público, os alunos podem ser criadores de pequenos filmes usando recursos muito simples como aparelhos celulares. O importante é que tenham espaço e orientação para discutir o conteúdo, planejar o roteiro, avaliar o público-alvo e a forma de atingi-lo. Esse tipo de atividade é muito apreciado pelos jovens para refletir sobre as questões que envolvem o seu dia a dia e questões sociais e políticas que afetam seus direitos e o dos demais.

Saraus

Tradicionais no passado, os saraus foram revisitados e revitalizados e têm se espalhado pela cidade.

É bem provável que exista um sarau próximo da escola, acontecendo na rua, no mercado, na laje ou no quintal de um vizinho, pois é assim que eles acontecem, nos mais diversos espaços.

Justamente pelos saraus terem renascido nas periferias da cidade, a temática dos Direitos Humanos aparece fortemente na leitura de poetas revolucionários e políticos, na leitura de manifestos e na arte que se faz a serviço de uma humanidade mais solidária.

Assim, a escola também pode ser um local para a realização de saraus organizados pelos pais e alunos, com a participação de toda a comunidade. Uma ótima sugestão para essa atividade é convidar poetas do bairro ou da região, muitas vezes desconhecidos do grande público.

Arte nas ruas

Pichar muros? Fazer grafite? E por que não com a temática dos DH?

Em cada bairro, os jovens podem buscar paredes e muros que sejam disponibilizados para fazer esse tipo de intervenção artística. Hoje, esses espaços são reconhecidos e podem ser aproveitados de maneira exemplar, tendo em vista que a ocupação artística pode valorizar o espaço e alegrar a cidade.

Assim, cabe pensar que essa ocupação dever ser feita de maneira bastante reflexiva e criativa. O que se quer pichar, dizer, expressar? Para quem é a mensagem? O local é o mais adequado? Qual texto e qual imagem serão colocados? Discutir essas questões é um exercício excelente para os alunos entenderem a dinâmica da cidade e o direito

de se apropriar do espaço público, mas também estudarem sobre qual comunicação querem fazer e para qual público. De outro modo, a intervenção pode passar despercebida pelo olhar da população.

Em geral, fotografia é um gênero muito apreciado, e atualmente podem ser feitas muitas fotos com o aparelho celular. Ensaios fotográficos pelo bairro e pela cidade podem servir para flagrar situações positivas e negativas na temática dos DH e criar bons e reveladores debates e fóruns de discussão sobre temas correlatos com toda a comunidade. Pode-se também preparar uma intervenção ou exposição fotográfica com que as fotos ampliadas e espalhadas por espaços do bairro e da escola.

A palavra escrita: escrever e compartilhar saberes sobre DH

O ciclo 3 tem na autoria um forte apelo pedagógico. Assim, o pleno domínio da leitura e da escrita no fim dessa fase (9.º ano) é objetivo a ser atingido. Daí, a importância de potencializar atividades que coloquem essas práticas em uso social.

Nesse sentido, os alunos podem criar sua própria revista (impressa ou virtual), que pode ter um conselho de redação, receber colaboração de toda a comunidade e se tornar um veículo importante de comunicação. Talvez uma revista do bairro exigisse um grande intercâmbio entre os alunos da mesma escola e de escolas próximas e proporcionasse ganhos essenciais.

Numa revista, além dos textos, que podem ser de variados gêneros (notícias, artigos, reportagens, literatura), pode-se abusar das ilustrações. Cartunistas, chargistas e ativistas do mundo da arte se utilizam de seus traços para denunciar todo tipo de privação de direitos. É possível conhecer o trabalho desses artistas por meio de pesquisas e do contato com seus ateliês. Muitos desses artistas participam das redes sociais, visitam escolas e gostam imensamente de falar com o público jovem.

Atualmente, existem muitas revistas feitas por jovens que trazem cartuns, tiras e quadrinhos especialmente criados sobre temas sociais. Esse é um mundo fantástico e que pode inspirarwos alunos a produzir sua própria revista.

Apresentamos a seguir o relato de uma atividade cultural e pedagógica como exemplo do esforço de reunir toda a comunidade escolar.

20 de novembro: todas as consciências

Com a proximidade do feriado de 20 de novembro (Dia da Consciência Negra), uma escola resolveu comemorar fazendo um trabalho não só com os alunos. Assim, foram pensadas diversas tarefas para que toda a comunidade escolar participasse, mas que não fosse um evento (pois “é-vento” sopra, passa). O que a escola desejava é que todos estivessem afiadíssimos na data, sabendo muito e podendo compartilhar muitas descobertas. Ou seja, teve trabalho e aprendizado para todo mundo.

Assim, coube ao grêmio estudantil organizar um painel com notícias e reportagens divulgadas durante a quinzena de 10 a 25 de novembro. Todas as mídias (tevê, rádio, jornal, internet) eram válidas, e o material foi bem cuidado para que não apresentasse somente notícias, para que tivesse consistência, poesia e discussão política, sendo objeto de leitura e discussão antes de ir para o painel. Também foi responsabilidade do grêmio convidar os pais dos alunos para uma sessão de tribuna livre.

A APM realizou uma discussão política e convidou um representante do bairro para falar com os pais, propondo que, juntos, elaborassem um cardápio especial para os alunos na semana da comemoração, com pratos da cultura afro-brasileira, mas pedindo para não incluir feijoada, prato muito conhecido. A APM se comprometeu a dar total apoio para a pesquisa e, numa reunião noturna, exibiu um filme sobre o tema e promoveu um bate-papo.

A turma do 9.º ano foi dividida em dois grupos para a realização de dois importantes trabalhos:

- Grupo 1: Fazer a leitura das matérias jornalísticas que comparam o filme *12 ANOS DE ESCRAVIDÃO* com a vida do abolicionista Luís Gama, personagem importante da história brasileira, muitas vezes relegado ao esquecimento e com trajetória parecida com a de Solomon Northup, líder afro-americano retratado no filme. Fazer uma análise com o texto do livro didático que trata da questão da escravidão.
- Grupo 2: Estudar a notícia que trata dos cinquenta anos do fim do apartheid norte-americano e tecer comparações com o Brasil. Esse estudo deve ser feito por meio de debates abertos.

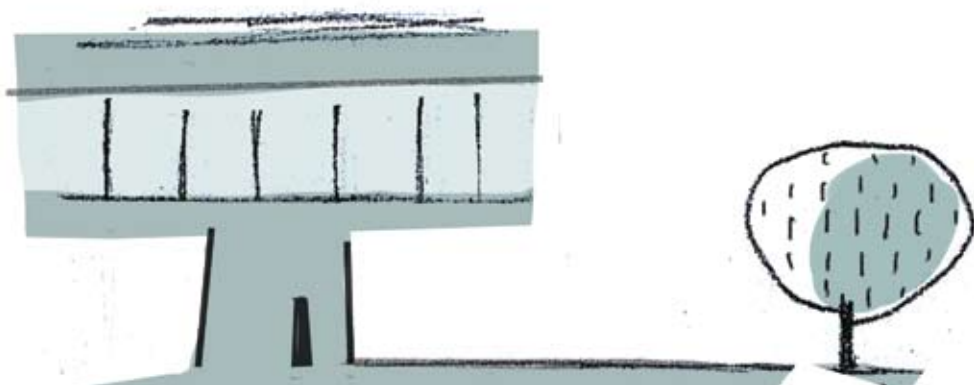
Já os alunos do 8.º ano ficaram responsáveis por dividir a turma em dois grupos para a realização de dois importantes trabalhos:

- Grupo 1: Fazer a pesquisa junto aos POIES sobre a vida da escritora Maria Carolina de Jesus, cujo centenário foi comemorado em 2014.
- Grupo 2: Fazer a pesquisa de outros brasileiros escolhidos numa lista tríplice organizada por alunos e professores. Depois de concluir as pesquisas, socializar as informações com os alunos do 7.º ano e também divulgar no painel do grêmio.

Aos estudantes do 7.º ano, coube fazer a leitura de contos tradicionais de matriz africana, especialmente dos autores Reginaldo Prandi e Heloisa Pires Lima, especialistas e militantes das causas dos afrodescendentes. Para isso, foi necessário fazer uma parceria com o professor orientador da sala de leitura e preparar uma forma de contar as histórias lidas para os alunos do 6.º ano. Além disso, essa turma ficou responsável por indicar aos alunos da escola que visitem o site desses autores e façam perguntas, comentários e observações sobre as obras lidas.

A turma do 6.º ano ficou incumbida de preparar para seus familiares uma sessão de leitura ou narrativa de contos tradicionais de matriz africana escolhidos entre os que foram contados pelos alunos do 7.º ano ou outros, lidos independentemente. Além dos familiares, convidar também os funcionários da escola para ouvir as histórias lidas ou narradas nessa quinzena especial.

Para finalizar, queremos reiterar que as atividades aqui sugeridas para o Ensino Fundamental são exemplos que apontam possibilidades de como a Educação em Direitos Humanos pode fazer parte do projeto político-pedagógico das escolas transversalmente, dando sentido social e político à vida escolar dos alunos e dos seus educadores.



Bibliografia de referência

DIREITOS HUMANOS

Documentos

- Declaração Universal dos Direitos Humanos. Organização das Nações Unidas (ONU), 1948.
- Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial. Assembleia Geral da ONU, 1965. Ratificação pelo Brasil, 1968.
- Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.
- Convenção dos Direitos da Criança. Assembleia Geral da ONU, 1989.
- Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei n. 8.069/1990.
- Parâmetros Curriculares Nacionais, Temas Transversais. Brasília: Ministério da Educação e Cultura/Secretaria da Educação Fundamental, 1996.
- Programa Nacional de Direitos Humanos. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. Brasília, 2010.
- Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica: Direitos Humanos. Resolução n. 8/2012.
- Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil: Princípios Éticos. Parecer CNE/CEB n. 20/2009.

- *Crêterios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças*. Maria Malta Campos e F lvvia Rosemberg. 6.ed. Brasília : MEC/SEB, 2009.

Programas

- Programa Estadual de Direitos Humanos. Direitos Humanos: Educando para a Democr cia. Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. São Paulo, 1998.
- Teaching Human Rights: Practical Activities for Primary and Secondary Schools. Organização das Nações Unidas. Genebra, 2003.
- Programa de Educación para el Ejercicio del Derechos Humanos (Eduderechos). Ministerio de Educación Nacional. Col mbia, 2010.

S tes sobre Direitos Humanos

- Biblioteca virtual de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo
<http://www.direitoshumanos.usp.br>
 Acervo muito amplo com documentos nacionais e internacionais, materiais didáticos etc.
- BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Disponível em: www.sdh.gov.br. Acesso em: 26/1/15.
- Conectas Direitos Humanos
<http://www.conectas.org>
 Site com artigos e reflexões sobre os DH na atualidade.
- DHnet
<http://www.dhnet.org.br/direitos>
 Site de consulta com informações diversas sobre os DH no Brasil e no mundo.

- Declaração Universal dos Direitos Humanos

<http://www.dudh.org.br>

Site com informações, vídeos, notícias e um sistema internacional de denúncias de violações.

- Human Rights

<http://br.humanrights.com/home.html>

Site com relatórios e vídeos sobre DH, incluindo o vídeo apresentado no módulo 1 do curso Respeitar é Preciso!

- Instituto Vladimir Herzog

<http://vladimirherzog.org>

Site do Instituto Vladimir Herzog, instituição que visa contribuir para a reflexão e a produção de informação que garanta o direito à justiça e o direito à vida, que promove ações em defesa dos Direitos Humanos, da democracia, da liberdade e da justiça social, promove exposições, debates e ações educativas, além de publicações que recuperam a memória e a história da ditadura e da luta pelos Direitos Humanos no Brasil.

- Memorial da Resistência

<http://www.memorialdaresistenciasp.org.br>

Site do Memorial da Resistência de São Paulo, instituição dedicada à preservação de referências das memórias da resistência e da repressão políticas do Brasil republicano (de 1889 à atualidade). Divulga testemunhos, exposições, debates e ações educativas ligados aos Direitos Humanos.

- Núcleo de Violência da USP

<http://www.nevusp.org>

Site com pesquisas e artigos sobre violência e DH.

- Memoria Abierta

<http://www.memoriaabierta.org.ar>

Em espanhol, o portal da Memoria Abierta, ação coordenada de organizações argentinas de Direitos Humanos, reúne informações sobre o trabalho realizado pelas 27 instituições que formam a rede latino-americana de lugares de memória e consciência. Inclui um catálogo de materiais, exposições e publicações desenvolvidas pelos membros da rede e também uma agenda coletiva que difunde as atividades vinculadas ao trabalho pela memória na América Latina.

- Memórias da Ditadura

<http://memoriasdadtadura.org.br>

Realizado em parceria pelo Instituto Vladimir Herzog, pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), esse portal reúne informações sobre o período da ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). Com áreas de interatividade e conteúdos multimídia, possibilita uma visão ampla dos fatos ocorridos no período sob os pontos de vista político, social e cultural, sempre sob a ótica da importância dos Direitos Humanos, da memória e da verdade. Além disso, a área “Apoio ao educador” traz sugestões de trabalho pedagógico.

Direitos Humanos no cinema

- Cine Direitos Humanos

http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/noticias/?p=162501

Iniciativa da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), o Cine Direitos Humanos leva sessões gratuitas de filmes com temática de Direitos Humanos ao Espaço Itaú de Cinema do Shopping Frei Caneca, na região central da cidade, todos os sábados, às 11h. Basta retirar o ingresso na bilheteria. Curadoria de Francisco Cesar Filho.

- CurtaDoc

<http://curtadoc.tv/tema/direitos-humanos>

O CurtaDoc é um espaço dedicado a documentários latino-americanos. O projeto nasceu no Brasil, em 2009, como um programa para a Sesc TV e, desde 2011, mantém um acervo on-line. Um dos acervos disponíveis na internet é sobre a temática dos Direitos Humanos. Na Sesc TV, a série CurtaDoc é exibida toda terça-feira às 21h, com reprises durante a semana. Os episódios são temáticos e os convidados especiais fazem uma leitura crítica dos documentários apresentados. Há sempre entrevistas com diretores e com profissionais de várias áreas da produção audiovisual.

- Entretodos

<http://www.entretodos.com.br>

Realizado pela SMDHC e pela Secretaria Municipal de Cultura, com o apoio da Secretaria Municipal de Educação, e organizado pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, o Festival de Curtas-Metragens em Direitos Humanos Entretodos tem como objetivo fomentar a cultura de Direitos Humanos e estimular a produção audiovisual como meio educativo e gerador de debates acerca dos Direitos Humanos.

- Mostra de Cinema Direitos Humanos

<http://www.mostracinemaedireitoshumanos.sdh.gov.br>

Realizada pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República em parceria com o Ministério da Cultura, a Mostra é uma produção da Universidade Federal Fluminense (UFF), por meio do Departamento de Cinema e Vídeo, com apoio da Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI), do Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio), do Centro Técnico Audiovisual (CTAv) e da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), com patrocínio da Petrobras e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Filmes

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO. *Acesso à terra*. DVD. São Paulo: PaleoTV/Andhep/Ford Foundation, 2011.

_____. *Direitos Humanos e povos indígenas*. DVD. São Paulo: PaleoTV/Andhep/Ford Foundation, 2010.

_____. *Direitos Humanos, cidades e desenvolvimento*. DVD. São Paulo: PaleoTV/Andhep/Ford Foundation, 2010.

_____. *Direitos Humanos*. DVD. São Paulo: PaleoTV/Andhep/Ford Foundation, 2007.

_____. *Discriminação, minorias e racismo*. DVD. São Paulo: PaleoTV/Andhep/Ford Foundation, 2008.

_____. *Educação e cultura dos Direitos Humanos*. São Paulo: PaleoTV/Andhep/Ford Foundation, 2009.

Longas-metragens: *Batismo de sangue* (Brasil, 2007), *Entre os muros da escola* (França, 2008), *Sobral, o homem que não tinha preço* (Brasil, 2013) e *Hoje eu quero voltar sozinho* (Brasil, 2014).

Documentários: *Pro dia nascer feliz* (Brasil, 2006), *Muito além do peso* (Brasil, 2012) e *Tarja branca: a revolução que faltava* (Brasil, 2014).

Curta-metragem: *O dia em que Dorival encarou a guarda* (Brasil, 1986).

Literatura juvenil que aborda temas dos Direitos Humanos

ALVES, Valdecy. *Declaração dos Direitos Humanos em cordel*. Fortaleza: Editora Tupynanquim, 2009.

AZEVEDO, Jô; HUZAK, Iolanda; PORTO, Cristina. *Serafina e a criança que trabalha: histórias de verdade*. São Paulo: Ática, 1999.

BENNETT, William J. (org.). *O livro das virtudes para crianças*. Trad. Claudia Roquete Pinto, Ricardo Silveira, Luiz Raul Machado, Lia Neiva, Carlos Alves e Sofia Sousa Silva. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

FILIPOVIC, Zlata. *O diário de Zlata*. Trad. Antônio de Macedo Soares e Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

FILIPOVIC, Zlata & e CHALLENGER, Melanie (orgs.). *Vozes roubadas: diários de guerra*. Trad. Augusto Pacheco Calil. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

OLIVEIRA, Rui de. *Três anjos mulatos do Brasil*. São Paulo: FTD, 2011.

PHILBRICK, Nathaniel. *A vingança da baleia: a verdadeira história do baleeiro* Essex. Trad. Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

PIQUEMAL, Michel & LAGAUTRIERE, Philippe. *Fábulas filosóficas*. Trad. Irami B. Silva. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2012.

RIBEIRO, Darcy & ALVES PINTO, Zíraldo. *Noção de coisas*. São Paulo: FTD, 1995.

Literatura infantil que aborda temas dos Direitos Humanos

COLASANTI, Marina. *A moça tecelã*. São Paulo: Global, 2004.
(Contos que valorizam as mulheres.)

DAVIS, Aubrey. *A sopa de botão de osso*. Trad. Gilda de Aquino. São Paulo: Brinque-Book, 1998. (Conto popular da tradição judaica sobre a cooperação. Com temática bastante atual, mostra como solidariedade e cooperação podem nos fazer sair bem de situações das quais não conseguiríamos individualmente.)

LEITE, Márcia. *Olívia tem dois papais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

(Livro sobre novas configurações familiares. A autora escreve sobre as configurações familiares de homossexuais.)

MACHADO, Regina. *O violino cigano e outros contos de mulheres sábias*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. (Histórias coletadas na tradição oral de vários países e povos. Protagonizados por mulheres, os contos apresentam uma série de heroínas corajosas. Com astúcia, perseverança e sabedoria, elas enfrentam desafios e provações, seguindo tortuosos caminhos em busca da felicidade plena.)

MUTH, Jon J. *As três perguntas: baseado numa história de Leon Tolstói*. Trad. Monica Stahel. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012. (Livro sobre escolhas e decisões.)

SEDH; MEC; UNESCO. *Os Direitos Humanos*. Ilustrações de Ziraldo. Brasília, 2008. (Comenta os DH, com foco na vida cotidiana das crianças.)

TOLSTÓI, Liev. *De quanta terra precisa um homem?* Tradução, adaptação e ilustração de Cárcamo. São Paulo: Companhia das Letrinhas, 2009. (Livro sobre justiça.)

FETH, Monica. *Quando as cores foram proibidas*. Trad. Dieter Heidemann e Maria de Lourdes Porto. São Paulo: Brinque-Book, 1998. (Livro sobre justiça e responsabilidade.)

Matérias de jornal sobre DH

DE LUCENA, Eleonora. Páginas de sangue: os livros pensam a violência urbana. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 29/7/2012.

MAISONNAVE, Fabiano. Escravidão no mundo atinge 30 milhões. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 17/10/2013.

MENDONÇA, Ricardo. Carta faz 25 anos com 112 temas à espera de uma lei: várias nor-

mas previstas em 1988 ainda não foram aprovadas pelo Congresso. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 5/10/2013. (Caderno especial sobre o aniversário da Constituição.)

SCHWARCZ, Lília Moritz & MACHADO, Maria Helena Pereira Toledo. Um pouquinho de Brasil: por que deveríamos nos reconhecer nas cenas de “12 anos de escravidão”. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 2/3/2014.

SCHWARTSMAN, Hélio. Genealogia da moral: o debate sobre a tortura mostra quão pouco sabemos de nós mesmos. *Folha de S.Paulo*, 3/3/2013.

SPINELLI, Evandro. Integrar as pessoas da cidade coíbe a violência: entrevista com o arquiteto José Armênio de Brito Cruz. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 4/6/2012. (Entrevista sobre a questão da arquitetura social.)

Textos teóricos sobre Direitos Humanos, democracia e cidadania

ADORNO, Sérgio. *Os primeiros 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU*. Universidade de São Paulo, Núcleo de Estudos da Violência, 1999. Disponível em: http://www.nevusp.org/portugues/index.php?option=com_content&task=view&id=887&Itemid=122. Acesso em: 19/11/2014.

BENEVIDES, Maria Victoria. *A cidadania ativa: referendo, plebiscito e iniciativa popular*. São Paulo: Ática, 1991. v. 1.

_____. Cidadania e direitos humanos. Em CARVALHO, José Sérgio (org.). *Educação, cidadania e direitos humanos*. Petrópolis: Vozes, 2004, p. 43-65.

_____. *Desafios para a democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Cedac/Oikos, 2005. v. 1.

BENEVIDES, Maria Victoria & SOUSA JUNIOR, José Geraldo. O eixo educador do Plano

Nacional de Direitos Humanos. *Revista Direitos Humanos*, v. 5, p. 22-25. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2010.

CARBONARI, Paulo César (org.). *Sentido filosófico dos direitos humanos: leituras do pensamento contemporâneo*. Passo Fundo: Instituto Superior de Filosofia Berthier, 2006.

COMPARATO, Fábio Konder. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. São Paulo: Saraiva, 2005.

COSTA, Paulo Sérgio Weyl A. (coord.). *Direitos humanos em concreto*. Curitiba: Juruá, 2008.

DALLARI, Dalmo de Abreu. *Direitos humanos e cidadania*. São Paulo: Moderna, 2004.

DE LA TAILLE, Yves. *Crise de valores ou valores em crise?* Porto Alegre: Artmed, 2009.

_____. *Formação ética: do tédio ao respeito de si*. Porto Alegre: Artmed, 2009.

MOISÉS, José Álvaro. Cidadania, confiança e instituições democráticas. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, v. 65, p. 71-94. São Paulo: Cedec, 2005.

_____. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 66, p. 11-43. Universidade de São Paulo, Anpocs, 2008.

_____. Os significados da democracia segundo os brasileiros. *Opinião Pública*, v. 16, n. 2. Campinas: Unicamp, 2010.

MULLER, Jean-Marie. *O princípio da não violência: uma trajetória filosófica*. Trad. Inês Polegato. São Paulo: Palas Athena, 2007.

SCHILLING, Flávia (org.). *Direitos humanos e educação: outras palavras, outras práticas*. São Paulo: Pró-Reitoria de Pesquisa USP/FEUSP/Cortez, 2005.

SCHILLING, Flávia. O direito à educação e a educação como um direito humano: tensões e possibilidades em torno da ideia de Justiça. Em NALINI, José Renato & CARLINI, Angélica (orgs.). *Direitos humanos e formação jurídica*. Rio de Janeiro: Forense, 2010, v. 1, p. 89-99.

_____. O direito à educação: um longo caminho. Em BITTAR, Eduardo C. B. (org.). *Educação e metodologia para os direitos humanos*. São Paulo: Quartier Latin, 2008, p. 273-283.

VIOLA, Solon. *Direitos humanos e democracia no Brasil*. Porto Alegre: Editora da Unisinos, 2008.

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Documentos

- Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Coordenação de Herbert Borges Paes de Barros e Simone Ambros Pereira; colaboração de Luciana dos Reis Mendes Amorim et al. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos/Ministério da Educação, 2006.
- Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação, Resolução CNE/CP n. 1, de 30 de maio de 2012.
- Proposta de Programa de Reorientação Curricular e Reestruturação Organizacional da Rede Municipal de Ensino de São Paulo. Secretaria Municipal de Educação

de São Paulo, 2013. Disponível em: http://portalsme.prefeitura.sp.gov.br/Regionais/109200/Documentos/minuta_doc_consulta_publica.pdf. Acesso em: 8/12/2014.

- Programa de Metas 2013-2016 do Município de São Paulo (gestão Fernando Haddad), que inclui a EDH. Disponível em: http://ww2.prefeitura.sp.gov.br//videos/AF_FolhetoProgramaMetas.pdf. Acesso em: 8/12/2014.
- Nota Técnica 21 do Programa Mais Educação São Paulo, publicada em 10/10/2013. Disponível em: maiseducacaosaopaulo.prefeitura.sp.gov.br/documentos. Acesso em: 19/11/2014.
- Decreto n. 54.454, de 10 de outubro de 2013, da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, que fixa diretrizes gerais para a elaboração dos regimentos educacionais das unidades integrantes da Rede Municipal de Ensino, bem como delega competência ao Secretário Municipal de Educação para o estabelecimento das normas gerais e complementares que especifica.

Programas

- Ética e Cidadania no Convívio Escolar: uma proposta de trabalho. Brasília: MEC/Secretaria da Educação Fundamental, 2000.
- Ética e Cidadania: construindo valores na escola. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2007.
- Programa Mundial para Educação em Direitos Humanos. Nova York/Genebra: ONU, 2006.

Sites sobre Educação em Direitos Humanos

- DHnet (item sobre EDH)
<http://www.dhnet.org.br/educar/index.html>
Site com diversas informações sobre EDH e que deve lançar em breve uma enciclopédia de EDH para dar apoio a planos de ação.
- Portal de EDH da Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania do Município de São Paulo
<http://portaledh.educapx.com>
- Observatório de Educação em Direitos Humanos em Foco
<http://observatorioedhemfoco.com.br>
Site com material pedagógico e indicações multimidiáticas.

Matérias de jornal sobre escola e DH

BALMANT, Ocimara. Construção da escola influencia aprendizado. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 2/5/2011.

BEDINELLI, Tatiana & REWALD, Fabiana. Escolas se intrometem no que aluno faz em rede social: casos de ofensa e exposição negativa de colégios e estudantes são punidos. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 19/6/2011.

CADERNO ESPECIAL Quem educa os educadores? *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 4/8/2013.

CANCIAN, Natália & SARRES, Carolina. Violência ou educação? *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 23/11/2011. (Matéria sobre a Lei da Palmada.)

CANCIAN, Natália & TUROLLO JÚNIOR, Reynaldo. Escolas excluem alunos de passeio cultural. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 21/11/2012.

EZABELLA, Fernanda. A arte da paz. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 25/4/2011. (Matéria sobre um professor norte-americano e seu projeto.)

FRAGA, Érica. Educação explica 100% da desigualdade de renda: entrevista com o economista Alexandre Rands. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 17/6/2013.

GOIS, Antônio. Finlândia na favela. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 19/5/2011. (Notícia sobre escola municipal do Rio de Janeiro que obteve excelentes resultados.)

_____. Premiar e punir. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 24/5/2010.

MANDELLI, Mariana. Alunos de baixa renda recebem menos conteúdo. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 29/8/2011.

_____. Localização da escola influencia desempenho do aluno, revela pesquisa. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 2/7/2011.

SHINODA, Alessandro & GALLO, Ricardo. Julia quer ir à escola. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 31/8/2012. (Matéria sobre crianças sem teto que querem estudar.)

SOARES, Pedro. 58,4% ainda têm carências sociais, apesar de melhora. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 29/11/2012.

TRINDADE, Eliane & VINES, Juliana. Lição de desrespeito. *Folha de S.Paulo*. São Paulo, 30/4/2013. (Matéria sobre episódio de violência sexual envolvendo alunos.)

Textos teóricos sobre Educação em Direitos Humanos e escola

ARAÚJO, Ulisses F. (coord.). *Temas transversais, pedagogias de projetos e mudanças na educação*. São Paulo: Summus, 2014. (Coleção Novas Arquiteturas Pedagógicas.)

ARAÚJO, Ulisses F. & AQUINO, Julio Groppa. *Os direitos humanos na sala de aula: a ética como tema transversal*. São Paulo: Moderna, 2001.

BENEVIDES, Maria Victoria. *Educação em direitos humanos: de que se trata?* Convent Internacional/USP, v. 6, p. 43-50, 2001.

_____. Educação para a democracia. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, v. 38, p. 223-237. São Paulo: Cedec, 2004.

BROCHADO, Mariá; ABREU, Décio; FREITAS, Natália (orgs.). *Educação em direitos humanos: uma contribuição mineira*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG/Proex, 2009. (Coleção de artigos elaborada pelo Projeto Integrando Ações de Educação em Direitos Humanos em Minas Gerais, uma parceria entre o Fórum Mundial de Direitos Humanos e a Universidade Federal de Minas Gerais. Órgão fomentador: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.)

BURATTO, Ana Luiza Oliva; DANTAS, Maria Coelho; MARCÍLIO DE SOUZA, Maria Thereza Oliva. *A direção do olhar do adolescente focalizando a escola*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.

BUSQUETS, Maria Dolores *et al.* *Temas transversais em educação: bases para uma formação integral*. Trad. Cláudia Schilling. São Paulo: Ática, 1997.

CANDAU, Vera Maria F. & SACAIVINO, Susana B. (orgs.). *Educação em direitos humanos: temas, questões e propostas*. Petrópolis: DP&A, 2008.

CLAUDE, Richard Pierre. Direito à educação e educação para os direitos humanos. *Sur: Revista Internacional de Direitos Humanos*, v. 2, n.2. São Paulo, 2005.

DUSSEL, Inés. A transmissão cultural assediada: metamorfoses da cultura comum na escola. Trad. Neide Luzia de Rezende. *Cadernos de Pesquisa*, v. 39, n. 137, maio/ago. de 2009.

MARINHO, Genilson C. *Educar em direitos humanos e formar para cidadania no Ensino Fundamental*. São Paulo: Cortez, 2012. v. 1.

ORGANIZACION DE ESTADOS IBEROAMERICANOS para la Educación, la Ciencia y la Cultura. *Educación, Valores y Democracia*. Madri, 1998.

PONCE, Branca Jurema. Educação em valores no currículo escolar. *Revista E-Curriculum*. v. 5, n. 1. São Paulo, 2009.

RESENDE, José Manuel & GOUVEIA, Luís. As artes de fazer o comum nos estabelecimentos de ensino: outras aberturas sociológicas sobre os mundos escolares. *Fórum Sociológico*, n. 23, p. 10. Lisboa, 2013.

SACAVINO, Susana B. *Democracia e educação em direitos humanos na América Latina*. Petrópolis: DP&A/Novamerica, 2009

SAVATER, Fernando. *Ética para meu filho*. Trad. Monica Stahel. São Paulo: Planeta do Brasil, 2005.

_____. *Política para meu filho*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

SCHILLING, Flávia. *Direitos humanos e educação: outras palavras, outras práticas*. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. Igualdade, desigualdade e diferenças: o que é uma escola justa? *Educação e Pesquisa, Revista da Faculdade de Educação da USP*, v. 39, p. 31-48. São Paulo, 2013.

_____. *Indisciplina, violência e o desafio dos direitos humanos nas escolas*. Brasília: MEC/Programa Ética e Cidadania, 2007.

REDE DE OBSERVATÓRIOS DE DIREITOS HUMANOS. Os jovens, a escola e os direitos humanos. *Relatório de Cidadania II*. São Paulo: NEV, 2002.

YUS, Rafael. *Temas transversais: em busca de uma nova escola*. Trad. Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: Artmed, 1998.

MÉTODOS E EXPERIÊNCIAS SOBRE DEMOCRACIA, PROCESSOS PARTICIPATIVOS, DIÁLOGO E CONFLITOS NA ESCOLA

GVive (Ginásio Vocacional Vive em nossa mente e coração)

<http://gvive.blogspot.com.br>

Blog disseminador de notícias e mensagens da GVive sobre educação, experiências educacionais, eventos e conteúdos da GVive, dos Ginásios Vocacionais e do Serviço de Ensino Vocacional.

ANISTIA INTERNACIONAL. *Carpeta Latinoamericana de Materiales Didacticos para Educacion en Derechos Humanos*. Instituto Interamericano de Derechos Humanos/Centro de Recursos Educativos. Uruguai, 1995.

BENEVIDES, Maria Victoria. *Dicionário de gestão democrática: conceitos para a ação política de cidadãos, militantes sociais e gestores participativos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. v. 1.

BOHM, David. *Diálogo: comunicação e redes de convivência*. Trad. Humberto Mariotti. São Paulo: Palas Athena, 2005.

CECCON, Claudia *et al.* *Conflitos na escola: modos de transformar. Dicas para refletir e exemplos de como lidar.* São Paulo: Cecip/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

STONE, Douglas; PATTON, Bruce; HEEN, Sheila. *Conversas difíceis: como argumentar sobre questões importantes.* Rio de Janeiro: Campus-Elsevier, 2011.

VAN DEN BOSCH, Eduardo Rombauer. *Métodos e atitudes para facilitar reuniões participativas.* Coordenadoria do Orçamento Participativo da Prefeitura de São Paulo/Fundação Friedrich Ebert/ILDES, 2002.